



Publicação
Preliminar

USO DE EVIDÊNCIAS PELA BUROCRACIA DIRIGENTE DO NÍVEL FEDERAL

Autores(as): Pedro Lucas de Moura Palotti, Natália Massaco Koga, Bruno Gontyjo do Couto, Maricilene Isaira Baia do Nascimento e Rafael da Silva Lins

Produto editorial: Texto para Discussão

Cidade: Brasília

Editora: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Ano: 2021

Edição: 1

RESUMO

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO

2 MARCO TEÓRICO

3 METODOLOGIA

4 RESULTADOS

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo traçar uma radiografia do uso de evidências pelos burocratas dirigentes do governo federal, a partir de um *survey* aplicado entre novembro de 2020 e janeiro de 2021, com 787 ocupantes de cargos de direção e assessoramento (DAS), níveis 4, 5 e 6 e correlatos, em organizações da Administração Direta e Indireta. Como parte do projeto “O que informa as políticas públicas: o uso e o não uso de evidências pela burocracia federal”, o estudo explora questões sobre os condicionantes e finalidades de uso de evidências científicas pelos burocratas dirigentes, em comparação com resultados de *survey* conduzido em 2019 com o universo geral dos burocratas federais. O presente estudo inova ao propor experimentos em *survey* e traz como principais resultados: a) a preponderância das fontes internas entre os recursos informacionais utilizados pelos burocratas dirigentes – padrão já identificado no *survey* de 2019, b) o alto potencial de absorção de evidências científicas pelos burocratas dirigentes, dada a elevada capacidade analítica acumulada e a natureza relacional da atuação desse perfil e c) a identificação de desafios relacionados ao desenvolvimento de capacidades organizacionais e de sistemas de governança para ampliação do uso de evidências científicas no governo federal.

Palavras-chave: políticas públicas baseadas em evidências, evidências, burocracia dirigente, burocracia, capacidade analítica, governança de evidências.

ABSTRACT

This research aims to draw a radiograph of the use of evidence by senior bureaucrats of the federal government, from a survey applied between November 2020 and January 2021, with 787 occupants of management and advisory positions (DAS), levels 4, 5 and 6 and related, in organizations of the Direct and Indirect Administration. As part of the project "What informs public policies: the use and non-use of evidence by the federal bureaucracy", the study explores questions about the constraints and purposes of the use of scientific evidence by senior bureaucrats, in comparison with the results of a survey conducted in 2019 with the general universe of federal bureaucrats. The present study innovates by proposing experiments in survey and brings as main results: a) the preponderance of internal sources among the informational resources used by senior bureaucrats - a pattern already identified in the 2019 survey, b) the high potential of absorption of scientific evidence by senior bureaucrats, given the high analytical capacity they accumulated and the relational nature of the tasks they perform and c) the identification of challenges related to the development of organizational capabilities and governance systems for the expansion of use of scientific evidence in the federal government.

Keywords: evidence-based policies, evidence, senior bureaucrats, bureaucracy, analytical capacity, governance of evidence.

1 INTRODUÇÃO

O presente *Texto para Discussão* visa amplificar o debate em torno do uso de evidências no processo decisório da administração pública federal brasileira. Este TD faz parte do projeto de pesquisa “O que informa as políticas públicas federais: o uso e o não uso de evidências pela burocracia federal produtora de políticas públicas e pela burocracia do controle”, coordenado pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Ipea em parceria com pesquisadores de diversas instituições de pesquisa nacionais e internacionais como Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan/GDF), Institute of Development Studies/Reino Unido (IDS), Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

A publicação realizada agrega-se a outras iniciativas que compõem uma agenda de pesquisa que busca trazer uma perspectiva crítica sobre o debate em torno do movimento das Políticas Públicas baseadas em Evidências (PBBE). Esta agenda propõe explorar e analisar o uso, não apenas as evidências científicas, mas também de outras fontes informacionais, tais como aquelas produzidas pela própria burocracia, por *stakeholders* das políticas ou mesmo aquelas advindas da experiência dos indivíduos. Dentre o conjunto de produtos dessa agenda, foram publicados o *Texto para Discussão nº 2554*, de autoria de Maurício Saboya Pinheiro, o *Texto para Discussão nº 2619*, de autoria de Natália Koga, Pedro Palotti, Bruno Couto, Maricilene Nascimento e Rafael Lins. Destaque-se também a publicação de um número especial do Boletim de Análise Político-Institucional (BAPI) sobre o uso de evidências em políticas públicas federais¹.

O enfoque da presente produção atenta-se principalmente para as características e os dilemas que envolvem o uso de evidências científicas e outras fontes informacionais pela burocracia dirigente do governo federal. Esse enfoque se justifica, em primeiro lugar, por ser a camada dirigente a mais diretamente envolvida nas decisões mais estratégicas nas políticas públicas federais. Uma série de definições cruciais para a ação governamental – como o problema a ser enfrentado, o público a ser alcançado, os instrumentos de política pública a serem utilizados, a alocação orçamentária, a estratégia de comunicação, entre outros – fazem parte do trabalho desempenhado pela burocracia dirigente.

Em segundo lugar, dialogando com o modelo moderado de Pinheiro (2020), buscamos a diversificação dos contextos de uso de fontes informacionais para ampliar a compreensão do que se entende por evidência na administração pública brasileira. Desse modo, permite-se comparar os resultados obtidos no presente *Texto para Discussão* com outras pesquisas similares, principalmente a realizada para o *Texto para Discussão nº 2619* que abarcou o conjunto dos servidores públicos civis da Administração Direta. O objetivo do presente trabalho é contribuir para a radiografia do uso de fontes informacionais em distintos contextos da produção da política pela burocracia federal e

¹ Link para o Texto para Discussão nº 2554:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35469.

Link para o Texto para Discussão nº 2619:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37256.

Link para o BAPI “Uso de Evidências em Políticas Públicas Federais”:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37158.

explorar questões da literatura sobre os condicionantes e finalidades de uso específico de evidências científicas.

A agregação de novos recortes ou molduras contextuais é um passo necessário para se observar a manutenção de padrões ou o surgimento de variações na forma como a administração pública se apropria e se utiliza distintas fontes informacionais no processo decisório. Nesse sentido, é importante demarcarmos desde já uma distinção conceitual que irá nortear o debate realizado neste *Texto para Discussão* para dois termos: “Informação” e “Evidência científica”. Ambos serão utilizados com os respectivos sentidos: o primeiro se refere a qualquer tipo de conhecimento – inclusive científico - utilizado pelos burocratas em seu trabalho, numa perspectiva ampliada de evidência, e o segundo se refere ao conhecimento científico convencional (artigos, livros e relatórios produzidos por pesquisadores, professores e instituições acadêmicas e científicas), num sentido mais restrito. Ou seja, o termo “fontes de informação” será utilizado para fazer menção a quaisquer tipos de conhecimento utilizados pelos burocratas, enquanto o termo “evidências científicas” será aplicado para tratar especificamente de fontes advindas do conhecimento científico, ou seja, relatórios de pesquisa, capítulos de livro e artigos científicos.

Um elemento metodológico inovador para estudos de *survey* com a burocracia empregado na presente pesquisa foi a utilização de experimentos de *survey*. Para tanto, os respondentes foram aleatoriamente divididos pela ferramenta de *survey online* em grupos que foram expostos a diferentes estímulos, o que possibilita aos pesquisadores avançar nas possibilidades de inferência causal. Na presente pesquisa, foram utilizadas vinhetas, que são textos cujos atributos podem ser manipulados para permitir a comparação entre os diferentes cenários que se almeja investigar. Antes de ser o único ou mais importante recurso de pesquisa, acreditamos que os experimentos contribuam para testar algumas hipóteses adicionais da literatura e devam ser compreendidos em conjunto com os demais achados obtidos.

Outro fator a ser considerado na execução do campo da presente pesquisa é sua ocorrência no período de ocorrência da pandemia da COVID-19. Pelos achados observados, além de questões mais propriamente contextuais, como a rotina de trabalho dos respondentes, não foram observados obstáculos da crise sanitária que tenham impedido ou enviesado os achados. Diferentemente das pesquisas de opinião com diferentes estratos da população, a pesquisa realizada segue procedimentos com baixa propensão de serem afetados pelo contexto da pandemia, como sua realização via questionário *online*.

Os resultados indicam que o burocrata dirigente tem alta escolaridade, elevada experiência na política pública na qual atua, utiliza com grande intensidade uma pluralidade de recursos informacionais e estabelece interações com uma diversidade de atores. A partir dos dados levantados concluímos que, no universo geral da burocracia, os burocratas dirigentes constituem uma camada promissora e privilegiada a se focar em ações que visem ampliar a absorção de evidências científicas nas organizações públicas e nas políticas públicas. Esta consideração se fundamenta em duas principais justificativas. A primeira delas, sugerida pela literatura e confirmada pelos resultados, trata da própria natureza da atuação da burocracia dirigente que, por um lado, demanda

tarefas decisórias mais variadas e frequentes e, por outro, a coloca nas fronteiras entre Estado e sociedade e, portanto, lhes dá maior acesso a diversas fontes informacionais. Quanto a este aspecto, basta mencionar, na comparação com os burocratas médios, as frequências expressivamente mais elevadas dos burocratas dirigentes de uso de praticamente todas as fontes informacionais e de interação com diferentes *stakeholders* da política pública, inclusive acadêmicos. A segunda justificativa diz respeito ao elevado nível educacional deste grupo (90,5% tem alguma pós-graduação, sendo 28,1% mestres e 19,1% doutores) que, além de representar um acúmulo de capacidade analítica individual a ser mobilizada, também garante a esses burocratas maior acessibilidade e familiaridade ao universo acadêmico e científico, podendo exercer ou aprimorar a função de *knowledge brokers* para aproximação dos campos da gestão e da academia.

Apesar do maior uso de evidências científicas pelo burocrata dirigente (41% utiliza sempre ou frequentemente pesquisa científicas), as fontes informacionais de maior influência, assim como observado no caso do burocrata médio, continuam a ser as chamadas fontes internas, ou seja, aquelas produzidas pelo próprio Estado (94% utiliza sempre ou frequentemente leis e normas, 80% notas técnicas, 71% pareceres judiciais e 70% recomendações de órgãos do controle). Ainda que com alguma variação, esta preponderância é observada tanto em diferentes contextos decisórios – com variações de escopo ou tempo para a decisão – como para diferentes finalidades de uso – instrumental, simbólico ou conceitual. Este resultado reforça a necessidade de aprofundarmos o conhecimento sobre como essas fontes internas são produzidas e sua eventual função intermediadora de evidência científica. Pesquisas nesse sentido e na diversificação de molduras contextuais, permitiram ter um diagnóstico mais preciso e compreensivo da radiografia de uso de evidências no Estado brasileiro.

E um último desafio a destacar trata da alavancagem da capacidade analítica individual para o nível organizacional. Os resultados desta pesquisa reforçam os do *survey* de 2019 quanto à existência de capacidade individual no Estado brasileiro, mas escassez ou mesmo lacuna quanto a medidas voltadas ao desenvolvimento da capacidade analítica no nível organizacional. O diagnóstico dos burocratas dirigentes vai nesta direção quando apontam que os principais desafios que percebem para ampliar o uso do conhecimento científico estão mais do lado da “ausência de mecanismos e processos dentro das organizações que demonstrem ou incentivem o melhor uso de evidências” do que da parte da ausência ou escassez de capacidades individuais ou de produção científica sobre os problemas públicos. Explorar a literatura e experiências internacionais voltadas a governanças das evidências podem subsidiar ações nesse sentido.

Após esta introdução, na seção 2, iremos apresentar o marco teórico-conceitual utilizado para nortear a pesquisa realizada. Serão discutidos os conceitos pertinentes à literatura do movimento das Políticas Públicas baseadas em Evidências (PPBE) e suas críticas, além de uma breve consideração dos aspectos mais característicos da burocracia dirigente, que reúne questões da literatura de médio e alto escalões. Na seção 3, iremos apresentar as perguntas de pesquisa, atreladas aos objetivos anteriormente discutidos. Em seguida, na seção 4, serão delineados os passos metodológicos empreendidos na confecção e programação do questionário, além da amostragem, coleta e análise de dados. O presente *survey* e o realizado em 2019 serão comparados, sendo, por fim, feita a caracterização do universo pesquisado. A seção 5 será dedicada a trazer os principais

resultados de pesquisa, comparando-se com o *survey* de 2019, quando pertinente. Por fim, serão sintetizados os principais achados e será discutida uma agenda futura de pesquisa.

2 MARCO TEÓRICO

Diferentes correntes teóricas têm contribuído para o debate sobre o movimento das Políticas Públicas baseadas em Evidências (PPBE). Em que pese a existência de outras categorizações dessas correntes, destacamos a sugerida por French (2019) produzida a partir de uma revisão sistemática recente e extensiva da literatura no campo.

A primeira trata da abordagem que “**reforça**” os possíveis méritos da PPBE, movimento surgido nos anos 1990 no Reino Unido, o qual preconiza o uso instrumental de evidências científicas sobre o que funcionaria nas políticas públicas como base da decisão dos dirigentes governamentais². Esta abordagem assume uma posição prescritiva quanto à superioridade da produção científica frente a outras fontes de conhecimento e sustenta a ideia e a importância da hierarquização das evidências existentes (Davies, Nutley e Smith, 2000; Haynes et al, 2012; Pew-MacArthur, 2014).

Uma segunda abordagem, a “**reformista**”, mantém a convicção de que o acesso a mais evidências e a maior disciplina e estímulo de seu uso pelos agentes públicos podem revelar o potencial ainda não alcançado dessas fontes (Bogenschneider and Corbett, 2010, 23–4; Nutley et al, 2007). No entanto, ao buscar formas para que isso aconteça, revê três principais aspectos da primeira abordagem: a) reconhece que as evidências podem na prática ser mais úteis para expandir o conhecimento dos *policymakers* sobre os problemas públicos do que para o uso direto na tomada de decisão; b) admite que outros tipos de evidências – para além do topo da pirâmide de hierarquia das evidências onde se encontram os experimentos controlados e as sínteses de evidências – possam ser úteis; e c) aposta nos contatos diretos e mais duradouros entre gestores e pesquisadores como meio de ampliar a influência das pesquisas.

Já a uma terceira abordagem que busca “**reinventar**” as bases da PPBE, aponta falhas e propõe modificações substantivas especialmente no que se refere às formas em que se dão as relações entre o mundo da pesquisa e da política pública. Em outras palavras, esta perspectiva traz à tona e torna uma questão a governança das evidências (Parkhurst, 2016). Proposições são levantadas pelas diversas frentes que assumem este posicionamento, tais como a criação de sistemas formais de aconselhamento para o uso de evidências que busquem tanto a redução de vieses como a legitimação e a transparência do processo junto à sociedade (Parkhurst, 2016), ou de meios de “avaliação do conhecimento” que, ao reconhecer o caráter de provisoriedade, falseabilidade e possível ausência de consenso na produção científica, busca justamente expor publicamente os limites, lacunas e falhas das evidências disponíveis como uma meta-avaliação para o tomador de decisão (Funtowicz, 2006).

Por fim, encontram-se neste debate os que “**rejeitam**” não o conhecimento científico, mas as pretensões da PPBE em oferecer melhorias significativas na produção das políticas públicas. Esta posição é construída a partir de diferentes referenciais. Alguns

² Para um resgate da trajetória histórica da PPBE, veja Pinheiro (2020a, 2020b).

desses autores exploram os argumentos da Teoria das Duas Comunidades que sustenta que o baixo uso das evidências científicas se deve aos desafios de interação entre cientistas e *policymakers* que “vivem em mundos apartados com valores, sistemas de recompensas e linguagens distintos e frequentemente conflitantes” (Caplan, 1979, p. 459, tradução nossa). Outros bebem do debate dos Estudos de Ciência Tecnologia e Sociedade (CTS) que reconhece a própria ciência como um processo socialmente construído e, portanto, também imerso no sistema sociopolítico e carregado de valores (Latour, 1993). E, ainda, há aqueles que trazem as implicações da crescente complexidade do *policymaking* e os desafios que ela impõe à forma que conhecemos de fazer ciência (Stone, 2002; Mitchell, 2009). Pode-se dizer que essas diversas perspectivas convergem numa ideia geral de que "a busca de uma verdade única e absoluta deve ser substituída por um humilde respeito pela pluralidade de verdades que representam parcial e pragmaticamente o mundo" (Mitchell, 2009, p. 118, tradução nossa).

Esta pesquisa busca explorar algumas das principais questões levantadas pelo debate apresentado no contexto de atuação dos burocratas mais próximos à tomada de decisão. Isto é, aqueles que ocupam funções de direção e assessoramento nos níveis mais altos da Administração Pública Federal e que, portanto, teriam maior acesso e influência no processo decisório.

O estabelecimento de recortes para divisão entre diferentes níveis da burocracia não é consensual na literatura. Para o presente Texto para Discussão, adotamos o recorte dos cargos comissionados 4 a 6, além de Natureza Especial (NES), para caracterizar a burocracia dirigente. A justificativa para esse recorte decorre de limites formais e simbólicos diferenciando esses extratos da burocracia dos ocupantes de cargos inferiores (DAS 1 a 3)³. Dentro desse perfil da burocracia dirigente encontram-se os burocratas de médio e alto escalão.

Nesse sentido, utilizaremos a literatura sobre burocracia de médio escalão (BME) como uma referência analítica para embasar o presente trabalho. Essa escolha se dá por dois motivos. O primeiro se refere ao recorte comumente adotado em estudos da área, que contemplam servidores responsáveis pela implementação de programas governamentais, coordenando as camadas técnicas da burocracia em articulação com agentes políticos. Nas palavras de Erin McDonnell (2017:488), os gerentes intermediários são “os mascotes da burocracia hegemônica”. O segundo motivo é para ressaltar que, embora sejam dirigentes dos trabalhos da burocracia, diferenciam-se dos estratos predominantemente políticos do funcionamento da máquina pública, a exemplo dos ministros de Estado. Enquanto a burocracia dirigente é composta predominantemente por servidores de carreira ocupantes de cargos comissionados (na amostra pesquisada, cerca de 85% dos respondentes correspondem a esse perfil), os dirigentes políticos caracterizam-se por trajetórias com filiação partidária e o exercício de cargos eletivos, não obstante, muitas vezes, sejam conhecedores dos temas das pastas que dirigem (Palotti & Cavalcante, 2018).

³ É a partir dos DAS 4 que os burocratas lotados em outros estados ou ocupantes de fora do serviço público, sem imóvel em Brasília, passam a ter direito a auxílio-moradia; em termos remuneratórios há um incremento maior entre os níveis 3 e 4 do que entre 4 e 5 etc. Em termos simbólicos, o extrato dos DAS 4 em diante possuem identificadores (pin) de lapela, acesso à entrada exclusiva de autoridades nos ministérios, a reuniões da alta burocracia etc.

O conjunto de burocratas de médio escalão (BME) é bem heterogênea, diferenciando-se quanto a variáveis como trajetória profissional, experiência profissional, perfil demográfico, lugar e área de atuação. Para Mintzberg (1973), os BMEs desempenham papéis aproximados às categorias gerais de funções das organizações privadas: interpessoais, informativas e decisórias. O papel interpessoal, ou as “atividades de contato” (Vie, 2010), aponta para a atividade interacional com seus superiores, subordinados e pares, conectividade horizontal e vertical que lhe diferencia dos outros burocratas (Pires, 2015). Portanto, por conta dessa “dupla performance”, os BME se tornam os ‘guardiões’ de informações importantes, reguladores de comunicação e de seus próprios relacionamentos” (Cavalcante, Lotta & Yamada, 2018, p. 17).

Com isso, temos a outra dimensão funcional, dimensão sobre a qual este Texto para Discussão contribui para a reflexão sobre os BME, que é a informacional. É a dimensão referente à captação, sistematização e disseminação de informações para a atuação organizacional, uma função crucial porque eles estão situados estrategicamente no processo de tomada de decisão (Keiser, 2010). Essa responsabilidade informacional e comunicacional dos BME dá suporte ao desenvolvimento de projetos e força de implementação aos propósitos organizacionais (Kuratko et al., 2005). Nos termos sugeridos por Pires (2012), esse papel da média burocracia embasa, produz coerência e oxigena a dimensão técnico-gerencial e a dimensão técnico-político de atuação desses atores.

Além disso, é importante destacar a íntima relação entre o papel relacional e o papel informacional dos BME (Huising & Silbey, 2011). Alexander, Lewis & Considine (2011) destacam que a burocracia influenciadora na tomada de decisão das políticas públicas conecta-se a pessoas para ajudar a identificar problemas, para aprender a construir soluções, para consultar especialistas e para navegar nas trilhas das decisões formais entre as agências governamentais onde habitam. Ademais, a conexão com uma rede de atores ajuda a mitigar barreiras no processo de decisão que estão associadas às incertezas conjunturais e alarga a base de conhecimento das organizações.

No entanto, Alexander, Lewis & Considine (2011) afirmam que resultados sugerem que, quando comparado com as redes de relacionamentos construídas por políticos, os burocratas de médio escalão diferem substancialmente, porque os primeiros são mais periféricos e os BME mais endógenos. Isso provavelmente se deve, em grande medida, pelas marcas de acesso e recrutamento dessa burocracia, conforme compara Pires (2018, p. 190), “o segmento marcado por maior endogenia no mercado de trabalho burocrático, pois tanto os nichos do topo quanto os da base apresentam maior abertura ou acesso ampliado a partir do exterior da administração pública”. Afirma ainda que os BMEs estão voltados para dentro e para o centro do Estado, com atividades e interações voltadas principalmente “às entranhas do governo”, e que suas atividades se desempenham por meio de e em interações.

Um último aspecto de interesse é quanto à rotatividade (*turnover*)⁴ dos ocupantes de cargos comissionados da burocracia dirigente. Várias pesquisas produzidas sobre a burocracia federal brasileira apontam uma elevada rotatividade anual média dos comissionados de 30%, com desvio-padrão próximo a 7%. No entanto, os escalões mais

⁴ Conceito de rotatividade -Bolton et al. Como saída do governo.

elevados da burocracia possuem rotatividade mais acentuada (33,15% contra 28,67% dos escalões inferiores) com desvio-padrão ainda maior (11,57% contra 6,02% dos escalões inferiores) (Lopez, Bugarin & Bugarin, 2014). Essa dinâmica apresenta um cenário de relativa instabilidade no exercício das funções diretivas, não obstante a estabilidade dos vínculos com a máquina pública.

3. PERGUNTAS DE PESQUISA

Tendo em vista a literatura apresentada, um conjunto de 5 grupos de perguntas foram levantadas para o instrumento de *survey* aplicado nesta pesquisa.

Estudo prévio realizado no escopo do projeto “O que informa as políticas públicas: o uso e o não uso de evidências pela burocracia federal” (Koga, Palotti, Couto, Nascimento e Lins, 2020) trouxe uma radiografia das principais fontes informacionais utilizadas pelo conjunto geral de servidores da Administração Federal Direta em seus trabalhos na política pública. Naquela pesquisa foi adotada uma perspectiva exploratória a partir da questão “**Quais as fontes informacionais utilizadas por esses burocratas?**”. Um primeiro objetivo do presente estudo, portanto, é produzir a mesma radiografia para os burocratas dirigentes e comparar os resultados dos dois grupos de burocratas. Como proposto por Pinheiro (2020), a ampliação da diversidade de contextos de usos visa identificar e compreender eventuais condicionantes ou mesmo determinantes de uso de evidências nas políticas federais.

Um segundo escopo de interesse da pesquisa está em torno da questão “**Quais os usos que os burocratas dirigentes fazem das fontes científicas?**”. Estudos que se debruçavam sobre o papel do conhecimento científico no *policymaking* antes mesmo da emergência da PPBE já reconheciam que as pesquisas são utilizadas pelos burocratas para diferentes usos (Weiss, 1979). Amara et al. (2004) sintetizam tais usos numa tipologia relacionada aos modelos de tomada de decisão. O primeiro, do qual advém a visão original da PPBE e é sustentado pela abordagem “*reinforcing*” seria o uso instrumental baseado no “*problem-solving model*” do processo racional, sequencial e linear e da relação direta entre evidências e decisões. O segundo seria o uso conceitual, como identificado na visão “reformista” da PPBE, do modelo do “*garbage-can*”, o qual entende o processo decisório como frequentemente anárquico e imprevisível, caracterizando o uso difuso e indireto das pesquisas (Cohen e Lindblom, 1979; Weiss, 1979; Weiss and Bucuvalas, 1980). E, por fim, o terceiro trata do uso simbólico - sinalizado pela quarta abordagem que rejeita os preceitos da PPBE -, a qual se embasa no “modelo político de tomada de decisão” que considera o conflito e a barganha como partes integrantes do processo decisório e, portanto, as pesquisas como “*political ammunition*” para apoiar decisões já tomadas (Weiss, 1979). Buscamos analisar, assim, se “**Os usos conceituais e simbólicos são mais presentes do que o instrumental, como sugere a literatura?**”

O terceiro conjunto de perguntas a ser respondido na pesquisa trata do aspecto relacional proeminente da atuação desta burocracia e do debate que permeia a literatura do campo sobre a relação entre Academia e Gestão e a Teoria das Duas Comunidades: “**De que forma a burocracia dirigente tem acesso às fontes científicas?**”, “**Há contato direto entre essa burocracia e a Academia?**”, “**Quais os obstáculos para aumentar o**

acesso e uso das fontes científicas?”, “Quais das explicações apresentadas pelas diferentes abordagens teóricas sobre o baixo uso de evidências científicas estaria mais próxima do contexto dos burocratas brasileiros?”

E, por fim, propomos questões que aprofundam a exploração do contexto de tomada de decisão característico dos burocratas de alto escalão. Em estudo empírico realizado com esse perfil de gestão nos Estados Unidos, Caplan (1979) demonstra que o tipo de fonte e o tipo de uso decorre do escopo decisório. Enquanto para o nível micro de decisões administrativas há um uso instrumental expressivamente maior de fontes produzidas pelas próprias organizações, o uso de fontes científicas acontece para decisões de nível macro e, em geral, para fins conceituais e em associação a outras fontes informacionais. Buscamos testar se a mesma relação será encontrada no caso dos burocratas brasileiros. Isto é, **“As fontes empregadas diferem em função do escopo decisório?”**. E a segunda dimensão desse contexto considerada também pela literatura das duas comunidades trata do tempo disponível para a tomada de decisão como um possível condicionante de uso: **“O tempo disponível para a tomada de decisão influencia no uso ou não da fonte científica?”**

4 METODOLOGIA

Enquanto sequência do *survey* aplicado em 2019, essa segunda etapa da pesquisa também teve como objetivo investigar contextos e fatores relacionados à utilização de evidências por parte da burocracia federal, agora com foco na burocracia dirigente. Partindo do pressuposto de que esse grupo está diretamente envolvido nos processos de formulação e tomadas de decisão em políticas públicas, a pesquisa procura mapear suas práticas e percepções no que diz respeito ao uso de evidências no serviço público.

Para os fins dessa pesquisa, os seguintes cargos comissionados foram enquadrados como pertencentes ao alto escalão do Executivo Federal: cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS), níveis 4, 5 e 6; Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), níveis 4, 5 e 6; Cargos em Comissão de Natureza Especial (NES); cargos de direção e assessoria das agências reguladoras (CA-1 e 2; CCD-1 e 2; CGE-1, 2 e 3); e cargos de direção e assessoria das empresas públicas (níveis hierárquicos 4, 5, 6 e autoridade máxima)⁵.

Desse modo, um novo *survey* foi aplicado junto a esse grupo, com algumas perguntas inéditas e outras adaptadas do instrumento utilizado em 2019. Também foram inseridos alguns “experimentos de *survey*”, que serão mais bem detalhados nas próximas páginas. As modificações foram feitas com o objetivo de tornar o instrumento mais aderente à realidade desses burocratas.

A coleta de dados foi feita através da aplicação de questionário autoadministrado *online* (foi utilizada a plataforma *Qualtrics*), enviado por e-mail a uma determinada amostra do público-alvo da pesquisa (a amostragem será discutida no tópico 4.2).

⁵ Cargos de Direção das Instituições Federais de Ensino Superior não foram incluídos na pesquisa, assim como Funções Gratificadas e Técnicas.

O questionário também foi reduzido em relação ao anterior, com adaptações feitas no sentido de torná-lo mais intuitivo e ágil, ao mesmo tempo aprimorando a qualidade das perguntas. Assim, as quatro sessões temáticas abordavam: i) perfil funcional dos respondentes; ii) atividades e contexto de atuação na política pública; iii) práticas de acesso e utilização de diferentes tipos de evidência, papel desempenhado pelas mesmas em situações de tomada de decisão, bem como a percepção dos respondentes sobre o tema; iv) perfil sociodemográfico.

É importante ressaltar que o método escolhido foi empregado com o objetivo de produzir dados quantitativos para descrever, explorar e – eventualmente - explicar situações e dinâmicas relativas à utilização de evidências por parte dos burocratas dirigentes no seu trabalho com políticas públicas. Desse modo, o *survey* aplicado permite visualizar tendências e características genéricas existentes no serviço público federal no momento da aplicação (e compará-las com aquelas encontradas em 2019), mas não possibilita a construção de uma compreensão aprofundada da dinâmica dos fenômenos descritos. Para suprir essa lacuna, etapas futuras da pesquisa contemplarão a utilização de métodos qualitativos complementares.

4.1 Construção do questionário

O questionário aplicado foi inicialmente desenhado por meio da adaptação e/ou reelaboração das questões presentes no *survey* de 2019 (ver sobre a construção da versão em KOGA et al., 2020). Assim, em um primeiro momento, o questionário anterior foi revisado por toda a equipe de pesquisa, de modo a mapear as perguntas que poderiam ser reutilizadas no *survey* atual. Em seguida, cada uma dessas perguntas foi avaliada e, quando necessário, reelaborada com o objetivo de aprimoramento (conforme mencionado, para torná-las mais intuitivas e eficientes) e/ou de adaptação, tendo em vista o novo público-alvo.

Em um segundo momento, a equipe de pesquisa elaborou algumas questões inéditas, com base tanto nos resultados encontrados no *survey* anterior quanto na literatura especializada, conforme mencionado nas seções 2 e 3 acima. Dessa forma, parte das perguntas foi proposta no sentido de aprofundar os achados da etapa anterior, bem como investigar novas hipóteses que surgiram a partir dos mesmos. De outro lado, parte delas foi proposta a partir do diálogo com artigos e pesquisas de outros autores que analisam burocratas de médio e alto escalão e o respectivo uso de evidências.

Dentre as questões inéditas, também foram propostos alguns experimentos de *survey*. Trata-se de perguntas nas quais duas ou mais condições experimentais (como versões de um texto ou de um cenário/situação) são aleatoriamente designadas aos participantes, possibilitando o controle e tratamento diferenciado dos dados. Assim, as variações encontradas nas respostas podem ser medidas e analisadas a partir de possíveis relações de causalidade com as respectivas condições apresentadas (Grady, 2021). Nesse *survey*, os experimentos abordaram aspectos como modalidades de uso com relação a diferentes tipos de evidências, impacto de prazos e objetivos nos usos de um ou outro tipo, dentre outros.

Por fim, uma versão piloto do questionário *online* foi aplicada através de encontros virtuais com um pequeno número de servidores públicos federais lotados em

diferentes ministérios (todos ocuparam cargos de alto escalão em algum momento de sua carreira). As aplicações foram feitas de forma individual, com o respondente acessando o questionário por meio de um site e respondendo as questões em voz alta para um membro da equipe de pesquisa. Assim, o participante lia, respondia e avaliava as questões, comentando fatores como pertinência, clareza, tempo de resposta, etc. As sugestões foram incorporadas à versão final do questionário. A ocasião também serviu para testar a qualidade e operacionalidade da plataforma *online*.

4.2 Amostragem, coleta e análise de dados

A etapa de amostragem do *survey* foi determinada pela possibilidade técnica de acessar o público-alvo através de contatos de e-mail. Desse modo, a lista de participantes da pesquisa foi reproduzida diretamente da Lista de Autoridades Governamentais⁶ (LAG), um banco de dados privado que disponibiliza informações de contato dos principais escalões do governo federal.

Foram selecionados todos os burocratas do Executivo Federal presentes na lista, 6.475 ao todo. Uma parte desses contatos possivelmente não fazia parte do público-alvo da pesquisa. Desse modo, para garantir que todos os participantes fossem efetivamente ocupantes de cargos comissionados, foi incluída uma questão no início do questionário como filtro. O tratamento dos dados, por sua vez, foi realizado considerando apenas os registros relativos a burocratas dirigentes⁷. Em razão da natureza específica da atividade dos dirigentes das universidades inerente tanto à produção como ao nível diferenciado de consumo de fontes científicas, tema de interesse desta pesquisa, eles foram retirados da amostra.

É importante salientar que o processo de amostragem contemplou praticamente todo o universo pesquisado. A lista selecionada correspondeu a uma proporção bastante elevada de burocratas comissionados do Executivo Federal. Segundo o Painel Estatístico de Pessoal (PEP) do Ministério da Economia (ME), em janeiro de 2021 existiam cerca de 6.700 cargos comissionados de alto escalão (seguindo o recorte proposto) ocupados no Executivo Federal. Desse modo, a amostra equivaleria a 95% do universo estudado. Ainda que parte dos 6.475 selecionados esteja fora do público-alvo, trata-se de percentual muito significativo, favorecendo a qualidade da amostra. Essa qualidade refletiu-se nos registros obtidos: das 942 observações coletadas, 787 (84%) correspondiam a burocratas dirigentes na ocasião da pesquisa. Ademais, como será apresentado na seção 5.1., a caracterização sociodemográfica e funcional do perfil dos respondentes se aproxima em grande medida à caracterização do universo.

De todo modo, eventuais generalizações sobre o universo dos burocratas dirigentes devem levar esses aspectos e os limites inerentes à estratégia em consideração. Pesquisas de *survey online* autoaplicáveis possuem algum risco de enviesamento por conta de falhas e limitações tecnológicas, habilidade e interpretação do respondente, bem como o incontornável problema da autoseleção (Vasconcellos-Guedes; Guedes, 2007).

⁶ Conforme detalhado na página da empresa, “A LAG é um sistema profissional para consulta e gerenciamento dos contatos com as autoridades do poder público brasileiro e está comprometida com a manutenção dos mais de 34.000 registros, que são atualizados periodicamente” (LAG, 2021).

⁷ Foram obtidos 942 registros válidos. Desses, 787 (84%) correspondiam a dirigentes, de acordo com o recorte proposto.

Essa limitação refere-se mais à forma de aplicação do que à constituição da amostra. Assim, não é possível garantir a generalização dos resultados, em razão de fatores que podem produzir algum viés na participação ou não da pesquisa (Oliveira, 2001).

Sobre a coleta de dados, o questionário foi publicado no dia 16 de novembro de 2020 e encaminhado por e-mail para todos os 6475 servidores da amostra. Lembretes semanais foram enviados para que a taxa de resposta fosse satisfatória. O questionário foi disponibilizado inicialmente por 30 dias, com uma extensão de prazo de um mês, totalizando 60 dias. Desse modo, a coleta foi encerrada no dia 16 de janeiro de 2021.

Ao fim do processo, foram obtidos 942 registros completos (ou seja, quando o respondente preencheu o questionário até o fim e confirmou o envio das respostas), o que representa uma taxa de resposta de 15%. Desses registros, um total de 787 correspondia aos níveis de cargo selecionados como recorte da pesquisa.

Posteriormente, foram analisados os dados ausentes e dados atípicos da base com o propósito de identificar e corrigir erros.

As análises descritivas apresentadas na seção *Resultados* levaram em consideração dados de médias, percentuais e frequências de respostas. Em parte dos dados também foram realizadas técnicas exploratórias de análise fatorial e testes de média (no caso dos experimentos). Para a realização das análises estatísticas, foram utilizados os softwares estatísticos R, SPSS e Excel.

4.3 Survey com a burocracia federal (2019)

Como dito, a presente pesquisa é um desdobramento do *survey* aplicado junto à burocracia do Executivo Federal no fim de 2019. Contudo, é importante sublinhar que os dois *surveys* são diferentes em aspectos muito relevantes.

Primeiro, embora as duas pesquisas tenham como foco principal o tema da utilização de evidências pela burocracia federal brasileira no seu cotidiano profissional - mapeando aspectos como tipos de evidências, fontes de acesso, contextos individual e organizacional -, a presente etapa ambiciona avançar na questão do *papel das evidências na formulação e tomada de decisões em políticas públicas, com foco na burocracia dirigente*.

Além disso, também procura aprofundar alguns dos achados da pesquisa anterior - especialmente no que diz respeito aos perfis de evidências levantados -, testando hipóteses e explorando aspectos que não eram o foco naquela ocasião.

Por esse motivo, como já mencionado, o instrumento aplicado em 2019 foi reelaborado e adaptado tendo em vista as novas temáticas e o novo público-alvo. Também foram desenvolvidas questões inéditas, além de experimentos. O campo da pesquisa foi realizado no contexto da crise sanitária da pandemia da COVID-19. Apesar dos elementos desafiadores que permearam esse contexto, não identificamos impedimentos ou vieses decorrentes desse cenário.

Segundo, *o universo e perfil dos burocratas estudados não são os mesmos da pesquisa anterior*. Em 2019, o foco estava voltado para o serviço civil da Administração Direta do Executivo Federal e não havia distinção entre ocupantes de cargos de direção e

demais burocratas. O universo em questão totalizava cerca de 100 mil indivíduos. Foram selecionados 18.165 como amostra e, ao fim da pesquisa, coletou-se 2.180 respostas válidas (KOGA et al., 2020).

No presente *survey*, somente os ocupantes de cargos comissionados de alto escalão foram selecionados para participar. Por outro lado, a Administração Indireta do Executivo Federal foi incluída. Desse modo, o universo da pesquisa totalizava cerca de 6.700 indivíduos e, ao fim da pesquisa, coletou-se 787 respostas válidas.

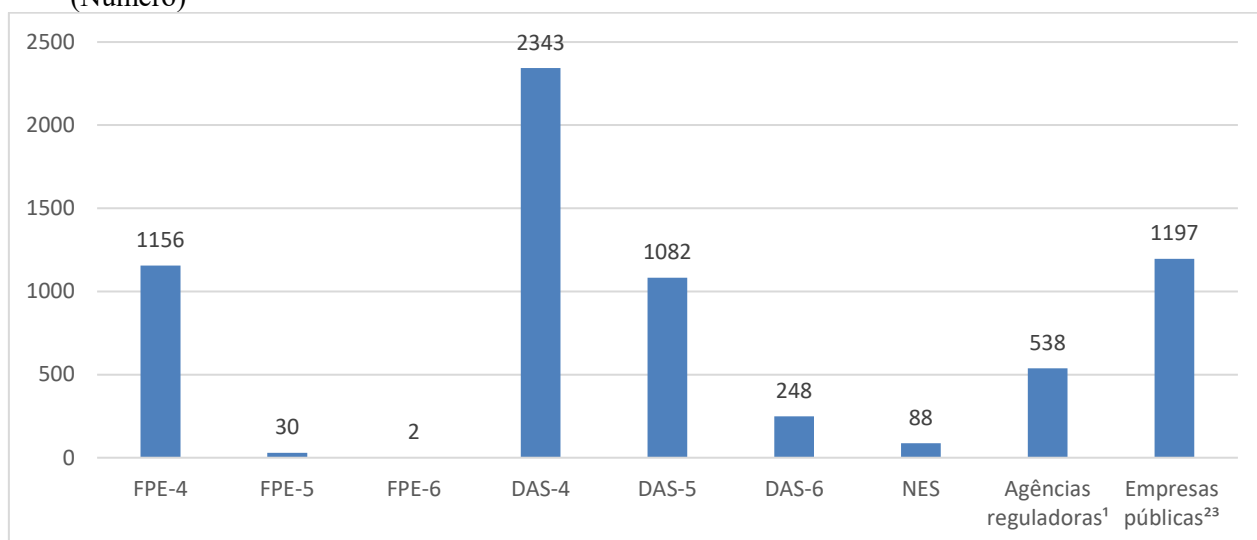
Ainda assim, chama a atenção o fato de que, *mesmo com universos e recortes distintos, as duas pesquisas revelaram tendências muito semelhantes*. Com algumas pequenas nuances, o quadro obtido a partir do conjunto mais amplo da burocracia federal é muito próximo ao dos dirigentes. Como é possível notar no tópico 5.2, os mesmos quatro grandes tipos de informação - interno, externo, acadêmico e pessoal – e respectivas tendências de utilização foram encontrados nos dois grupos. Essa e outras semelhanças serão discutidas na seção 5. *Resultados*.

4.4 Caracterização do universo

Os dados a seguir foram extraídos do PEP e correspondem à situação do Executivo Federal em janeiro de 2021. Na ocasião, 6.684 burocratas ocupavam cargos comissionados de alto escalão⁸.

A distribuição dos cargos por níveis pode ser observada no Gráfico 1.

GRÁFICO 1
Distribuição dos burocratas por nível do cargo
(Número)



Fonte: ME.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Soma dos cargos CA-1 e 2; CCD-1 e 2; CGE-1, 2 e 3.

² Soma dos cargos de autoridade máxima e níveis hierárquicos 4, 5 e 6.

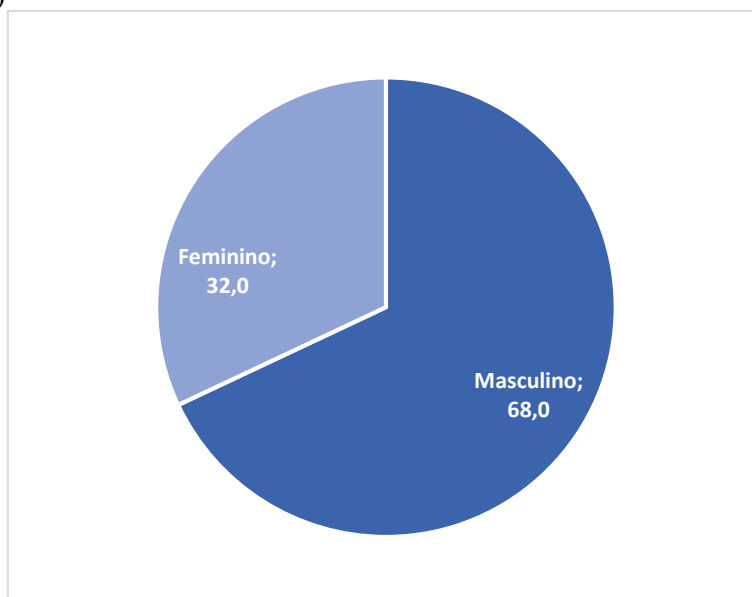
³ A base de dados do ME sobre empresas públicas está defasada em relação às demais (extração de outubro de 2018).

⁸ De acordo com o recorte da presente pesquisa: DAS 4, 5 e 6; FCPE 4, 5 e 6; NES; CA-1 e 2; CCD-1 e 2; CGE-1, 2 e 3; cargos de direção nas empresas públicas (autoridade máxima e níveis hierárquicos 4, 5 e 6).

Nota-se que o nível DAS-4 é o mais numeroso, com 2343 ou 35,1% dos dirigentes. Em segundo, os cargos de direção em empresas públicas totalizam 1197 (17,9% do conjunto). Em terceiro lugar, o nível FPE-4 soma 1156 cargos (17,3%). Em quarto lugar, o DAS-5 reúne 1082 pessoas (16,2%). Os quatro níveis totalizam quase 87% do perfil da burocracia dirigente do Executivo Federal.

No que se refere ao perfil sociodemográfico, os dados sobre sexo revelam que há uma forte preponderância do sexo masculino (68%) em relação ao sexo feminino (32%).

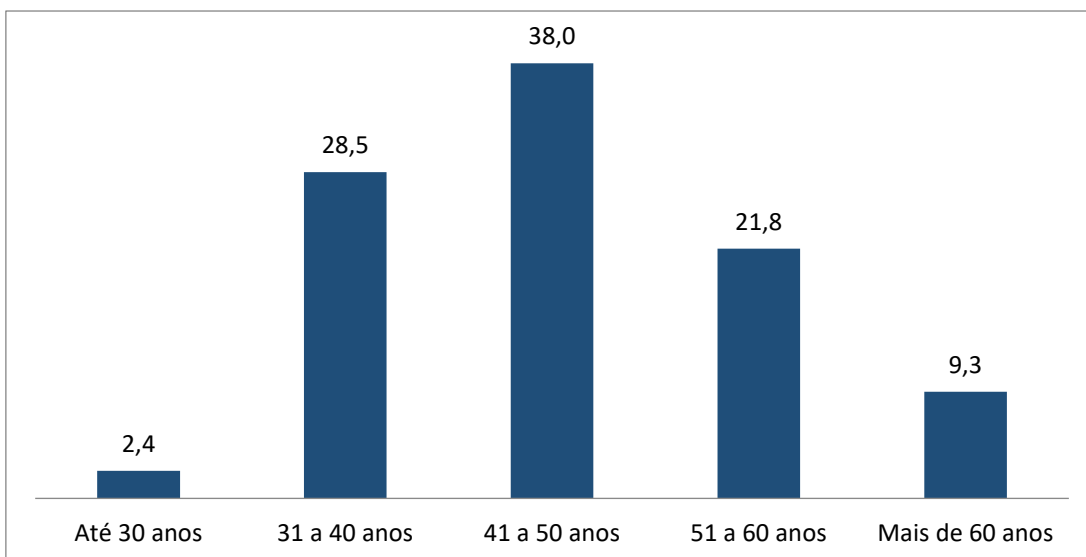
GRÁFICO 2
Sexo dos burocratas de alto escalão
(Em %)



Fonte: ME.
Elaboração dos autores.

Com relação à faixa etária dos burocratas, a distribuição entre as faixas pode ser observada no Gráfico 3. Nota-se que o maior grupo possui entre 41 e 50 anos (38%), seguido pelos grupos entre 31 e 40 anos (28,5%) e 51 e 60 anos (21,8%).

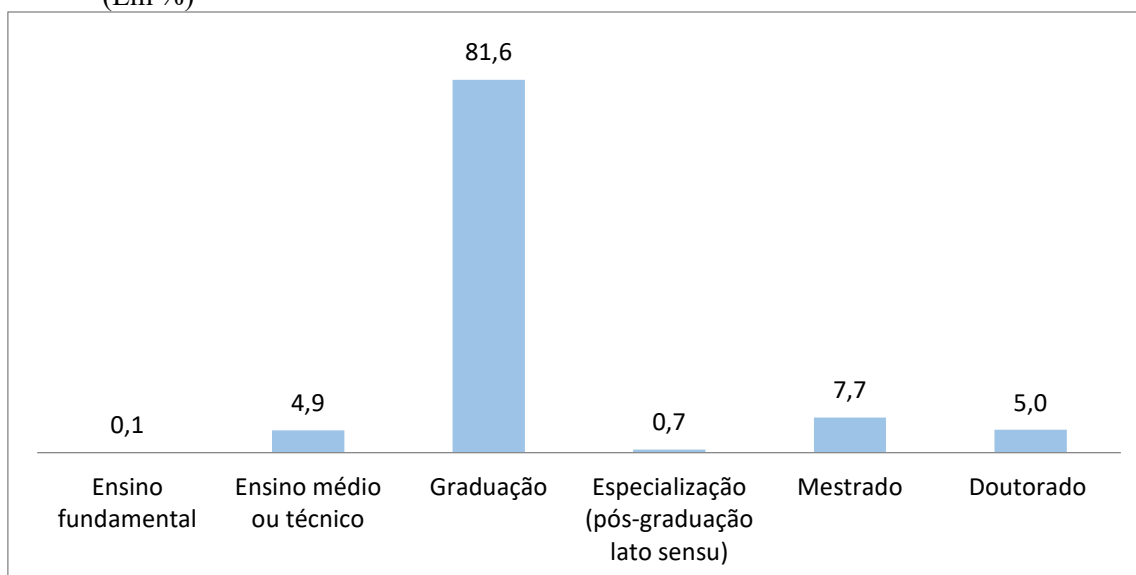
GRÁFICO 3
Faixa etária dos burocratas de alto escalão
(Em %)



Fonte: ME.
Elaboração dos autores.

No que se refere ao nível de escolaridade (Gráfico 4), pode-se observar que a grande maioria dos dirigentes possui alguma graduação de nível superior (81,6%). Em seguida, os burocratas com mestrado correspondem a 7,7%. Aqueles com doutorado correspondem a 5%. Logo após, os burocratas com ensino médio (4,9%). Finalmente, aqueles com alguma especialização (0,7%) e aqueles com ensino fundamental (0,1%).

GRÁFICO 4
Nível de escolaridade dos burocratas de alto escalão
(Em %)



Fonte: ME.
Elaboração dos autores.

5 RESULTADOS

Ao longo das próximas páginas serão apresentados os principais resultados obtidos através do *survey*, com base nas 787 observações que se enquadravam no perfil de burocracia dirigente proposto. Os dados estão subdivididos em três seções temáticas.

A primeira, *Perfis funcional e sociodemográfico dos participantes*, apresenta os resultados ligados à situação profissional dos respondentes, bem como às suas características sociodemográficas. Assim, serão abordados aspectos como tipo de vínculo com a administração, tempo de serviço público, órgão de lotação, sexo, raça, entre outros.

A segunda seção, *Uso de informações e evidências científicas pela burocracia dirigente do Executivo Federal brasileiro*, debate a temática central do presente *survey*, ou seja, qual o papel das fontes científicas no dia a dia da burocracia dirigente e, sobretudo, como elas têm afetado - ou não - os processos de formulação e tomada de decisões por parte desses agentes no seu trabalho com políticas públicas.

Nesse sentido, serão apresentados dados relativos aos tipos de informação utilizados, fontes de acesso a evidências científicas, percepção dos burocratas sobre o tema, etc. A seção também traz os resultados dos experimentos. Por meio deles tentou-se analisar como os tipos de informação podem estar associados a usos diferenciados por parte dos burocratas, bem como qual o impacto de condições de trabalho nesses usos.

A terceira parte, *Elementos contextuais*, demonstra os dados relativos aos aspectos contextuais da utilização de informações e evidências científicas pelos burocratas, como redes de interação com outros atores e impactos da pandemia da Covid-19 na rotina de trabalho.

5.1 Perfil funcional e sociodemográfico dos participantes

Nesta subseção serão apresentados os dados sobre o perfil profissional e sociodemográfico dos respondentes, de modo a delimitar desde já as principais características do grupo de burocratas dirigentes que participou da pesquisa.

Na primeira questão, os participantes responderam sobre o seu *vínculo com a administração pública federal*. A maior parte dos respondentes é constituída por servidores públicos efetivos (64,9%). Em segundo lugar, estão os burocratas sem vínculo efetivo (detêm apenas o cargo em comissão), com 17,3%. Logo após, encontram-se os empregados públicos (empresas públicas e sociedades de economia mista), representando 12,8% do total. Os demais vínculos estão descritos na Tabela 2.

TABELA 2
Vínculo com a administração pública federal

Tipo de vínculo	Número	Válido (%)
Servidor(a) público(a) efetivo(a)	511	65.0
Sem vínculo (cargo em comissão)	136	17.3
Empregado(a) público(a)	101	12.8
Aposentado(a) pela administração pública federal	14	1.8
Militar	15	1.9

Requisitado(a) de outros Poderes	7	0.9
Total	786	100.0

Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores.

Desde já é importante destacar o contraste do presente grupo em relação àquele que participou do *survey* em 2019. Naquela ocasião, 93,7% dos respondentes eram servidores efetivos e apenas 5,6% comissionados sem vínculo. Os empregados públicos não estavam no recorte anterior⁹. Ou seja, trata-se de dois grupos muito distintos.

Em seguida, os participantes foram perguntados sobre o *número de anos atuando no serviço público*. Como exposto no Box 1, a média encontrada foi de 19 anos. O número evidencia que o grupo pesquisado é bastante experiente na administração pública¹⁰.

BOX 1

Tempo médio de anos atuando no serviço público

A média de anos trabalhando no serviço público é de *19 anos*.

Elaboração dos autores.

Como mencionado, uma das perguntas iniciais questionava o respondente se ele ocupava naquele momento algum cargo de Direção e Assessoramento Superior ou alguma função comissionada equivalente. Em seguida, era exibida uma questão sobre o *nível do cargo*. Só foram consideradas as respostas dos participantes que afirmaram ocupar cargos comissionados na ocasião e nos respectivos níveis DAS-4 ou equivalentes (CGE II, CGE III, CA I, CA II), DAS-5 ou equivalentes (CGE I), DAS-6 ou equivalentes (CCD I, CCD II) e Outros (NES; cargos de direção em empresas públicas).

As observações obtidas estão dispostas no Gráfico 5. Conforme pode-se observar, a maior parte dos respondentes ocupava um cargo DAS-4 ou equivalente (59,2%). A segunda maior parcela ocupava um cargo DAS-5 ou equivalente (24,9%). O terceiro grupo corresponde aos ocupantes de cargos DAS-6 ou equivalentes (8,5%). Finalmente, o quarto e menor grupo, “Outros” (7,4%), corresponde àqueles que não têm equivalência com os cargos DAS (majoritariamente cargos de direção em empresas públicas). A distribuição dos respondentes entre os DAS segue tendência muito próxima da encontrada no universo (Gráfico 1). Nos dois casos, os cargos DAS-4 e DAS-5 aparecem com alta representação. A forte presença dos cargos em empresas públicas também se confirma, mas com menor incidência na presente amostra.

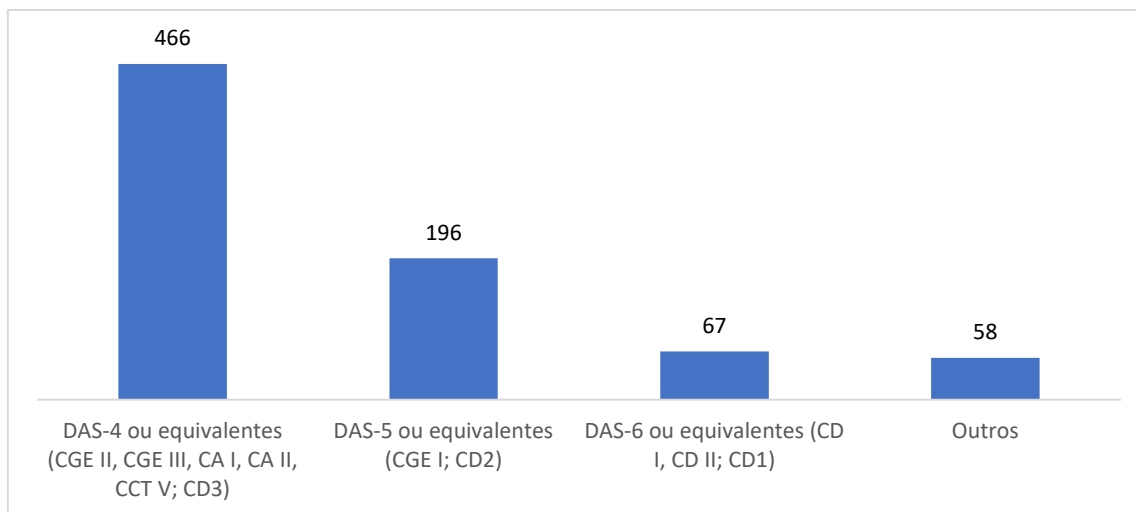
GRÁFICO 5

Nível do cargo comissionado

(Número)

⁹ Ver Tabela A.1 do Apêndice A.

¹⁰ Em 2019, perguntou-se sobre número de anos na carreira atual. Na ocasião, a média foi de 15 anos.



Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores.

Mais uma vez vale sublinhar a diferença em relação ao grupo de 2019. No *survey* anterior, somente 29% dos respondentes afirmaram ocupar algum cargo comissionado. Somados, os ocupantes de cargos DAS-4, 5 e 6 ou equivalentes correspondiam a apenas 7,6% dos participantes¹¹.

A variável subsequente contemplava a distribuição dos respondentes por *ministério/órgão de lotação* (Tabela 3).

Em primeiro lugar, com o maior número de participantes, encontra-se o Ministério da Economia: 18,5% das observações¹². Em seguida, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com 10,1%. Ocupando o terceiro lugar, com 8,5%, está o Ministério da Infraestrutura. Em quarto e quinto, encontram-se respectivamente o Ministério da Educação com 7,9% e o Ministério da Saúde com 5,6%. Os números dos demais ministérios estão dispostos abaixo¹³.

TABELA 3
Ministério ou órgão superior em que trabalha

Ministério/órgão superior	Número	Válido (%)
Ministério da Economia	145	18.5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	79	10.1
Ministério da Infraestrutura	67	8.5
Ministério da Educação	62	7.9
Ministério da Saúde	44	5.6
Ministério de Minas e Energia	39	5.0
Ministério da Cidadania	36	4.6
Advocacia-Geral da União	34	4.3

¹¹ Ver gráficos A.1 e A.2 do Apêndice A.

¹² O elevado índice de repostas registrado para o ME condiz com o quadro atual do órgão, que conta com o maior número de servidores na Esplanada (Ministério da Economia, 2021).

¹³ A Tabela A.2 do Apêndice A traz os dados da mesma variável para a pesquisa de 2019. Com exceção do primeiro lugar ocupado pelo Ministério da Economia, a distribuição dos respondentes na ocasião foi bem diferente da atual.

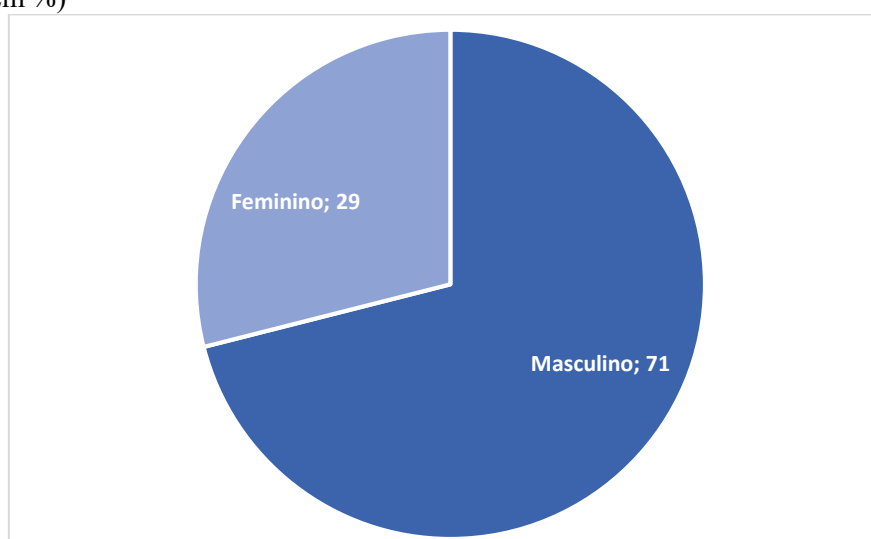
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações	34	4.3
Ministério da Justiça e Segurança Pública	25	3.2
Ministério do Desenvolvimento Regional	25	3.2
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	24	3.1
Ministério do Turismo	21	2.7
Controladoria-Geral da União	19	2.4
Ministério das Comunicações	14	1.8
Ministério do Meio Ambiente	14	1.8
Ministério da Defesa	9	1.1
Ministério das Relações Exteriores	8	1.0
Secretaria-Geral da Presidência da República	8	1.0
Casa Civil da Presidência da República	5	0.6
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	4	0.5
Secretaria de Governo da Presidência da República	2	0.3
Outro	67	8.5
Total	785	100.0

Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

Com relação ao perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa, a grande maioria reconheceu-se como do sexo *masculino*, 71%, face aos 29% do sexo *feminino*. A predominância de homens em relação às mulheres nos cargos dirigentes é muito significativa (superando a desigualdade já existente no serviço público como um todo¹⁴). Se comparado ao perfil do universo dos burocratas dirigentes, a amostra do presente *survey* traz um percentual ligeiramente inferior de mulheres e, portanto, ligeiramente superior de homens.¹⁵

GRÁFICO 6
Sexo do respondente
(Em %)



¹⁴ A proporção do *survey* anterior foi de 60% de sexo masculino e 40% de sexo feminino.

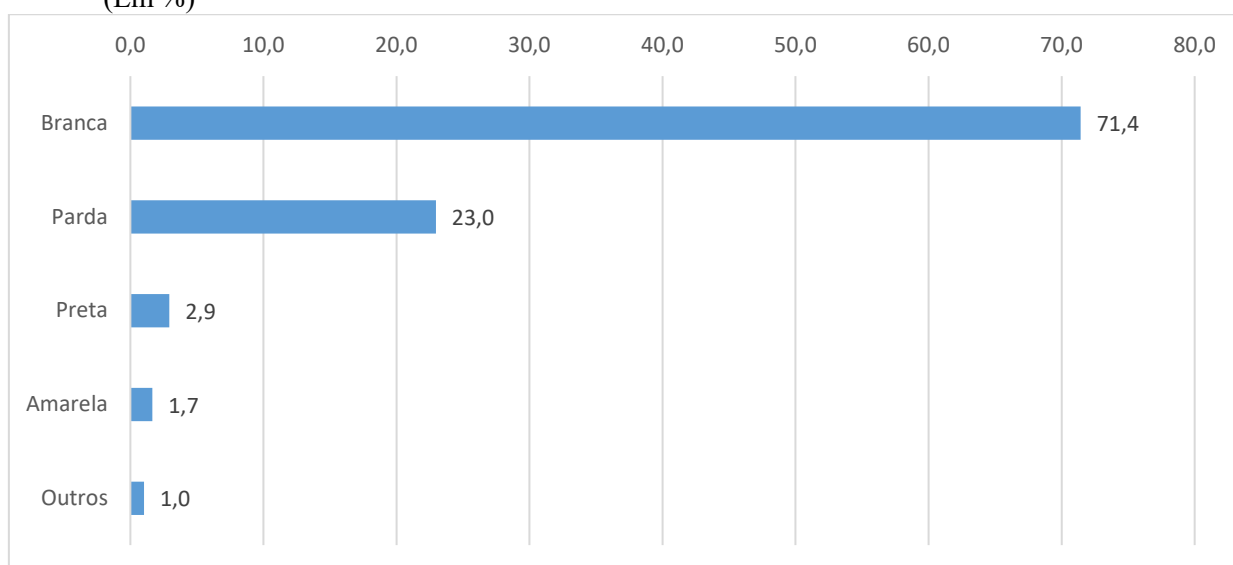
¹⁵ Conforme dados do PEP apresentados no tópico anterior sobre o universo dos dirigentes, encontramos 68% de homens e 32% de mulheres (Gráfico 2).

Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores.

A média de *idade* dos respondentes, por sua vez, foi de 47,5 anos, próxima a do serviço civil apontada no *survey* de 2019¹⁶, bem como do universo (Gráfico 3).

Os dados obtidos em relação à *Raça/cor/etnia* demonstram que existe uma enorme desigualdade nesse quesito. 71,4% dos burocratas de alto escalão se autodeclararam como brancos, enquanto 23% se autodeclararam como pardos e somente 2,9% como negros. Outra vez, a desigualdade que já existe no todo da burocracia revela-se ainda mais característica entre os dirigentes¹⁷.

GRÁFICO 7
Raça/cor/etnia do respondente
(Em %)



Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores.

No que concerne ao *nível de escolaridade* (Gráfico 8), pode-se observar que a grande maioria dos respondentes possui algum tipo de pós-graduação (90,5%). A maior parte deles possui alguma especialização ou pós-graduação lato sensu (43,3%). Outros 28,1% possuem mestrado e 19,1% possuem doutorado. Considerando os 9% que obtiveram “Graduação”, 99,5% dos respondentes possuem pelo menos nível superior.

Esses dados revelam um alto grau de escolaridade por parte dos burocratas dirigentes, ainda maior do que o dos burocratas da pesquisa anterior (que já era elevado)¹⁸. Chama atenção, em especial, o percentual de 19,1% de doutores entre os burocratas dirigentes, o que correspondia a 9,9% entre os servidores civis investigados em 2019. Tal diferença pode se dar em razão da inclusão da burocracia da Administração

¹⁶ Média de idade muito próxima a do grupo de 2019, que foi de 46 anos.

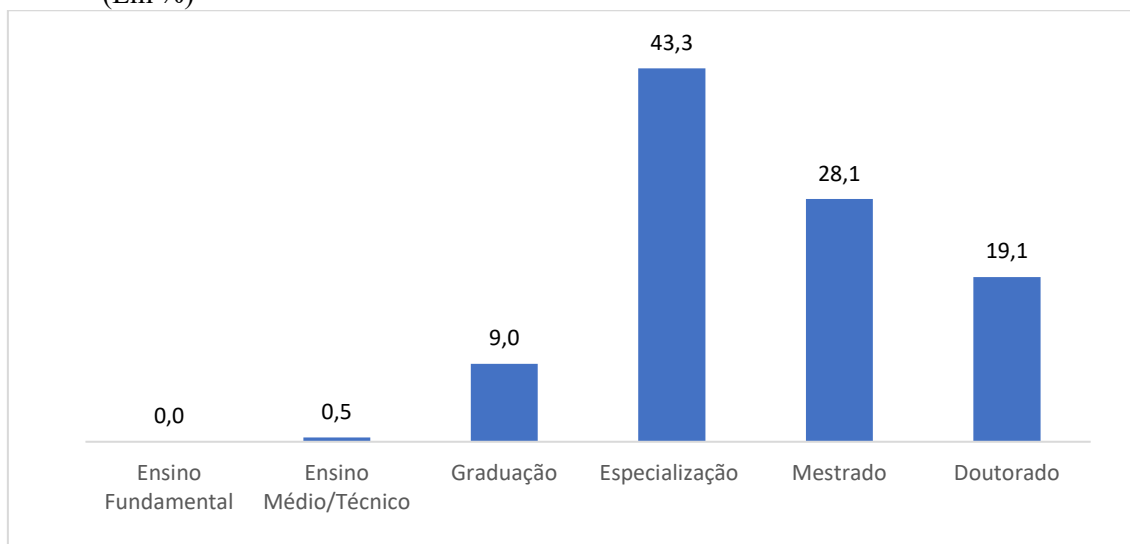
¹⁷ No *survey* anterior, 61,8% dos participantes se declararam brancos, 29,77% pardos e 6,12% negros.

¹⁸ Na ocasião, 63,6% dos participantes possuíam pós-graduação, mestrado ou doutorado. Enquanto 93,8% possuíam pelo menos nível superior. Ver gráfico A.5 do Apêndice A.

Indireta, que em áreas como de infraestrutura demanda elevada especialização técnica para ocupação de cargos de direção (Freire, Cavalcante e Palotti, 2017).

Os dados de escolaridade da presente amostra destoam daqueles apresentados para o universo (Gráfico 4). O fato do PEP registrar o nível de escolaridade dos servidores apenas no momento de entrada no serviço público pode ter causado uma defasagem nos dados, o que explicaria essa diferença.

GRÁFICO 8
Nível de escolaridade do respondente
(Em %)



Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores.

5.2 Uso de informações e evidências científicas pela burocracia dirigente do Executivo Federal brasileiro

Nesta seção serão expostos os resultados que definem o tema central do presente *survey*, a saber, as respostas obtidas com relação às práticas e padrões de uso de informações e evidências científicas por parte da burocracia dirigente nos processos de formulação e tomada de decisão sobre políticas públicas.

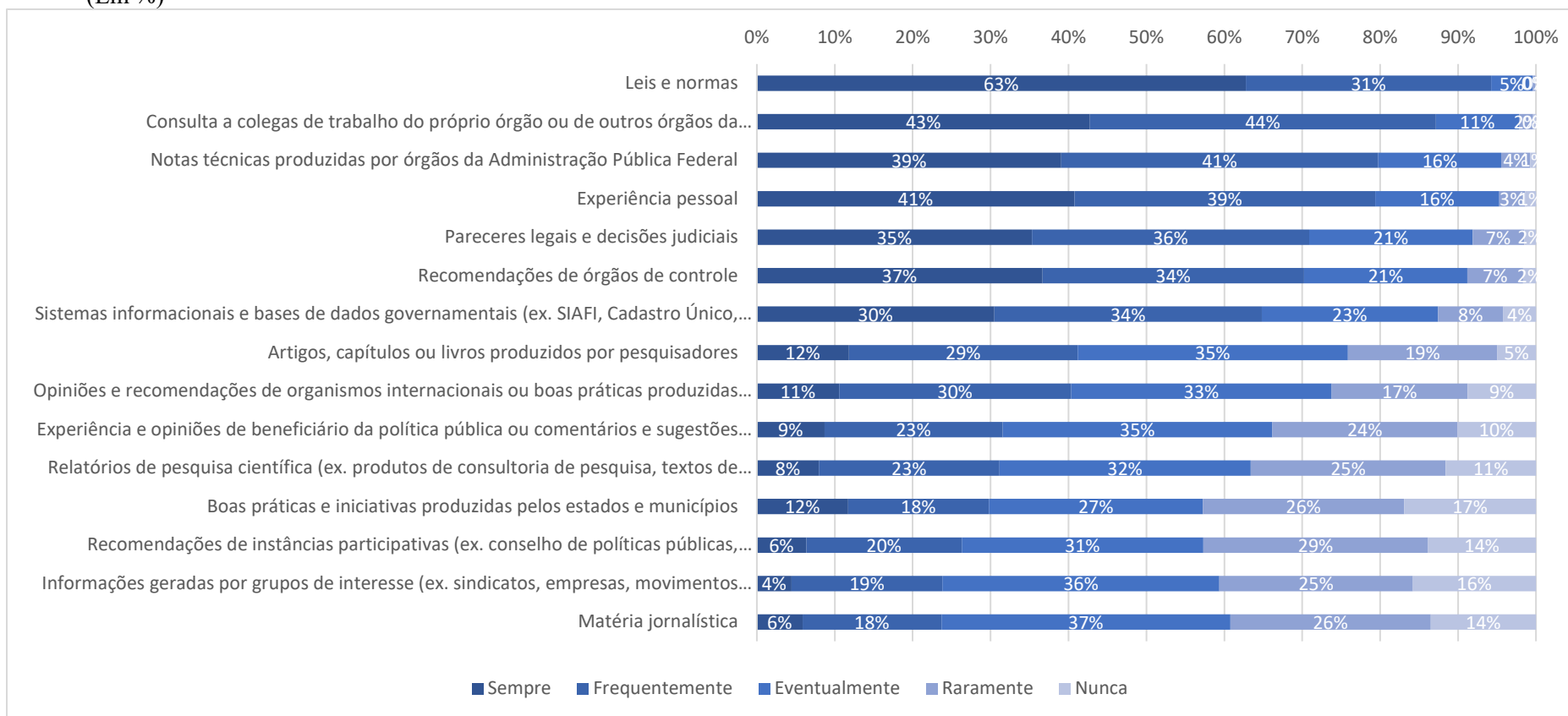
Desse modo, dimensões como os tipos de informação mais utilizados, principais fontes de acesso a evidências científicas, percepção dos burocratas sobre essa questão, aspectos organizacionais que afetam a utilização ou não utilização de evidências, bem como experimentos inéditos sobre usos de informações em contextos e condições específicos, serão discutidas ao longo da seção.

O principal objetivo das análises foi investigar o papel desempenhado por informações e evidências científicas no dia a dia desses burocratas, principalmente como elas têm impactado o seu trabalho com políticas públicas.

Na primeira questão, os participantes foram indagados sobre a frequência com que utilizavam determinados *tipos de informação* no seu cotidiano profissional, tendo como

referência os últimos meses dentro do contexto da pandemia da Covid-19. A lista de opções foi reproduzida do instrumento de 2019, com um conjunto bem diversificado de tipos de informação (não se restringindo apenas aos tipos científicos). Os resultados estão dispostos no Gráfico 9.

GRÁFICO 9
Tipos de informação utilizados no trabalho com políticas públicas
 (Em %)



Fonte: IPEA.
 Elaboração dos autores.

Como pode ser observado, assim como o conjunto dos burocratas do executivo federal pesquisados em 2019¹⁹, os burocratas dirigentes também utilizam majoritariamente informações produzidas pelo próprio Estado ou de cunho pessoal, principalmente conhecimentos e opiniões gerados dentro da burocracia federal.

Assim, ocupando o primeiro lugar do quadro, tem-se *leis e normas* como o principal tipo de informação utilizado pelo grupo dirigente, com 94% dos participantes declarando utilizá-las *sempre* ou *frequentemente*. O dado de certa forma é esperado, revelando uma forte tendência dos burocratas em atuar conforme as bases normativas.

Em seguida, ocupando posições de destaque próximas às obtidas para o conjunto dos burocratas do executivo federal em 2019, a *consulta a colegas de trabalho* e a *experiência pessoal* aparecem mais uma vez como formas de informação e conhecimento extremamente importantes, respectivamente com 87% e 80% dos respondentes tendo afirmado utilizá-las *sempre* ou *frequentemente*. Novamente, as relações interpessoais e as trajetórias individuais revelam-se fundamentais para a compreensão da utilização de informações pelos burocratas, inclusive do alto escalão.

Por outro lado, é importante sublinhar que as *notas técnicas produzidas por órgãos federais* aparecem mais uma vez entre as primeiras posições, ocupando o terceiro lugar como tipo de informação mais aplicado pelos dirigentes - 80% indicaram que recorrem a elas *sempre* ou *frequentemente*. Notas técnicas são documentos oficiais com alto grau de sistematicidade e que normalmente servem para esclarecer algum aspecto objetivo de uma política. Nesse mesmo sentido, 65% do grupo afirmou utilizar *sistemas informacionais e bases de dados governamentais sempre* ou *frequentemente*. Ou seja, nota-se que os burocratas dirigentes também têm incorporado às suas rotinas de trabalho, informações internas com caráter analítico e fundamentação empírica.

Ainda sobre os tipos de informação mais utilizados, chama a atenção a frequência de utilização de *pareceres legais e decisões judiciais e recomendações de órgãos de controle*, com respectivamente 71% e 70% dos respondentes tendo afirmado que os utilizam *sempre* ou *frequentemente*. No caso dos burocratas dirigentes, a incidência desses dois itens é ainda maior – em torno de 20% - do que no grupo geral de burocratas, evidenciando que eles têm lidado ainda mais com as informações repassadas pelos órgãos do controle (CGU e TCU) e do Judiciário.

No que concerne ao uso de evidências científicas propriamente ditas, ou seja, *artigos, capítulos ou livros produzidos por pesquisadores e os relatórios de pesquisa científica*, os dados obtidos demonstram um cenário bem modesto. As publicações acadêmicas ocupam a oitava posição na lista, com 41% de participantes afirmando empregá-las sempre ou frequentemente. Os relatórios de pesquisa, por sua vez, ocupam a décima primeira posição, com 31%. Quando considerados apenas os registros que marcaram sempre, os percentuais caem consideravelmente: 12% para as publicações acadêmicas e 8% para os relatórios.

¹⁹ Os dados obtidos no *survey* anterior para todos os 15 tipos de informação estão disponíveis no gráfico A.7 do Apêndice A.

Apesar dos burocratas dirigentes apresentarem índices mais elevados para esses itens em comparação com o grupo ampliado de burocratas de 2019 (em torno de 10% a mais), é importante ter em vista o quadro como um todo. Esse tipo de informação é 2 vezes menos utilizado em comparação com aqueles gerados pelo próprio governo federal ou pela experiência pessoal dos burocratas.

Como foi amplamente discutido no último estudo, parte importante dos burocratas, especialmente os ocupantes de cargos de direção, faz uso de evidências científicas em seu trabalho com políticas públicas. Ademais, é necessário explorar com mais profundidade a hipótese do papel intermediador do conhecimento científico que possa estar sendo desempenhado pelas fontes internas, o que configuraria um uso indireto das evidências científicas (KOGA et al., 2020). Desse modo, torna-se imperativa a realização de novas pesquisas com foco nos processos de transferência de conhecimentos científicos através de toda uma rede intermediária de atores e objetos.

Uma fonte que se destaca em comparação com os resultados do *survey* de 2019, trata das *recomendações de organismos internacionais* que foi mencionada como sempre ou frequentemente utilizada por 40% dos burocratas dirigentes, enquanto entre o serviço civil foi lembrada apenas por 18,2% dos respondentes nessa mesma frequência. Este resultado demonstra que o parâmetro internacional se torna relevante nessa esfera decisória, o que pode ser mais bem explorado em futuras pesquisas que acrescentem outros fatores, como diferenças entre setores de políticas públicas.

As últimas colocações da lista são ocupadas por tipos de informação produzidos fora do governo federal, por outros atores governamentais e sociais. Assim, *recomendações de instâncias participativas*, *informações geradas por grupos de interesse* e *matérias jornalísticas* obtiveram, respectivamente, apenas 26%, 24% e 24% de respostas *sempre* ou *frequentemente*. Outra vez, os resultados acompanham tendência já observada para o conjunto dos burocratas. O alto escalão também absorve muito pouco dos conhecimentos gerados pela sociedade.

Em síntese, comparativamente é possível afirmar que os burocratas dirigentes apresentaram índices expressivamente mais elevados de utilização para todos os tipos de informação, o que indica, como aventado pela literatura, uma maior pluralidade de recursos informacionais dada a natureza relacional e decisória de sua atuação que, por um lado, garante maior acesso a diversas fontes e, por outro, os coloca em posição de demandas de fundamentação de decisões mais frequentes.

Entretanto, as tendências gerais observadas são muito próximas àquelas obtidas para o conjunto ampliado de burocratas. Ao que tudo indica, mesmo em posições e contextos diferentes, suas preferências parecem estar direcionadas para os mesmos tipos de informação.

No estudo de 2019, a variável *tipos de informação* foi submetida à técnica de análise fatorial. Na ocasião, a análise chegou a quatro fatores, os quais agregavam os tipos de informação que estavam mais correlacionados entre si. Esses fatores foram nomeados como *tipos de informação* e são eles: i) interno (conhecimento produzido pela burocracia federal como um todo); ii) externo (produzido por outros atores governamentais e

sociais); iii) acadêmico (produzido por instituições acadêmicas e pesquisadores); iv) pessoal (produzido pelo próprio burocrata e seus colegas).

As respostas coletadas no presente *survey* junto ao grupo de burocratas dirigentes também foram submetidas à mesma técnica para fins de comparação. O resultado da análise está disposto na Tabela 4. Ele explica cumulativamente 60% da variação dos dados²⁰.

TABELA 4
Análise fatorial dos tipos de informação utilizados

Perfil de informação	Interno	Externo	Acadêmico	Pessoal
Leis e normas	0,721			
Notas técnicas produzidas por órgãos federais	0,822			
Pareceres legais e decisões judiciais	0,857			
Recomendações de órgãos de controle	0,729			
Sistemas informacionais e bases de dados governamentais	0,353			
Boas práticas e iniciativas produzidas pelos estados e municípios	0,343	0,501		
Recomendações de instâncias participativas		0,651	0,412	
Experiência e opiniões de beneficiário		0,684		
Informações geradas por grupos de interesse (ex. ONGs)		0,806		
Recomendações de organismos internacionais		0,576	0,314	
Matéria jornalística		0,479		
Artigos, capítulos ou livros produzidos por pesquisadores		0,35	0,709	
Relatórios de pesquisa científica		0,353	0,928	
Experiência pessoal				0,753
Consulta a colegas de trabalho				0,839
KMO: 0,83; $\chi^2 = 5601,490$; df = 105; p < 0,1%				
Variação Total Explicada – 59,6%				
SS loadings	2,875	2,717	1,818	1,522

Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores

A distribuição dos valores demonstra que os dados obtidos para os dirigentes são extremamente próximos àqueles encontrados no estudo de 2019 com o grupo ampliado de burocratas, inclusive com cargas fatoriais muito semelhantes²¹. Além de reiterar as constatações feitas nas últimas páginas, essa semelhança também confirma que o modelo com quatro perfis de informação é válido e tem se reproduzido mesmo em grupos e situações diferentes. Esses resultados apontam para um padrão de tipos de fontes informacionais que atravessa diferentes perfis da Administração Federal brasileira.

²⁰ Os detalhes técnicos da análise fatorial estão disponíveis no Apêndice B. O Apêndice demonstra o passo a passo da análise e como se chegou aos perfis.

²¹ Os resultados da análise fatorial com os dados de 2019 estão disponíveis na Tabela A.3 do Apêndice A.

Em seguida, a seção trazia o primeiro experimento do *survey*, cujo objetivo consistia em identificar para quais finalidades os burocratas dirigentes faziam uso dos quatro perfis de informação (*interno estatal, externo, científico e pessoal*).

Desse modo, a seguinte vinheta era apresentada aos participantes: “*Na prática da administração pública, informações de fontes e formatos distintos interferem na formulação e implementação de políticas e programas governamentais. Suponha que você tenha obtido informações relacionadas à política pública na qual você atua provenientes de: [fontes internas estatais/ fontes externas/ fontes científicas/ fontes pessoais]*”²². No caso, cada respondente visualizava um dos quatro perfis, por meio de sorteio aleatório.

Após a vinheta, eram realizadas perguntas que indagavam o burocrata sobre a utilidade daquele perfil de informação em três contextos de atuação relacionados ao trabalho com políticas públicas. Os cenários apresentados foram baseados na tipologia já aplicada por autores como Weiss (1979), Beyer (1997) e Amara et al. (2004), que diferencia contextos de uso *instrumental* da informação (para tomada de decisões e ações concretas), de uso *conceitual* (para esclarecimento ou aprendizado sobre aspectos da política pública) e de uso *simbólico* (para justificar decisões já tomadas)²³.

Os dados do experimento foram inicialmente analisados por meio do teste de hipóteses de Kruskal-Wallis (1952), que permite identificar se três ou mais grupos possuem funções de distribuição iguais ou diferentes²⁴. Desse modo, o teste apontou se algum dos quatro perfis de informação apresentou variação estatisticamente significativa ao longo dos três cenários apresentados.

O teste mostrou que as frequências de uso foram estatisticamente diferentes em dois dos quatro perfis de informação (*interno estatal e pessoal*) ao nível de significância de 1%. Essas variações podem ser observadas nos Gráficos 10 a 12.

Inicialmente, nota-se que a mesma ordem de preferência/expectativa de utilidade aparece em todos os três contextos de uso. Mais especificamente nessa sequência (do perfil mais valorizado ao menos valorizado): *interno estatal, científico, externo e pessoal*. O que, a princípio, indicaria que não existe diferença na relação entre perfis de informação e contextos de uso. Contudo, é possível detectar algumas variações importantes.

Primeiro, as informações de perfil *interno estatal* não são tão predominantes nos contextos de uso *conceitual* (esclarecimento), inclusive apresentando uma expectativa de utilidade relativamente próxima às de *perfil científico*. Ou seja, o perfil interno estatal perde um pouco de relevância em situações de aprendizado e elucidação de dúvidas, e passa a dividi-la com o perfil científico.

Segundo, as informações de perfil *pessoal* são vistas como menos úteis nos contextos de uso *instrumental* (tomada de decisão e ação) e, principalmente, *simbólico* (justificativa), sendo melhor avaliadas principalmente para contextos de uso conceitual.

²² Os textos completos das variações traziam um conjunto de exemplos para ajudar na compreensão dos termos. Eles não foram aqui reproduzidos por uma questão de espaço, mas estão disponíveis no Anexo A.

²³ Também por uma questão de espaço, o enunciado completo das três opções está descrito no Anexo A.

²⁴ Todos os detalhes do teste, bem como da análise complementar do experimento, estão disponíveis no Apêndice B.

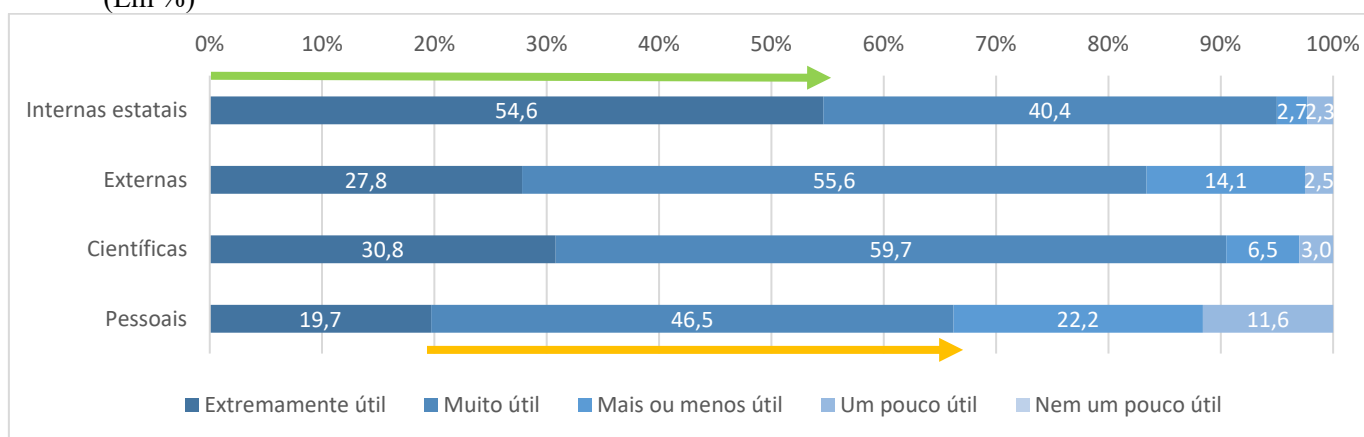
Faz sentido que o conhecimento de cunho pessoal não seja tão utilizado em situações que requerem a legitimação de decisões já tomadas.

Finalmente, as informações de perfil *externo* também são menos valorizadas em contextos de uso *simbólico*. Ao que tudo indica, os perfis interno estatal e científico são vistos como mais legítimos e por isso se sobressaem em contextos de uso simbólico.

Os resultados apresentados vão ao encontro dos achados da literatura sobre o uso de pesquisas no *policymaking* que indicam um maior uso de evidências científicas, em contextos como o canadense e norte-americano, para fins conceituais e simbólicos em detrimento dos fins instrumentais preconizados pela abordagem da PPBE (Weiss, 1979; Amara et al., 2004). Uma possível explicação para o maior uso conceitual do conhecimento científico pode estar relacionada à atuação do burocrata que, conforme, sustenta Weiss (1993), não é irracional, mas mais interessada em construir um apoio de longo prazo para a política na qual atua e menos de atingimento de resultados imediatos. O alto número de servidores de carreira entre os burocratas dirigentes, assim como o elevado tempo de experiência na Administração Pública, pode corroborar esse argumento. De todo modo, como já mencionado, futuras investigações sobre o uso instrumental das fontes internas merecem ser conduzidos para a exploração da hipótese de que estas funcionem como meios de absorção e legitimação de evidências científicas.

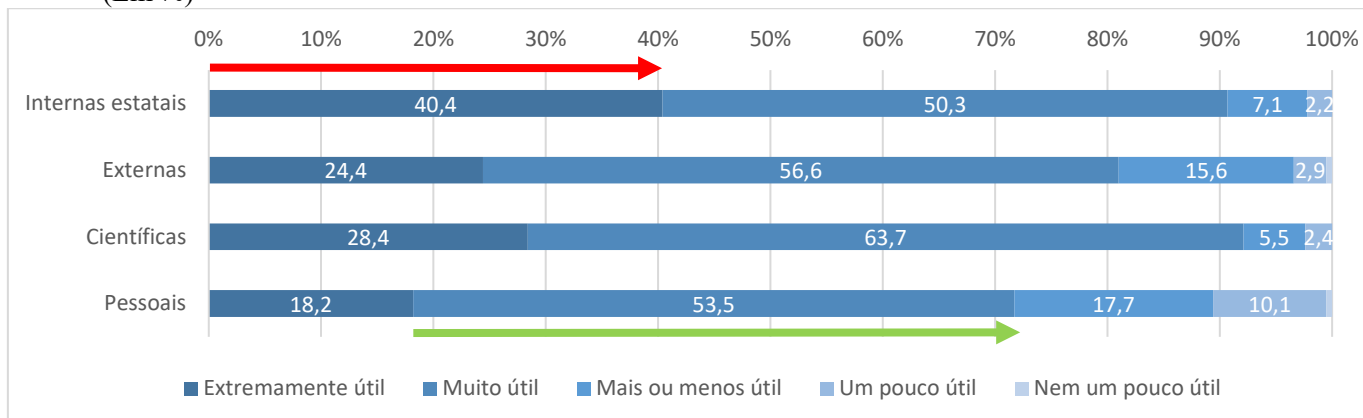
Vale a pena sublinhar, por fim, o fato de que os resultados encontrados nesse experimento - que mede preferências e expectativas de utilidade dos respondentes, ou seja, percepções - são bem diferentes daqueles obtidos na questão sobre frequência de uso no cotidiano. A ordem de utilização é a seguinte: interno estatal, pessoal, científico e externo. Ou seja, embora o perfil pessoal seja visto como o menos útil em todos os três contextos apresentados, ainda assim é o segundo mais utilizado no dia a dia dos dirigentes.

GRÁFICO 10
Uso instrumental x Perfil de informação
(Em %)



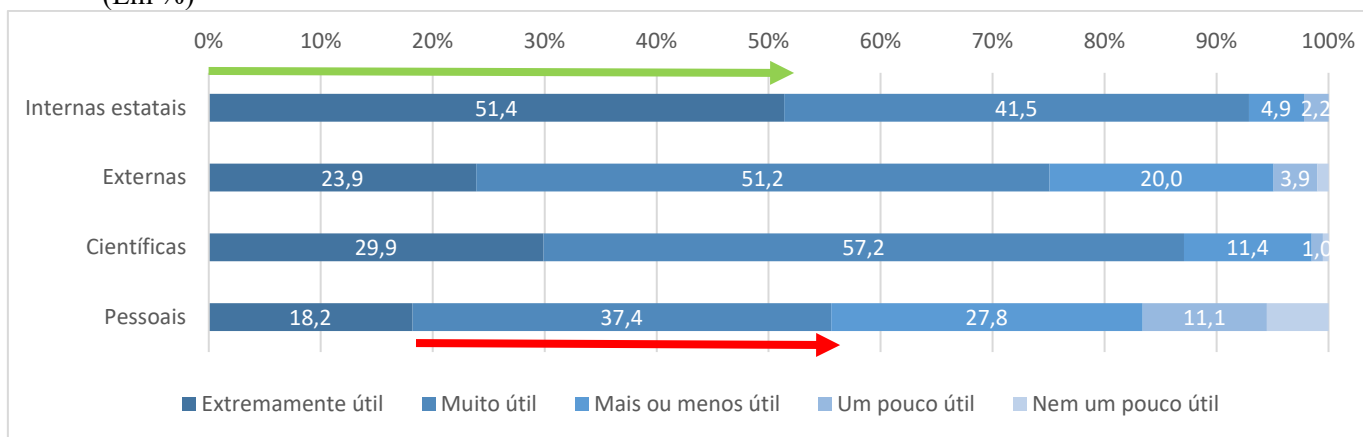
Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores

GRÁFICO 11
Uso conceitual x Perfil de informação
 (Em %)



Fonte: IPEA.
 Elaboração dos autores

GRÁFICO 12
Uso simbólico x Perfil de informação
 (Em %)



Fonte: IPEA.
 Elaboração dos autores.

Em seguida, outro experimento foi apresentado para os participantes com o intuito de relacionar contextos decisórios e o uso de diferentes perfis de informação, mais precisamente, quanto ao escopo da decisão a ser tomada - se no nível micro de decisões administrativas ou no nível macro para grandes definições da política pública – e quanto ao tempo disponível.

Assim, a seguinte vinheta era exibida: “*Suponha que você deva subsidiar decisões relacionadas a [melhorias da gestão do seu órgão/ melhorias da política pública em que está trabalhando]. Essa decisão precisa ser tomada no prazo de [uma semana/ três meses]. Nesse cenário, qual a probabilidade de você utilizar as fontes de informação a seguir, considerando que você pode utilizar nenhuma, uma ou mais de uma dessas fontes?*”. Após, os quatro perfis de informação eram exibidos e o respondente tinha de marcar a probabilidade de utilizar cada um deles.

Os resultados desse segundo experimento foram analisados por meio do teste de hipóteses de Mann-Whitney (1947), que identifica se dois grupos possuem funções de distribuição iguais ou diferentes²⁵. Assim, o teste apontou se cada par de condições apresentou variação estatisticamente significativa para os quatro perfis de informação.

Identificou-se que a probabilidade de utilização das informações de perfil pessoal é diferente de acordo com as condições de prazo ao nível de significância de 5% (p-valor = 0,011). As demais aplicações do teste não encontraram diferenças estatisticamente significativas.

No caso das diferentes modalidades de intervenção (melhoria na gestão do órgão *versus* melhoria na política pública), pode-se observar que não houve nenhuma variação (Gráfico 13 a 16). Ou seja, não há relação entre essa condição e uma maior ou menor probabilidade de uso de certo perfil de informação, o que não confirmou as hipóteses extraídas da literatura de um maior uso de fontes internas para decisões de nível micro, e de uma multiplicidade de fontes para decisões de nível macro. Este resultado nos leva a questionar se os burocratas dirigentes entendem melhorias na gestão do órgão e melhorias na política pública como fins intercambiáveis ou se, de fato, o escopo decisório não implica diferenças na escolha das fontes informacionais. Além disso, é possível que as expressões utilizadas “melhoria na gestão do órgão” e “melhoria na política pública” não tenham sido suficientemente claras para caracterizar essas duas dimensões distintas aos respondentes, o que levou a não diferenciação nas respostas.

É possível observar no Gráfico 20 que as informações de *perfil pessoal* apresentaram maior probabilidade de uso no contexto de prazos maiores (três meses). Apesar de não terem aparecido dentro do corte de significância estatística ($p < 0,15$), é possível notar que as informações de *perfil externo* (Gráfico 18) e de *perfil científico* (Gráfico 19) também apresentaram maior probabilidade de uso no contexto de prazos maiores (três meses). O achado certamente faz sentido no caso dos perfis externo e científico, pois o prazo de tempo maior possibilitaria o uso de informações com acesso menos imediato.

Por sua vez, o perfil interno estatal não apresentou variação para prazos diferentes (Gráfico 17).

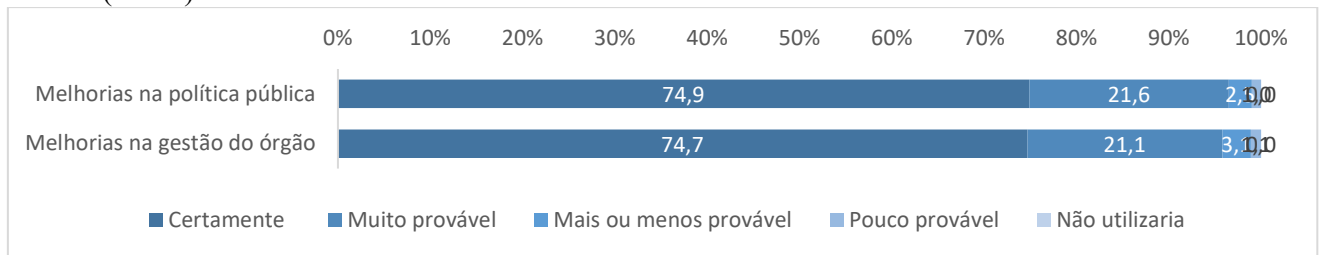
Como no primeiro experimento, uma mesma escala de preferência e probabilidade de utilização aparece em todos os cenários. Contudo, no presente experimento essa escala segue o padrão encontrado na variável *tipos de informação utilizados no trabalho*. A saber, especificamente nessa ordem (do mais provável ao menos improvável): interno estatal, pessoal, científico e externo.

²⁵ Todos os detalhes do teste, bem como da análise complementar do experimento, estão disponíveis no Apêndice B.

GRÁFICO 13

Tipo de melhoria x probabilidade de utilizar informação interna estatal

(Em %)



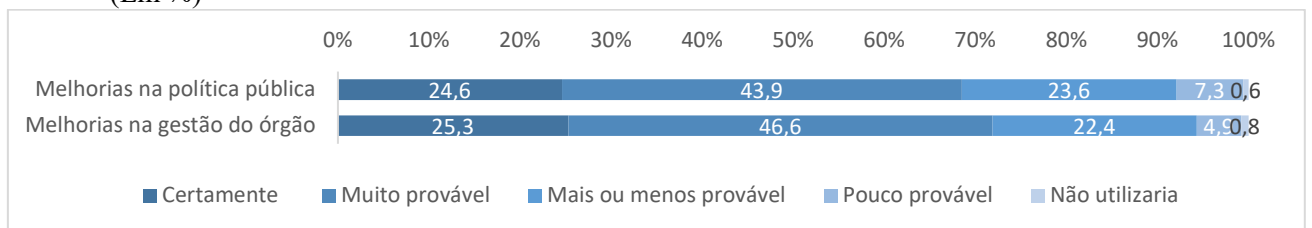
Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 14

Tipo de melhoria x probabilidade de utilizar informação externa

(Em %)



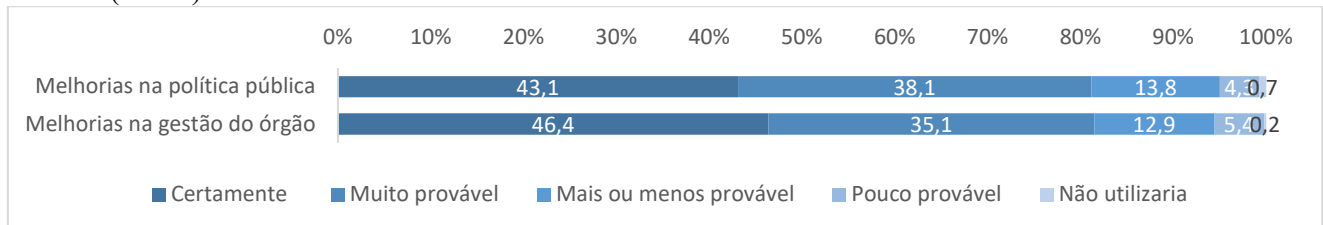
Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 15

Tipo de melhoria x probabilidade de utilizar informação científica

(Em %)



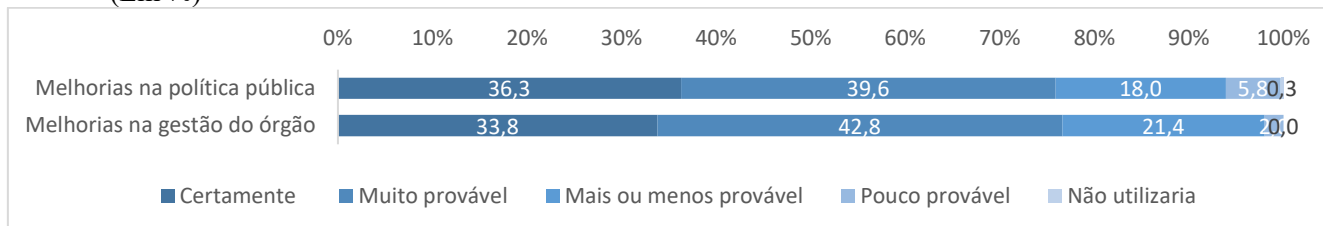
Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 16

Tipo de melhoria x probabilidade de utilizar informação pessoal

(Em %)

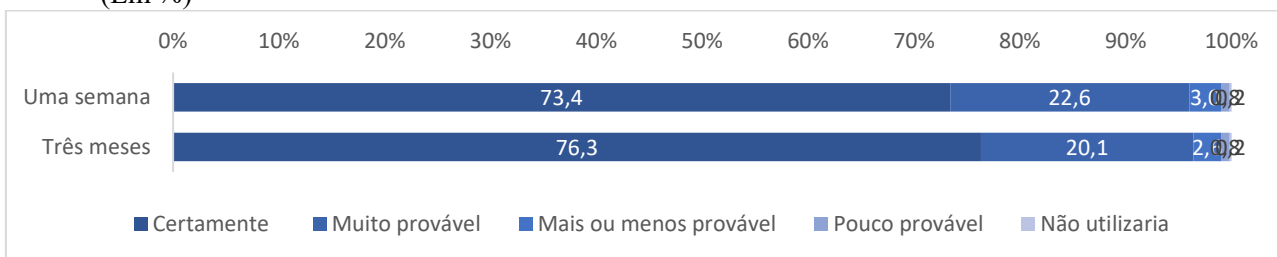


Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

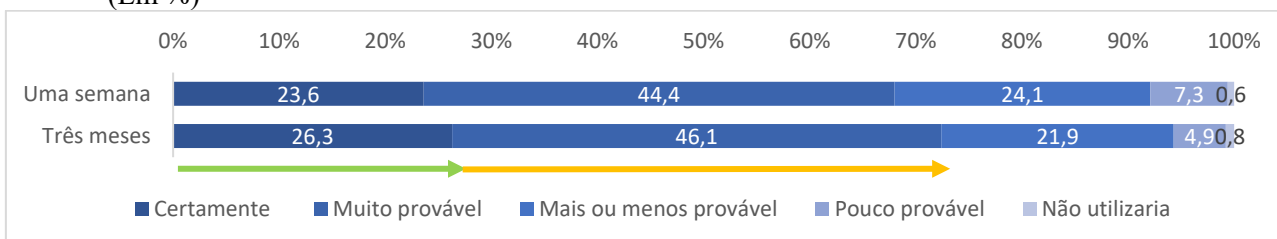
GRÁFICO 17

Prazo de tempo x probabilidade de utilizar informação interna estatal
(Em %)



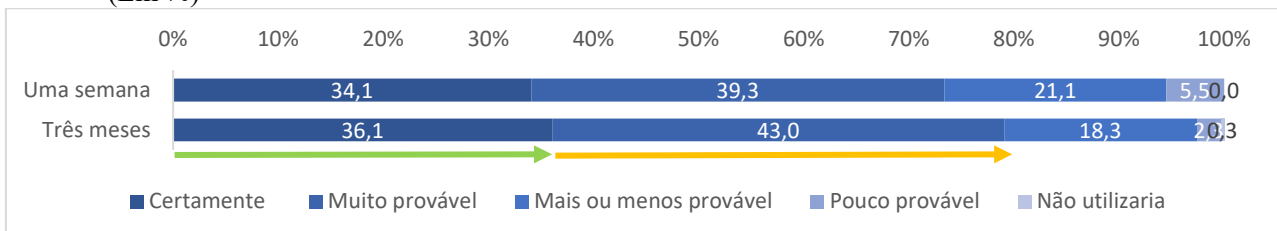
Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 18
Prazo de tempo x probabilidade de utilizar informação externa
(Em %)



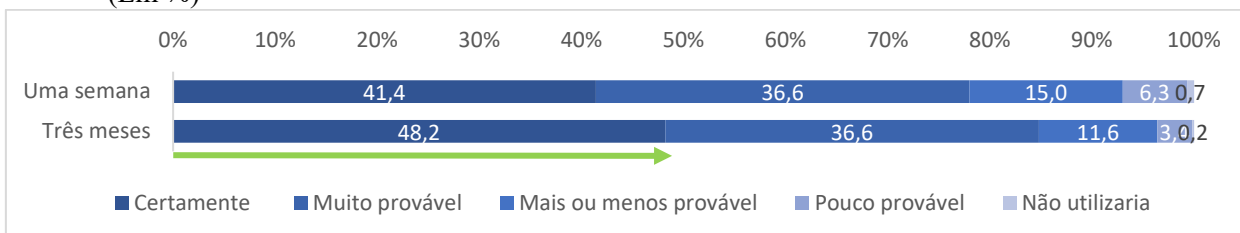
Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 19
Prazo de tempo x probabilidade de utilizar informação científica
(Em %)



Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 20
Prazo de tempo x probabilidade de utilizar informação pessoal
(Em %)



Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores.

A questão subsequente procurava identificar as formas de acesso dos burocratas dirigentes às evidências científicas (em sentido restrito) no âmbito do seu trabalho. Para tal, a seguinte pergunta foi apresentada: “*Após o início da pandemia Covid-19, como você toma conhecimento de resultados de pesquisas e estudos científicos relevantes para o seu trabalho?*”. A questão permitia a escolha de mais de uma resposta.

Conforme a Tabela 5, o principal meio de acesso aos resultados de pesquisas científicas por parte dos burocratas dirigentes são as *ferramentas de busca online*, como o Google, com 61,1%. A posição de destaque faz sentido pelo fato de que esses sites, atualmente, cumprem um papel intermediário importante no acesso à informação.

Em segundo lugar, a *imprensa* aparece como forma de acesso para 51% dos participantes. Do mesmo modo, a relevância da imprensa como disseminadora de informações de interesse geral explicaria a posição de destaque.

Em terceiro, a *indicação de conhecidos* obteve 45,7% dos registros, evidenciando mais uma vez a centralidade das redes interpessoais (formais e informais) para o acesso e utilização de evidências científicas. Essa constatação também é reforçada pelo percentual do item *eventos, seminários ou congressos científicos*, que obteve 41,42%.

Chama a atenção a presença da *busca em sites de instituições de pesquisa* no quarto lugar da lista, com 42,7%, revelando a extrema importância dos esforços de divulgação de instituições como o Ipea, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outros.

De modo semelhante, os *sites de organismos internacionais*, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) ou a Organização Mundial de Saúde (OMS), também se destacam como importante fonte de acesso a evidências científicas, tendo obtido 40% das observações.

Por outro lado, fontes convencionalmente categorizadas como científicas ou acadêmicas apresentaram um percentual bem mais baixo do que os demais. As fontes *portais de periódicos ou banco de teses e dissertações e citações em estudos acadêmicos* aparecem respectivamente com apenas 23,6% e 20,7%. Na mesma linha, a *busca presencial ou em sites de bibliotecas* aparece com somente 10,3%.

TABELA 5
Fontes de acesso a pesquisas e estudos científicos

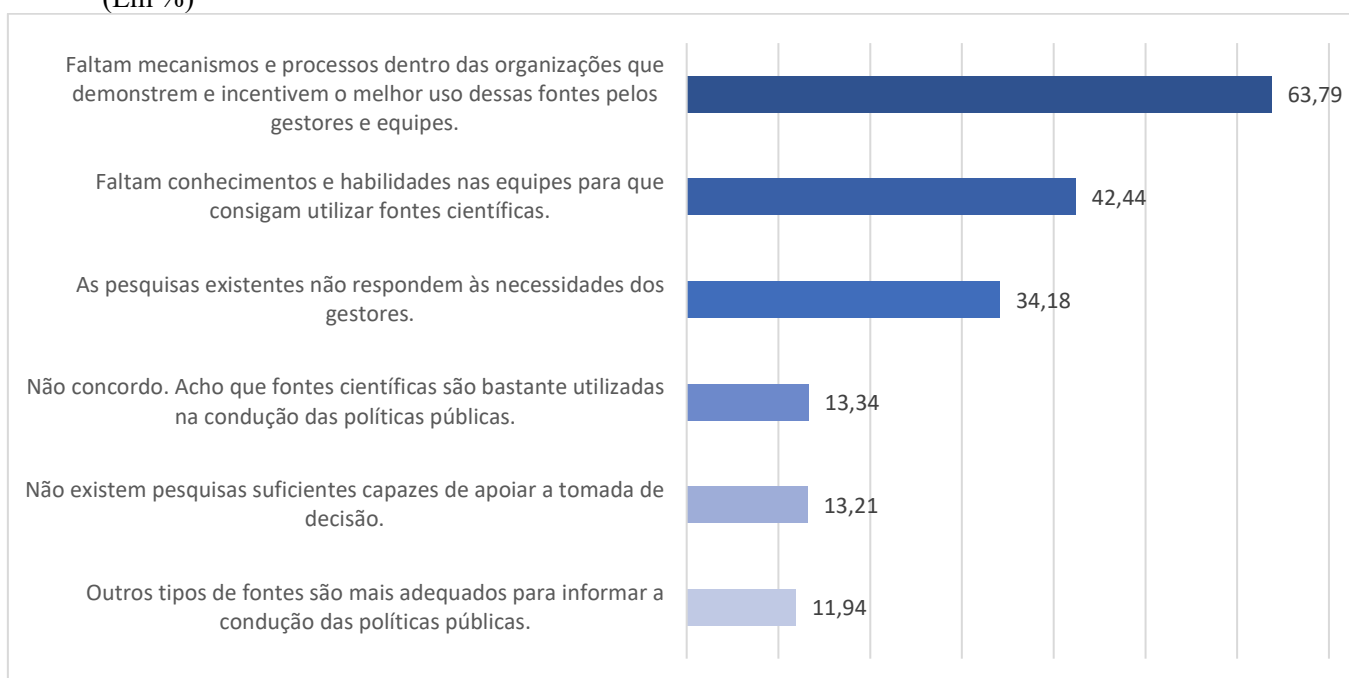
Fonte de acesso	Simplex (%)*
Google ou outras ferramentas de busca na internet	61.12
Imprensa (ex. Folha de São Paulo, Nexo Jornal, Estadão, etc.)	51.08
Indicação de conhecidos	45.74
Por busca em sites de instituições de pesquisa (ex. Ipea, Enap, Fiocruz.)	42.69
Sites de organismos internacionais (ex. ONU, OCDE, etc.)	40.53
Em eventos, seminários ou congressos científicos	41.42
Redes sociais (ex. Facebook, Twitter, Whatsapp, etc.)	27.45
Portal de periódicos ou Banco de Teses e Dissertações (ex. Scielo.)	23.63
Plataformas de compartilhamento de áudio e vídeo (ex. Youtube.)	22.74
Por citações em estudos acadêmicos	20.71
Por busca presencial ou em sites de bibliotecas	10.29

Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores.
Obs.: *O respondente poderia marcar mais de uma opção.

No caso das formas de acesso a evidências científicas, as tendências observadas para o alto escalão também foram bastante próximas àquelas encontradas no grupo ampliado de burocratas em 2019. Algumas diferenças, no entanto, merecem ser destacadas. A primeira diz respeito à maior relevância dos sites de organismos internacionais entre este grupo, tipo de fonte informacional que também foi lembrada com maior frequência pelos burocratas dirigentes, como apontado no Gráfico 12. A segunda trata dos meios acadêmicos que, de fato, são menos acessados pelos burocratas dirigentes em comparação aos burocratas do serviço civil. Estes são resultados importantes para refletirmos sobre quais as melhores formas para se alcançar os diferentes perfis de burocratas. Por exemplo, enquanto que para os produtores de notas técnicas, os eventos científicos e buscas em portais de periódicos talvez sejam meios viáveis de acesso em suas rotinas de trabalho, para os burocratas dirigentes, o acesso ao conhecimento científico talvez seja mais plausível por meios digitais (como sites de busca, de instituições de pesquisa e organismos internacionais), da imprensa, indicação de conhecidos ou mesmo pelas próprias notas técnicas.

A última variável dessa seção procura identificar quais as razões, do ponto de vista dos burocratas dirigentes, para o baixo índice de utilização de evidências científicas na gestão das políticas públicas. Os respondentes podiam selecionar quantas opções quisessem. Os resultados estão exibidos no Gráfico 21.

GRÁFICO 21
Razões pelas quais evidências científicas são pouco utilizadas no âmbito das políticas públicas, na percepção dos dirigentes
(Em %)



Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores.

A falta de mecanismos e processos dentro das organizações que demonstrem e incentivem o melhor uso de evidências científicas pelos gestores e equipes foi apontada como a principal razão para a baixa utilização, com 63,7%. O segundo motivo, na percepção dos respondentes, é a *falta de conhecimentos e habilidades das equipes para lidar com evidências científicas*, com 42,4%. Em terceiro lugar, o fato das *pesquisas existentes não responderem às necessidades dos gestores* foi apontado por 34,1%.

Os resultados levam à constatação de que, do ponto de vista dos burocratas dirigentes, o uso de evidências científicas na gestão de políticas públicas requer estruturas e políticas organizacionais voltadas ao estímulo dessa prática, bem como a formação de habilidades específicas entre os burocratas de modo a capacitá-los para a mesma. O que, a princípio, ainda seria incipiente na burocracia brasileira. Ou seja, em que pese o destaque à necessidade de maior aplicabilidade das pesquisas existentes, para os burocratas dirigentes, os desafios estariam mais do lado da demanda, do próprio Estado conseguir desenvolver capacidades seja no nível individual ou organizacional para absorver o conhecimento científico, do que do lado da oferta, das instituições de pesquisa proverem mais pesquisas. Este entendimento se aproximaria à terceira abordagem da PPBE mencionada por French (2019), que aposta na inovação e adensamento de iniciativas voltadas para a criação e desenvolvimento de sistema de governança de evidências (Parkhurst, 20016).

Por outro lado, uma parcela minoritária (13,3%) considerou que evidências científicas são bastante utilizadas na condução das políticas públicas. Algo que talvez aponte para experiências isoladas em setores específicos.

Outro grupo pequeno (13,2%) apontou que não existem pesquisas em número suficiente para apoiar as tomadas de decisões. Finalmente, 11,9% afirmaram que outros tipos de informação são mais adequados para embasar a gestão pública.

5.3 Elementos contextuais

Nessa seção serão apresentados os resultados obtidos a respeito dos elementos contextuais do trabalho dos burocratas com políticas públicas. Trata-se de perguntas sobre os atores/organizações com quem trabalham e as respectivas redes de interação, bem como a rotina durante da pandemia da Covid-19.

A primeira questão procurava mapear os *atores e organizações com os quais os burocratas de alto escalão interagem*, o que nas pesquisas anteriores foi definido como “recursos interacionais” (Enap, 2018; KOGA et al., 2020). Vale sublinhar que o recorte temporal da pergunta contemplava a situação de pandemia.

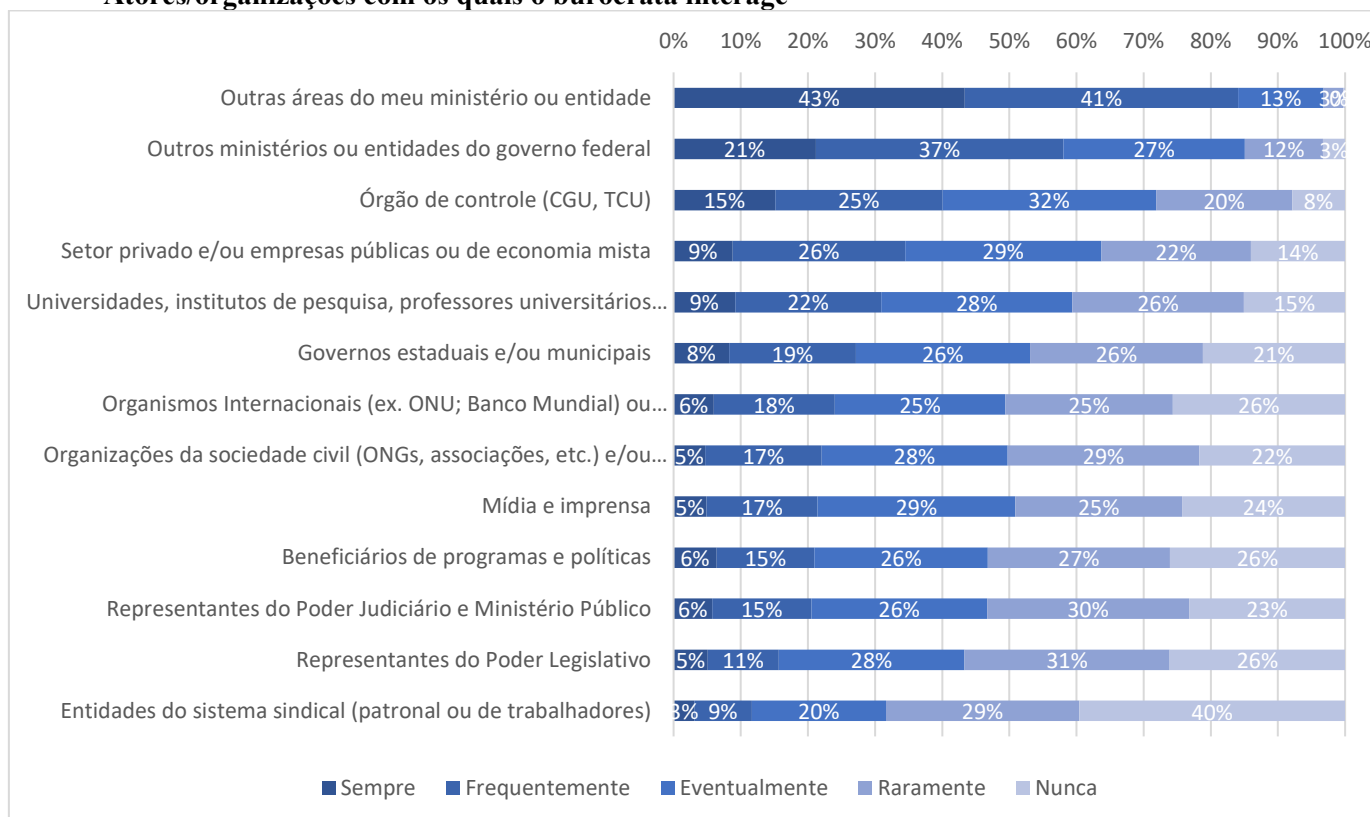
Conforme pode ser observado no Gráfico 22, os resultados encontrados no presente estudo demonstram que, como os burocratas do grupo ampliado que participou da pesquisa anterior²⁶, os burocratas dirigentes tendem a interagir majoritariamente com atores do próprio poder. Contudo, a frequência de interação com quase todos os demais tipos de interlocutores é expressivamente superior se comparada a dos outros burocratas.

²⁶ Ver Gráfico A.6 do Apêndice A.

Os burocratas dirigentes interagem intensamente com outras áreas dentro dos próprios ministérios e com outros órgãos do governo federal. Mais precisamente, 84% dos respondentes declararam interagir “Sempre” ou “Frequentemente” com outras áreas do próprio ministério. Enquanto para outras entidades do governo federal esse índice correspondeu a 58%.

GRÁFICO 22

Atores/organizações com os quais o burocrata interage



Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

É necessário destacar a forte presença dos órgãos de controle como CGU e TCU dentro das redes interacionais dos burocratas dirigentes. Comparativamente, 40% destes burocratas afirmaram interagir “Sempre” ou “Frequentemente” com os entes do controle, contra 18% do grupo ampliado de 2019, o que indica que a relação entre os entes do controle e a gestão se dá fortemente neste nível decisório.

Também vale destacar a diferença das frequências no caso das universidades, institutos de pesquisa, professores e pesquisadores. Ainda que o percentual seja modesto - 31% dos dirigentes afirmaram interagir “Sempre” ou “Frequentemente” – é 9 pontos superior ao dos burocratas do grupo ampliado.

Essa maior frequência de interação dos burocratas dirigentes, se comparada ao grupo ampliado, é observada também entre os demais atores. “Organizações da sociedade civil e/ou Instâncias participativas” (22% x 15%), “Beneficiários de programas e políticas” (21% x 18%), “Mídia” (21% x 7%), bem como “Representantes do Poder

Judiciário e Ministério Público” (21% x 9%) e “Representantes do Poder Legislativo” (16% x 5).

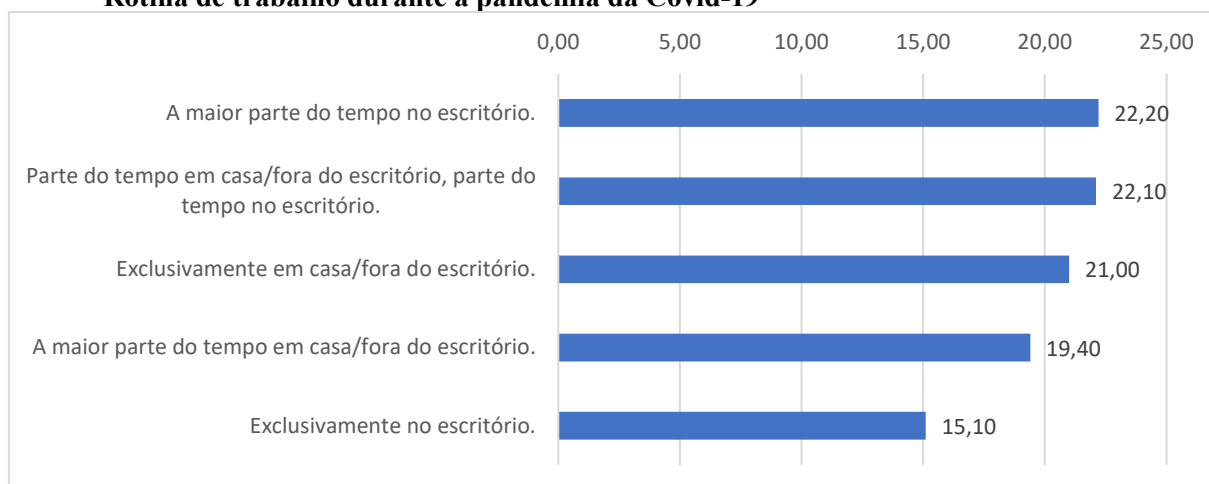
Confirmando o indicado pela literatura, os percentuais deixam nítido que os membros do alto escalão trabalham com redes de interação mais intensas e diversificadas do que os demais burocratas.

Também foi feita uma pergunta para entender como a *rotina de trabalho* dos burocratas de alto escalão foi alterada pela pandemia da Covid-19, mais especificamente no que se refere ao espaço de trabalho (Gráfico 23).

Quando consideradas as opções “Exclusivamente em casa” e “A maior parte do tempo em casa”, nota-se que 40% dos dirigentes têm atuado majoritariamente em casa ou fora do escritório. Do outro lado, somadas as opções “A maior parte do tempo no escritório” e “Exclusivamente no escritório”, 37,3% dos burocratas têm atuado principalmente no escritório. No meio termo, 22,1% dos respondentes afirmaram que tem dividido “parte do tempo em casa, parte do tempo no escritório”.

GRÁFICO 23

Rotina de trabalho durante a pandemia da Covid-19



Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

Em síntese, os elementos contextuais apontam para uma multiplicidade de interações com agentes externos às unidades de trabalho dos dirigentes, confirmando a expectativa teórica de interlocuções com diversos *stakeholders* se mais intensa nas camadas mais estratégicas das organizações. O fato de múltiplas rotinas de trabalho em decorrência da pandemia da COVID-19 é um elemento ainda a ser avaliado, havendo o fato nítido de ampliação de estratégias de *homeoffice* e teletrabalho, com consequências a se avaliar nos médio e longo prazos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como em pesquisas similares envolvendo um elevado número de respondentes, os resultados identificados na primeira extração de dados são muito ricos. Servem para responder algumas perguntas de pesquisa, produzir recomendações e, principalmente, delinear novas indagações e percursos metodológicos para futuras investigações. É o que sintetizaremos nessa última seção.

A primeira pergunta remete a quais seriam as principais fontes de informação utilizadas pela burocracia dirigente. As fontes internas estatais são preponderantes também para a burocracia dirigente, não obstante deva-se destacar uma ampla pluralidade de fontes informacionais. Esse achado é corroborado tanto pela questão que pergunta sobre diversas fontes informacionais, como pelo experimento que diretamente contrapôs os tipos de informação. Além disso, é um bom sinal de consistência analítica a manutenção de quatro fontes de informação, após aplicação de análise fatorial, confirmando a mesma composição entre 2019 e o *survey* atual.

É de se destacar também algumas fontes de informação que se apresentaram relevantes para o grupo dirigente. Destacamos duas em particular. A primeira é a influência dos órgãos judiciais e de controle. Essas fontes informacionais foram utilizadas sempre e frequentemente por cerca de 70% dos respondentes. Esse percentual é 20% maior para os dirigentes se comparados ao serviço civil em geral. A segunda remete aos relatórios e recomendações de organismos internacionais. Para cerca de 40% dos dirigentes respondentes, essa é uma fonte sempre ou frequentemente utilizada. Esse percentual corresponde ao dobro do observado para a burocracia mais ampla.

Os achados relacionados a essa primeira questão apontam para um potencial de absorção de evidências científicas pela camada dirigente da burocracia. Parece ser promissor investir recursos para produzir e dar acesso a evidências científicas focadas nesse perfil. Isso remete às questões relacionadas a quais usos que os burocratas dirigentes fazem dessas fontes científicas, principalmente quanto a três tipos traçados pela literatura – instrumentais, conceituais e simbólicos (Weiss, 1979; Beyer, 1997; Amara et al., 2004). O experimento que manipulou as fontes de informação para diferentes contextos de uso dessas fontes indica que as evidências científicas são consideradas muito relevantes para contextos de usos conceituais ou simbólicos, rivalizando com as fontes internas estatais. Esse achado, embora corrobore estudos no contexto canadense e norte-americano, contraria o caráter mais propriamente instrumental preconizado pela abordagem da PPBE.

O terceiro conjunto de questões remete a como os dirigentes acessam as fontes científicas, se há contato direto entre gestores e acadêmicos e quais os obstáculos para se acessar fontes científicas. A interação com universidades, institutos de pesquisa, professores e pesquisadores é mais intensa para os dirigentes que para os servidores civis – o percentual de que afirma interagir com esse grupo sempre ou frequentemente é de 31% para os dirigentes contra 22% para o grupo mais amplo. Esse é um indício para se investigar o papel potencial dessa camada da burocracia como *knowledge broker* da administração pública. Dentre os obstáculos identificados para se ampliar o acesso e o uso de evidências científicas, aponta-se principalmente deficiências organizacionais

(63,79%), seguida de falta de conhecimento e habilidades das equipes (42,44%) e pesquisas pouco responsivas às necessidades dos gestores (34,18%).

O quarto conjunto de questões de pesquisa pretendeu investigar se as diversas fontes de pesquisa variaram conforme sua função no escopo decisório e o tempo disponível para a tomada de decisão. No *survey*, utilizamos um experimento para manipular essas duas dimensões: a) gestão do órgão *versus* as definições de política pública; b) os prazos de uma semana *versus* três meses para tomar uma decisão. Não se observou relação entre essas manipulações e uma maior ou menor probabilidade de uso de certo perfil de informação, o que não confirmou as hipóteses extraídas da literatura de um maior uso de fontes internas para decisões de nível micro, e de uma multiplicidade de fontes para decisões de nível macro. Ou ainda a expectativa de que o tempo importaria para a escolha dos tipos de informação. Esses fatores intervenientes parecem não influenciar diretamente a utilização de diferentes fontes de informação no processo decisório.

Uma última questão que procuramos investigar foi sobre quais abordagens teóricas explicaria o padrão relativamente baixo de uso de evidências científicas no contexto dos burocratas brasileiros. French (2019), ao fazer uma revisão sistemática da literatura sobre evidências e políticas públicas, aponta quatro abordagens principais: reforço, reforma, reinvenção ou rejeição da PPBE. Os dados recolhidos pela pesquisa apontam para a necessidade de se repensar os fundamentos da PPBE no contexto da administração federal brasileira. Por um lado, o predomínio de fontes internas estatais indicam potencial para incorporação de evidências científicas em todo o ciclo das políticas públicas, inclusive tendo em vista diferentes *stakeholders* da democracia brasileira, como os legisladores e órgãos judiciais e de controle, além da própria burocracia federal. Por outro, as deficiências para utilização de evidências científicas, centradas principalmente em despreparo nas organizações, corroboram a necessidade de aperfeiçoamento de uma governança de evidências (Parkhurst, 2016).

Como já se poderia supor, dada a riqueza de dados recolhidos e de suas implicações, a agenda futura de pesquisa é extensa. Identificamos cinco possibilidades principais. Uma primeira refere-se à investigação mais aprofundada das fontes internas estatais na produção das políticas públicas. Essa é a fonte mais recorrente e possui múltiplas características – reunindo no seu interior desde a produção de dados administrativos, pareceres técnicos e manifestações formais dos órgãos judiciais e de controle. Uma questão que se coloca para investigação futura é de até que ponto essa fonte se apresenta como intermediária do conhecimento científico. Essa intermediação pode ocorrer quando notas técnicas se embasam em informações e achados provenientes da produção acadêmica, ou quando dados administrativos são utilizados por acadêmicos.

Uma segunda possibilidade de exploração futura é a de compreender as formas de acesso e o caráter relacional como meio de intensificar e aprimorar a chegada do conhecimento científico para os burocratas dirigentes. Esse extrato da burocracia tem características que as diferenciam do restante do serviço público civil. A predominância de aspectos relacionais na rotina desses burocratas é um elemento a ser considerado pelas organizações responsáveis pela produção de conhecimento. Como ampliar a mobilização

de conhecimento científico por parte desses burocratas responsáveis por decisões cruciais para o *policymaking*, dado o contexto de acentuada interação com distintos *stakeholders*?

Uma terceira possibilidade de pesquisas futuras trata de refletir sobre mecanismos de governança e como aproximar a burocracia do contexto da sociedade e dos beneficiários da política. Essas referências claramente são pouco consideradas como fontes informacionais. A discussão sobre governança de evidências (Parkhurst, 2017) é o ponto de partida para investigações que possam compreender as demandas por evidências e seus distintos usos para fins de subsidiar os processos decisórios nas políticas públicas.

As duas últimas possibilidades estão relacionadas a estudos comparativos. Nesse sentido, é promissor explorar diferenças e semelhanças entre as diversas áreas de políticas públicas e a Administração Direta e Indireta. Há hipóteses da literatura que apontam para áreas com maior tradição no uso de evidências científicas – como a área de saúde – ou ainda um papel mais dedicado ao assessoramento governamental por parte da Administração Indireta. Os subsistemas de políticas organizam dinâmicas próprias em razão das distintas estruturas institucionais pelas quais as políticas são formuladas. As comunidades de políticas públicas funcionam como “espaços fundamentais para a geração e experimentação de ideias que podem ser desenvolvidas e adotadas como políticas públicas pelos tomadores de decisão” (Capella, 2017). É onde se observa a atuação de especialistas, que formulam diferentes soluções aos problemas governamentais. Considerar a variação nas dinâmicas que compreendem as distintas comunidades de políticas públicas deve ser levado em consideração em futuras análises.

A última possibilidade são as comparações internacionais. Em parte, elas são facilitadas pela existência na literatura de diversos estudos de caso já realizados. No entanto, estudos comparados são sempre desafiadores pela necessidade de se controlar um conjunto de fatores intervenientes que muitas vezes não são isoláveis.

Esse amplo conjunto de questões para investigações futuras aponta para uma promissora agenda futura de pesquisa. Quando consideramos o montante de recursos despendidos em pesquisa e desenvolvimento, torna-se fundamental investigar sua utilização nas políticas públicas. A boa governança de evidências em muitos casos vai apontar não necessariamente para “maior” quantidade de estudos, mas sim indicar quais subsídios serão mais úteis para orientar o processo decisório. Esse é um imperativo, particularmente quando movimentos populistas passam a questionar ostensivamente a pertinência e validade do conhecimento científico produzido.

REFERÊNCIAS

- Alexander, D., Lewis, J. M., & Considine, M. (2011). How politicians and bureaucrats network: a comparison across governments. *Public Administration*, 89(4), 1274–1292. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.2010.01890.x>
- BEYER, J.M. Research utilization: Bridging the gap between communities. *Journal of Management Inquiry*, v.6, n.1, p.17-22, 1997.
- Caplan, N. (1979). The Two-Communities Theory and Knowledge Utilization. *AMERICAN BEHAVIORAL SCIENTIST*, 22(3), 459–470.
- DAVIES, H. T. O.; NUTLEY, S.; SMITH, P. What Works? Evidence-Based Policy and Practice in Public Services. Bristol: The Policy Press, 2000.
- Cavalcante, P. L., Lotta, G. S., & Yamada, E. M. K. (Jan./Mar. 2018). O desempenho dos burocratas de médio escalão: determinantes do relacionamento e das suas atividades. *Cad. EBAP.BR*, 16(1). <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395167309>
- Capella, A. C. N. Formulação de políticas públicas. Brasília: Enap, 2018. 151 p.
- French, Richard D. 2019. “Is It Time to Give up on Evidence-Based Policy? Four Answers”. *Policy & Politics* 47 (1): 151–68. <https://doi.org/10.1332/030557318X15333033508220>.
- Funtowicz, S. (2006) Why knowledge assessment?, in A. Guimares Periera, S. Guedes Vaz, S. Tognetti (eds) *Interfaces between science and society*, Sheffield: Greenleaf Publishing, 138–45.
- GRADY, Christopher. 10 things to know about *survey* experiments. *Egap*, 2021. Disponível em: <https://egap.org/resource/10-things-to-know-about-survey-experiments/>. Acesso em: 14 de jun. de 2021.
- Haynes, L., Service, O., Goldacre, B. and Torgerson, D. (2012) *Test, learn, adapt: Developing public policy with randomised controlled trials*, London: Cabinet Office Behavioural Insights Team.
- Huising, R., & Silbey, S. S. (2011). Governing the gap: Forging safe science through relational regulation: Safe science through relational regulation. *Regulation & Governance*, 5(1), 14–42. <https://doi.org/10.1111/j.1748-5991.2010.01100.x>
- Keiser, L. R. (2010). Understanding Street-Level Bureaucrats’ Decision Making: Determining Eligibility in the Social Security Disability Program. *Public Administration Review*, 70(2), p. 247-257.
- KOGA, N. M.; PALOTTI, P. L. M.; COUTO, B. G. C.; NASCIMENTO, M. I. B.; LINS, R. S. *O que informa as políticas públicas federais: o uso e o não uso de evidências pela burocracia federal brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Texto para Discussão nº 2619, dezembro de 2020.
- KRUSKAL, W., & WALLIS, W. Use of Ranks in One-Criterion Variance Analysis. *Journal of the American Statistical Association*, v. 47, n. 260, pp. 583-621, 1952.

Kuratko, D. F. *et al.* (2005). A Model of Middle-Level Managers' Entrepreneurial Behavior. *Entrepreneurship theory and practice*, 29(6), p. 699-716.

LAG. *Lista de autoridades governamentais*, 2021. Disponível em: <https://novo.lag.com.br/>. Acesso em: 14 de jun. de 2021.

Latour, Bruno og Woolgar, Steve. 1986. *Laboratory Life. The Contruction of Scientific Facts*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

Lindblom, C. E., and D. K. Cohen. 1979. *Usable knowledge: Social science and social problem solving*. New Haven, CT: Yale University Press.

Lotta, G., Pires, R., & Oliveira, V. (out./dez. 2014). Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas. *Revista do Serviço Público*, 65(4), p. 463-492.

MANN, H. B., & WHITNEY, D. R. On a test of whether one of two random variables is stochastically larger than the other. *Annals of Mathematical Statistics*, v. 18, pp. 50–60, 1947.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. *Painel Estatístico de Pessoal (PEP) – Governo Federal*, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/servidores/servidores-publicos/painel-estatistico-de-pessoal>. Acesso em: 14 de jun. de 2021.

Mitchell, S.D. (2009) *Unsimple truths: Science, complexity and policy*, Chicago, IL: University of Chicago Press.

OLIVEIRA, T. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. *Administração Online*, São Paulo, v.2, n.3, jun-set. 2001.

OLIVER, K. et al. A Systematic Review of Barriers to and Facilitators of the Use of Evidence by Policymakers. *BMC Health Services Research*, v.14, n.1, 2014.

PALOTTI, Pedro; CAVALCANTE, P. L. C. . Articuladores Políticos e Dirigentes da Burocracia: ministros de estado no Brasil e em perspectiva comparada. In: Roberto Pires; Gabriela Lotta; Vanessa Oliveira. (Org.). *Burocracia e políticas públicas no Brasil : interseções analíticas*. 1ed.Brasília: IPEA / Enap, 2018, v. 1, p. 161-184.

Parkhurst, Justin O. 2017. *The politics of evidence: from evidence-based policy to the good governance of evidence*. London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group.

PASQUALI, L. *Análise fatorial para pesquisadores*. Brasília: LABPam, 2005.

Pinheiro, M. Políticas públicas baseadas em evidências: uma avaliação crítica. *Boletim de Análise Político-Institucional*, 1, 17-28.

Pew-MacArthur (2014) *Evidence-based policymaking: A guide for effective government*, NewYork:The Pew CharitableTrusts and the John D and CatherineT MacArthur Foundation.

Stone, D. (2002) *Policy paradox:The art of political decision making*, New York: Norton.

VASCONCELLOS-GUEDES, L.; GUEDES, L. F. A. E-surveys: Vantagens e Limitações dos Questionários Eletrônicos via Internet no Contexto da Pesquisa Científica. In: X SemeAd - Seminário em Administração FEA/USP (São Paulo, Brasil), 2007.

Weiss, C. H., and M. J. Bucuvalas. 1980. Truth tests and utility tests: Decision-makers' frames of reference for social science research. *American Sociological Review* 45:302-13.

Weiss, Carol H. 2014. "The Many Meanings of Research Utilization". *Public Administration Review* 39 (5): 426–31.

APÊNDICE A

Resultados do *survey* de 2019

Com o propósito de facilitar a visualização dos dados do *survey* de 2019 mencionados na seção *Resultados*, optou-se pela reprodução das respectivas tabelas e gráficos nas páginas que seguem.

TABELA A.1

Vínculo com a Administração Pública Federal (2019)

Tipo de vínculo	N	% Simples
Servidor (a) público (a) efetivo (a)	2043	93,7
Sem vínculo (cargo em comissão)	122	5,6
Aposentado (a) pela Administração Pública Federal*	05	0,2
Requisitado (a) de outros Poderes e/ou Esferas*	04	0,2
Empregado (a) público (a) (empresas públicas)*	06	0,3
Total	2180	100

Fonte: KOGA et al., 2020.

BOX A.1

Tempo médio na carreira (2019)

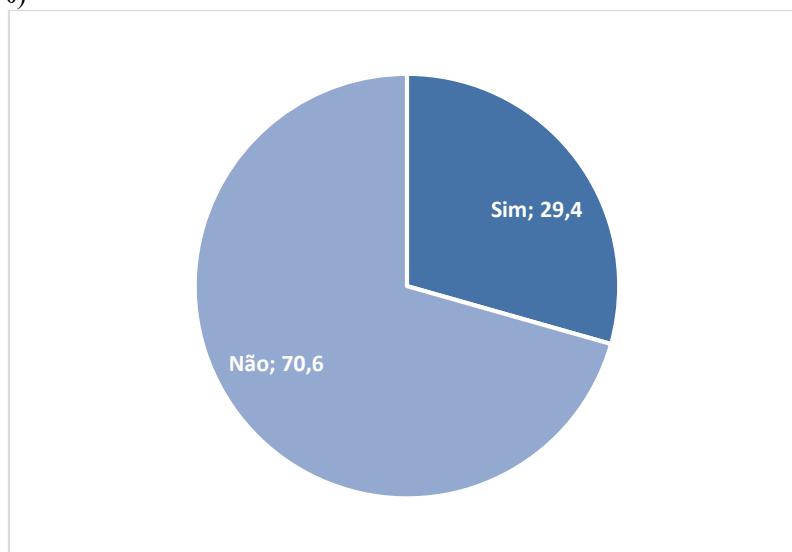
A média de anos na respectiva carreira é de 15 anos.

Fonte: KOGA et al., 2020.

GRÁFICO A.1

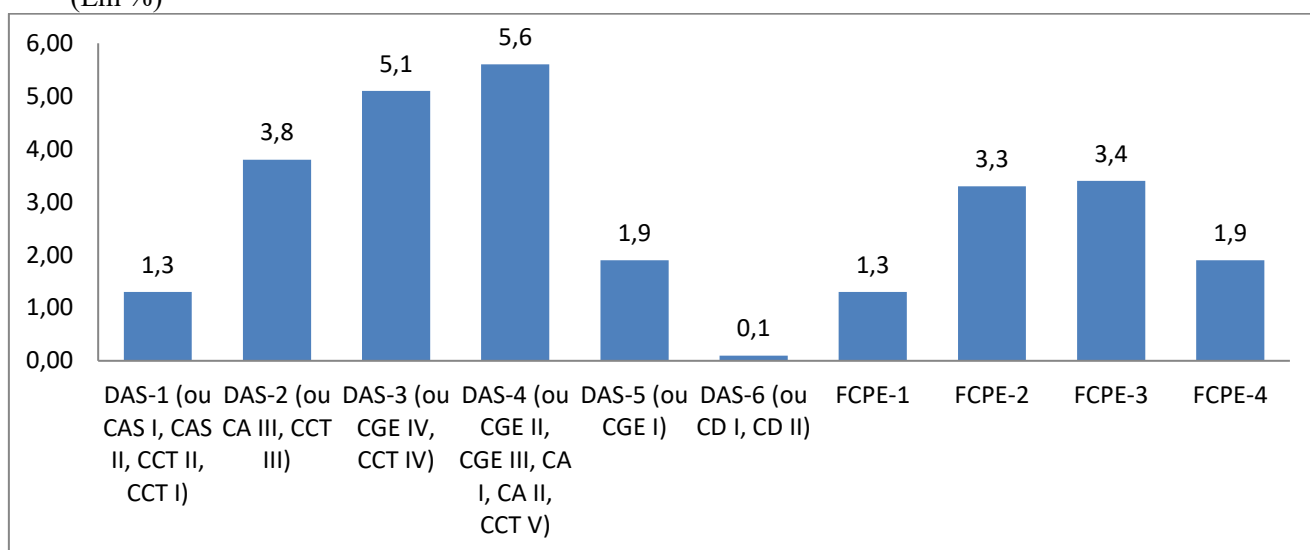
Ocupa algum cargo de DAS ou equivalente (2019)

(Em %)



Fonte: KOGA et al., 2020.

GRÁFICO A.2
Nível do Cargo de DAS ou equivalente (2019)
 (Em %)



Fonte: KOGA et al., 2020.

TABELA A.2
Ministério ou órgão superior em que trabalha (2019)

Ministério/órgão superior	N	% Válido
Ministério da Economia	513	23,7
Ministério da Cidadania	203	9,4
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	197	9,1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	168	7,8
Controladoria-Geral da União	129	6
Ministério do Meio Ambiente	108	5
Ministério da Saúde	105	4,8
Ministério das Relações Exteriores	103	4,8
Ministério da Educação	99	4,6
Ministério do Desenvolvimento Regional	98	4,5
Ministério da Justiça e Segurança Pública	95	4,4
Ministério da Defesa	84	3,9
Ministério da Infraestrutura	75	3,5
Ministério de Minas e Energia	60	2,8
Ministério do Turismo	29	1,3
Secretaria-Geral da Presidência da República	20	0,9

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	19	0,9
Advocacia-Geral da União	19	0,9
Casa Civil da Presidência da República	19	0,9
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	13	0,6
Secretaria de Governo da Presidência da República	06	0,3
Gabinete Pessoal do Presidente da República	05	0,2

Fonte: KOGA et al., 2020.

BOX A.2

Média de idade (2019)

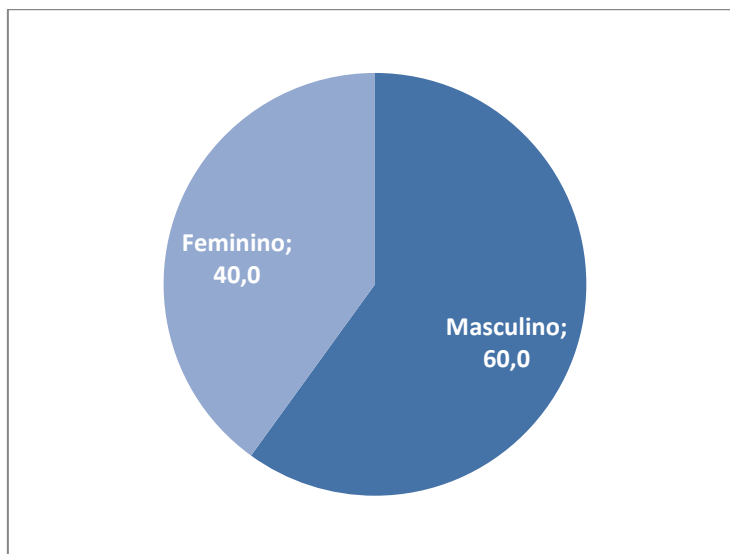
A média de idade dos respondentes é de 46 anos.

Fonte: KOGA et al., 2020.

GRÁFICO A.3

Sexo (2019)

(Em %)

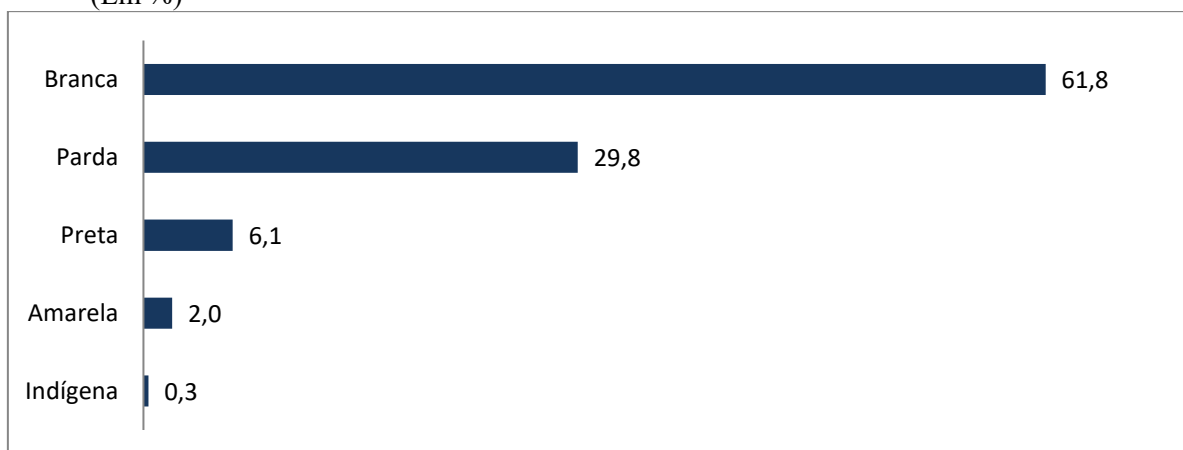


Fonte: KOGA et al., 2020.

GRÁFICO A.4

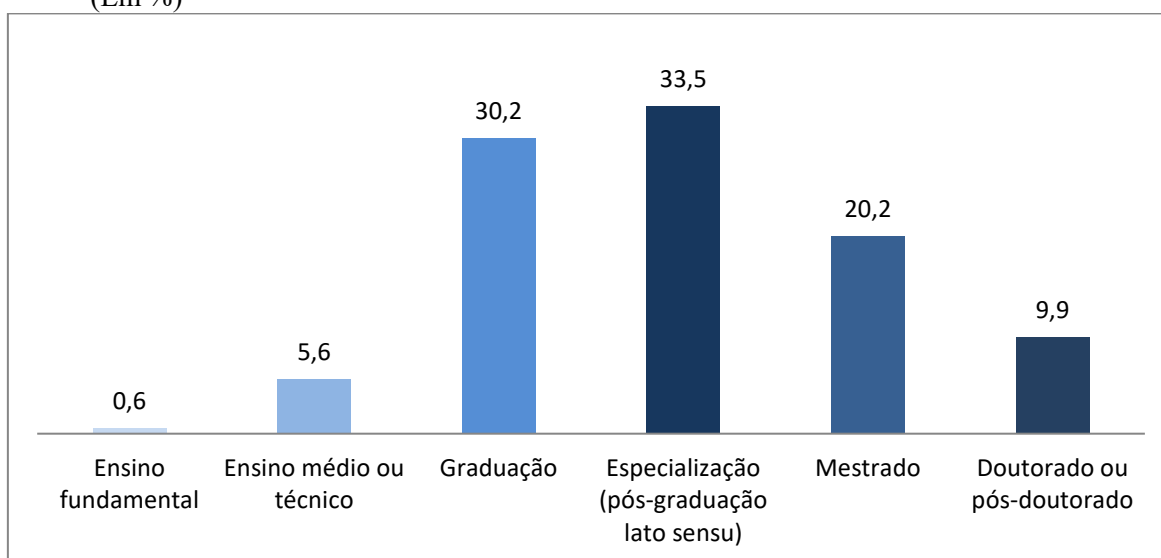
Raça (2019)

(Em %)



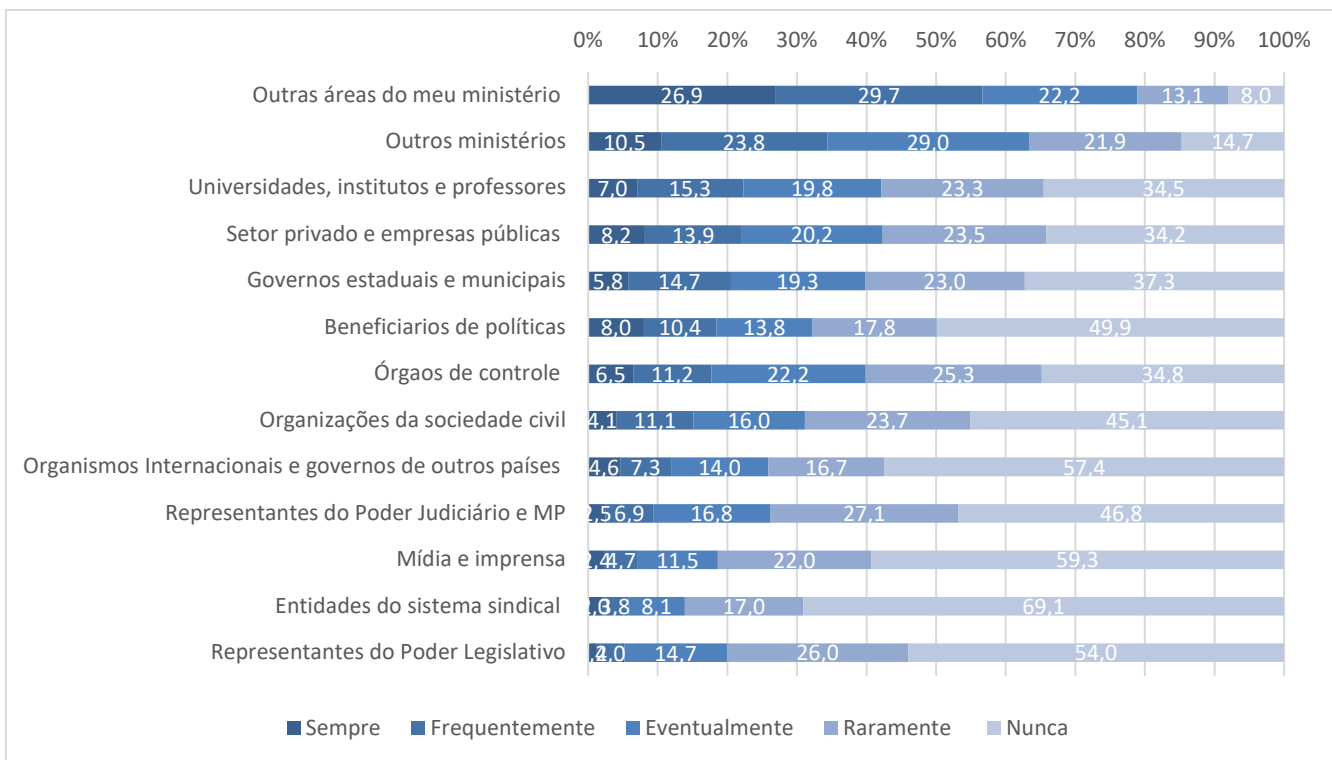
Fonte: KOGA et al., 2020.

GRÁFICO A.5
Nível de escolaridade (2019)
(Em %)



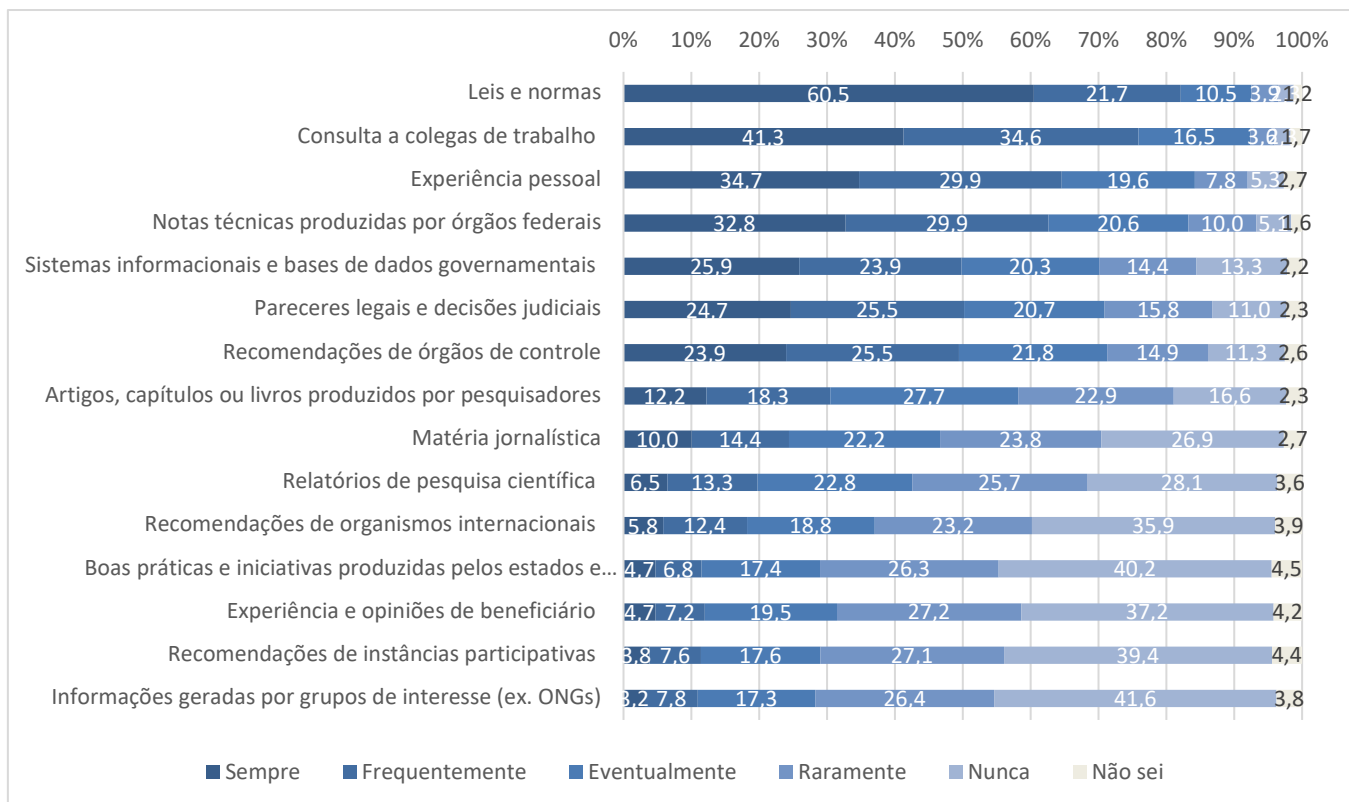
Fonte: KOGA et al., 2020.

GRÁFICO A.6
Atores/organizações com os quais o servidor interage (2019)



Fonte: KOGA et al., 2020.

GRÁFICO A.7
Tipos de informação utilizados no trabalho com políticas públicas (2019)
 (Em %)



Fonte: KOGA et al., 2020.

TABELA A.3
Análise fatorial dos tipos de informação utilizados (2019)

Tipo de informação	Interno	Externo	Acadêmico	Pessoal
Leis e normas	0,793			
Notas técnicas produzidas por órgãos federais	0,835			
Pareceres legais e decisões judiciais	0,869			
Recomendações de órgãos de controle	0,794			
Sistemas informacionais e bases de dados governamentais	0,496			
Boas práticas e iniciativas produzidas pelos estados e municípios	0,333	0,556		
Recomendações de instâncias participativas		0,727	0,361	
Experiência e opiniões de beneficiário		0,741		
Informações geradas por grupos de interesse (ex. ONGs)		0,784		
Recomendações de organismos internacionais		0,592	0,413	
Matéria jornalística		0,419		0,302
Artigos, capítulos ou livros produzidos por pesquisadores		0,303	0,8	
Relatórios de pesquisa científica		0,461	0,822	
Experiência pessoal				0,651
Consulta a colegas de trabalho	0,32			0,731
KMO: 0,869; $\chi^2 = 14009,490$; $df = 105$; $p < 0,001$				
Variação Total Explicada – 63,2%				
SS loadings	3.331	2.988	1.816	1.339

Fonte: KOGA et al., 2020.

TABELA A.4

Fontes de acesso a pesquisas e estudos científicos (2019)

Fonte de acesso	% Simples*
Google ou outras ferramentas de busca	76,0
Imprensa	53,2
Em eventos ou congressos científicos	51,8
Por busca em sites de instituições de pesquisa	47,7
Indicação de conhecidos	46,3
Portal de periódicos ou Banco de Teses	34,0
Sites de organismos internacionais	33,5
Por citações em estudos acadêmicos	32,6
Redes sociais (ex. Facebook, Whatsapp)	28,8
Por busca presencial ou em sites de bibliotecas	21,8
Plataformas de áudio e vídeo (Youtube, etc.)	21,2

Fonte: KOGA et al., 2020.

TABELA A.5

Contribuição do uso de estudos científicos no seu contexto de trabalho (2019)

(Em %)

Tipo de pesquisa	Concordo Totalmente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo Totalmente	Não sei
O uso de pesquisas e estudos científicos serve para esclarecer situações	23.72	50	13.85	3.90	2.84	5.69
O uso de pesquisas e estudos científicos leva a ações concretas	21.70	45.55	17.66	5.55	2.89	6.65
O uso de pesquisas e estudos científicos serve para confirmar escolhas já feitas	21.61	46.10	16.79	5.09	3.35	7.06

Fonte: KOGA et al., 2020.

REFERÊNCIAS

KOGA, N. M.; PALOTTI, P. L. M.; COUTO, B. G. C.; NASCIMENTO, M. I. B.; LINS, R. S. *O que informa as políticas públicas federais: o uso e o não uso de evidências pela burocracia federal brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Texto para Discussão nº 2619, dezembro de 2020.

APÊNDICE B**B.1 ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA (AFE)**

Na análise fatorial²⁷ realizada para os dados da variável *tipos de informação*, três critérios foram utilizados para definir um número adequado de fatores a serem retidos: o critério de Kaiser, que retém o número de fatores quando esses atingem autovalor maior que 1; o critério da variância acumulada, que retém o número de fatores quando atingem a capacidade de explicar mais de 60% da variabilidade dos dados; e o critério da análise paralela, que simula projeção com objetivo de sugerir o máximo de fatores que podem ser retidos.

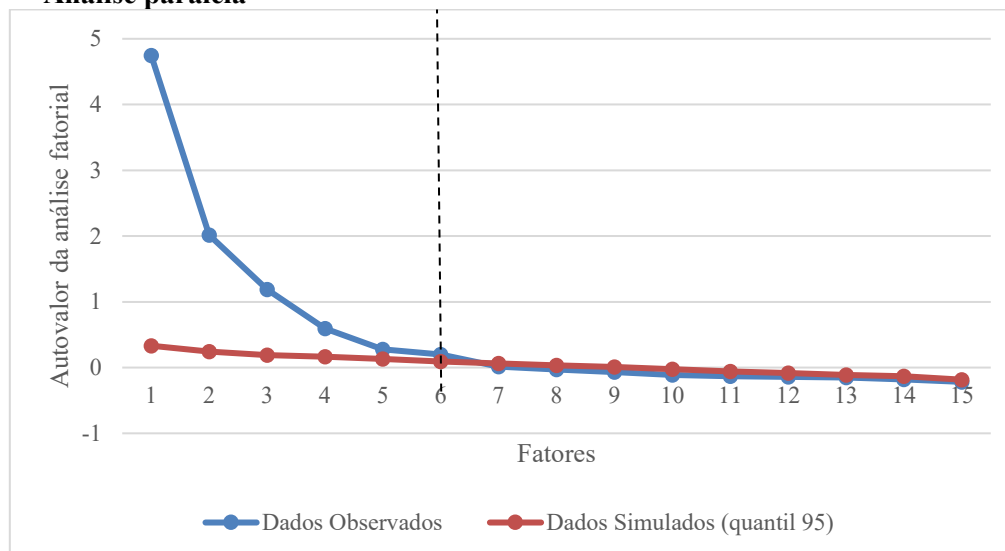
Conforme apresentado na Tabela B.1, os critérios de Kaiser e da variância acumulada sugerem a retenção de 3 fatores. Já o critério da análise paralela sugere a retenção de até 7 fatores (Gráfico B.1).

TABELA B.1
Resultados de retenção de fatores a partir dos critérios de Kaiser e da Variância Acumulada

Componente principal	Autovalor	Variância (%)	Cumulativa (%)
1	5,189	34,6%	34,5%
2	2,430	16,2%	50,8%
3	1,688	11,3%	62,1%
4	0,997	6,6%	

Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO B.1
Análise paralela



Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores.

Pode-se concluir que a retenção de 3 a 6 fatores é plausível. A escolha final pela retenção de 4 fatores partiu de uma expectativa teórica, baseada nos achados do *survey* anterior. Desse modo, a análise fatorial retendo 4 fatores é útil para explicar a maior parte da variação dos dados e também é aderente à perspectiva teórica.

²⁷ A análise fatorial é uma técnica estatística baseada no pressuposto de que uma série de variáveis observadas, chamadas de variáveis empíricas, pode ser explicada por um número menor de variáveis hipotéticas, não observáveis, chamadas de fatores (Pasquali, 2001).

Na análise, partiu-se do princípio de que os diferentes tipos de informação são independentes em termos da sua utilização. Assim, como os fatores gerados são analiticamente independentes, decidiu-se pela aplicação da *rotação varimax* nas cargas fatoriais. Essa rotação é do tipo ortogonal e pressupõe tal independência.

Por fim, apesar de não representar perda de nenhuma variável, optou-se pelo critério de formar fatores a partir das variáveis com carga fatorial acima de 0,3. Hair Jr. et al. (1998, p. 112) apresentam uma tabela indicando que as cargas fatoriais acima de 0,3 são de significância prática para um tamanho amostral acima de 300. Nossa análise está de acordo com esse critério.

A Tabela B.2 apresenta os resultados da análise fatorial exploratória realizada:

TABELA B.2
Resultados da análise fatorial exploratória

Tipo de informação	Fator			
	Interno	Externo	Acadêmico	Pessoal
Pareceres legais e decisões judiciais	0,857			
Notas técnicas produzidas por órgãos federais	0,822			
Recomendações de órgãos de controle	0,729			
Leis e normas	0,721			
Sistemas informacionais e bases de dados governamentais	0,353			
Informações geradas por grupos de interesse		0,806		
Experiência e opiniões de beneficiário		0,684		
Recomendações de instâncias participativas		0,651	0,412	
Recomendações de organismos internacionais		0,576	0,314	
Boas práticas e iniciativas produzidas pelos estados e municípios	0,343	0,501		
Matéria jornalística		0,479		
Relatórios de pesquisa científica		0,353	0,928	
Artigos, capítulos ou livros produzidos por pesquisadores		0,35	0,709	
Consulta a colegas de trabalho				0,839
Experiência pessoal				0,753
KMO: 0,83; $\chi^2 = 5601$; df = 105; p < 0,1%				
Variação total explicada: 59,6%				
SS loadings	2,875	2,717	1,818	1,522

Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

B.2 ANÁLISE DESCRITIVA DOS EXPERIMENTOS

Testes de hipóteses

A análise dos experimentos de *survey* propostos teve como ponto de partida dois tipos de teste de hipóteses.

O primeiro teste, de Mann-Whitney (1947), é utilizado para testar a hipótese nula (H_0) de que as duas populações (digamos, A e B) possuem funções de distribuição iguais contra a hipótese alternativa de que as populações possuem funções de distribuição diferentes. Em outras palavras, verifica-se se há evidências para acreditar que valores de uma amostra A são diferentes (superiores ou inferiores) aos valores da amostra B²⁸. Os valores da estatística desse teste avaliam o grau de entrelaçamento dos dados dos dois grupos. A maior separação dos dados em conjunto indica que as amostras são distintas, o que aumentará a estatística do teste com um consequente *p-valor* associado pequeno, levando a rejeição da hipótese de igualdade das medianas (Mann-Whitney, 1947).

O segundo teste, de Kruskal-Wallis (1952), é um teste não paramétrico utilizado para comparar três ou mais grupos, podendo indicar se há diferença significativa entre pelo menos dois deles. Ele pode ser visto como uma extensão do teste de Mann-Whitney para mais que dois grupos. Nesse sentido, ele é usado para testar a hipótese nula de que todas as populações possuem funções de distribuição iguais contra a hipótese alternativa de que ao menos duas das populações possuem funções de distribuição diferentes. Caso haja uma preponderância de valores altos ou baixos em qualquer um dos grupos, é provável que tal fato reflita diferenças significativas que serão mensuradas pela estatística do teste, que por sua vez dará origem a um *p-valor* pequeno, levando a rejeição da hipótese nula (Kruskal-Wallis, 1952).

Experimento 1 – Modalidades de uso e tipos de informação

No caso do experimento 1, a hipótese de que distintas modalidades de uso (instrumental, conceitual e simbólico) implicariam em frequências diferenciadas de uso dos quatro perfis de informação (interno estatal, externo, científico e pessoais), foi testada através do teste de Kruskal-Wallis.

O teste mostrou que as frequências de uso foram estatisticamente diferentes em dois dos quatro tipos de informação - *interno estatal e pessoal* - ao nível de significância de 1%²⁹.

Como é possível notar nos gráficos B.2 a B.4, as informações de *tipo interno estatal* não são tão predominantes nos contextos de uso conceitual (esclarecimento), aproximando-se do tipo científico. A Tabela C.3 também permite visualizar essa diferença.

Por outro lado, os respectivos gráficos também demonstram que as informações de *tipo pessoal* são vistas como menos úteis nos contextos de uso instrumental (ação concreta) e, sobretudo, uso simbólico (justificativa), sendo mais valorizadas respectivamente para o uso conceitual.

Finalmente, as informações de perfil externo também são menos valorizadas em contextos de uso simbólico.

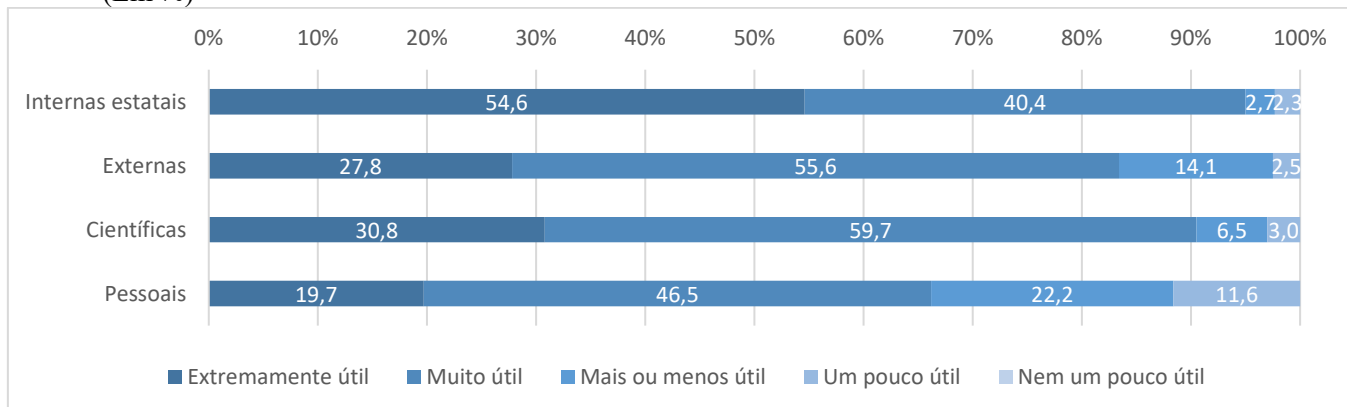
²⁸ O teste pode ser considerado a versão não paramétrica do *teste t*, para amostras independentes. Isso significa que não há uma restrição quanto a distribuição assumida pelos dados, basta apenas que eles sejam numéricos ou ordinais. Ao contrário do *teste t* que testa a igualdade das médias, o teste de Mann-Whitney testa a igualdade das medianas.

²⁹ Uso instrumental (KW(3)=85,66, $p < 1\%$), uso conceitual (KW(3)=43,12, $p < 1\%$) e uso simbólico (KW(3)=97,28, $p < 1\%$). No caso, KW(3)=85,66 indica o valor da estatística Chi-Quadrado (85,66) do teste de Kruskal-Wallis e 3 é o número de graus de liberdade. A partir dessas duas quantidades é possível calcular o *p-valor* exato.

Nos gráficos também é possível perceber que a mesma ordem de preferência e expectativa de utilidade aparece em todas as modalidades de uso. A saber, especificamente nessa ordem (do tipo mais valorizado ao menos valorizado): interno estatal, científico, externo e pessoal.

GRÁFICO B.2

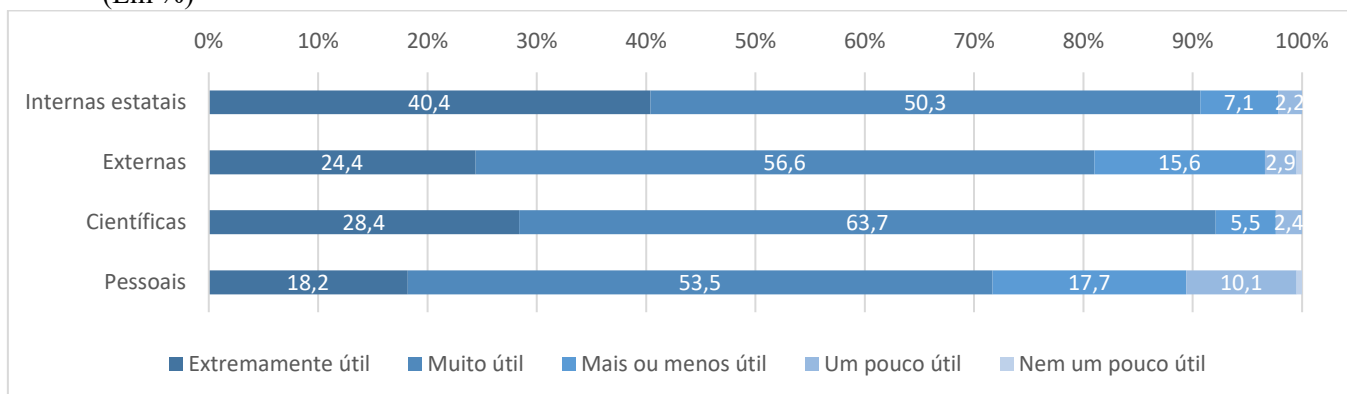
Uso instrumental (Embasar uma decisão a ser tomada) x Tipo de informação
(Em %)



Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores

GRÁFICO B.3

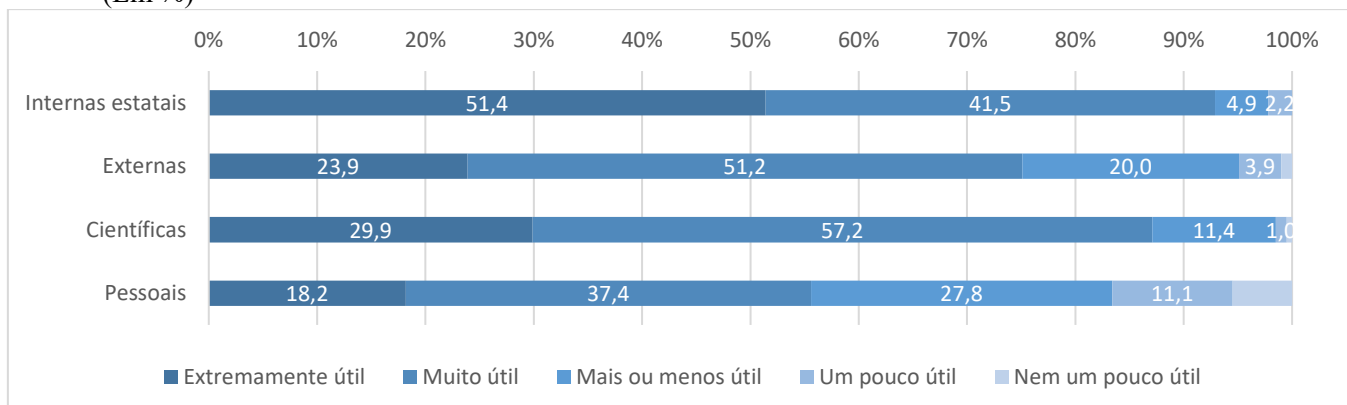
Uso conceitual (Elucidar aspectos da política) x Tipo de informação
(Em %)



Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores

GRÁFICO B.4

Uso simbólico (Justificar decisões já tomadas) x Tipo de informação
(Em %)



Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores.

TABELA B.3
Contextos de uso x Utilidade de cada tipo de informação

Uso	Tipo de informação	Resposta Mais frequente	Resposta Mediana
Instrumental	Internas estatais	Extremamente útil	Extremamente útil
	Externas	Muito útil	Muito útil
	Científicas	Muito útil	Muito útil
	Pessoais	Muito útil	Muito útil
Conceitual	Internas estatais	Muito útil	Muito útil
	Externas	Muito útil	Muito útil
	Científicas	Muito útil	Muito útil
	Pessoais	Muito útil	Muito útil
Simbólico	Internas estatais	Extremamente útil	Extremamente útil
	Externas	Muito útil	Muito útil
	Científicas	Muito útil	Muito útil
	Pessoais	Muito útil	Muito útil

Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores.

Experimento 2 – Modalidades de intervenção e de prazos *versus* tipos de informação

Para o experimento 2, a hipótese de que distintas modalidades de intervenção (melhorias na gestão do órgão *versus* melhorias na política pública) e de prazos (uma semana *versus* três meses) implicariam em uma maior ou menor probabilidade de uso dos quatro tipos de informação (interno estatal, externo, científico e pessoais), foi testada através do teste de Mann-Whitney.

Identificou-se que o nível de utilização das fontes pessoais é diferente de acordo com os prazos ao nível de significância de 5% (p -valor = 0,011). As demais aplicações do teste não encontraram diferenças estatisticamente significativas³⁰.

Como é possível observar no Gráfico B.12, as informações de *tipo pessoal* apresentaram maior probabilidade de uso no contexto de prazos maiores (três meses)³¹.

No mais, pôde-se constatar que diferentes modalidades de intervenção não implicam em probabilidades diferentes de uso para nenhum dos tipos de informação (Gráficos B.5 a B.8). Assim como prazos diferenciados não implicam em probabilidades diferentes de uso para o tipo *interno estatal* (Gráfico B.9).

³⁰ Resultados do teste de Mann-Whitney na comparação das modalidades de melhoria: interno estatal (MW = 76758, p = 0,915), externo (MW = 80154, p = 0,358), científico (MW = 76514, p = 0,815) e pessoal MW = 79107, p = 0,520). Resultados do teste de Mann-Whitney na comparação das modalidades de prazo: interno estatal (MW = 79219, p = 0,356), externo (MW = 81795, p = 0,142), científico (MW = 81795, p = 0,124) e pessoal (MW = 84473, p = 0,013).

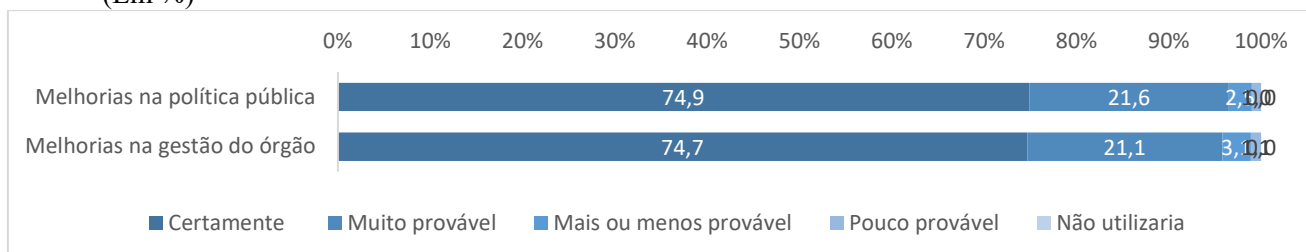
³¹ Apesar de não terem aparecido dentro do corte de significância estatística, é possível observar que as informações de tipo externo (Gráfico C.10) e de tipo científico (Gráfico C.11) também apresentaram maior probabilidade de uso no contexto de prazos maiores (três meses).

Como no experimento 1, uma mesma escala de preferência e probabilidade de utilização aparece em todos os cenários. Contudo, no experimento 2, essa escala segue o padrão encontrado na variável *tipos de informação utilizados no trabalho*. A saber, especificamente nessa ordem (do mais provável ao menos improvável): interno estatal, pessoal, científico e externo.

GRÁFICO B.5

Modalidade de melhoria x probabilidade de utilizar informação interna estatal

(Em %)



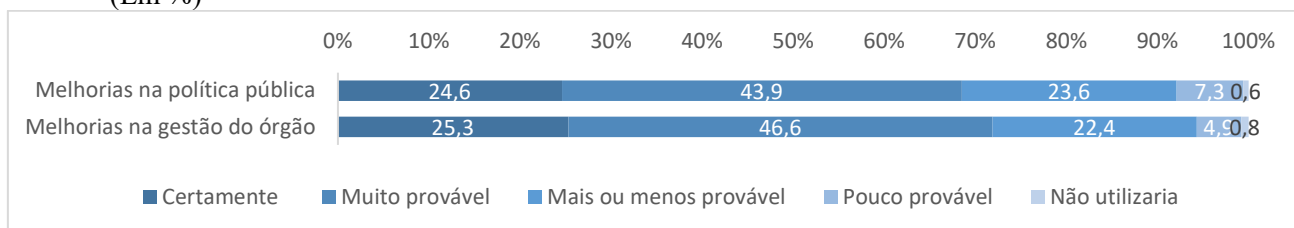
Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO B.6

Modalidade de melhoria x probabilidade de utilizar informação externa

(Em %)



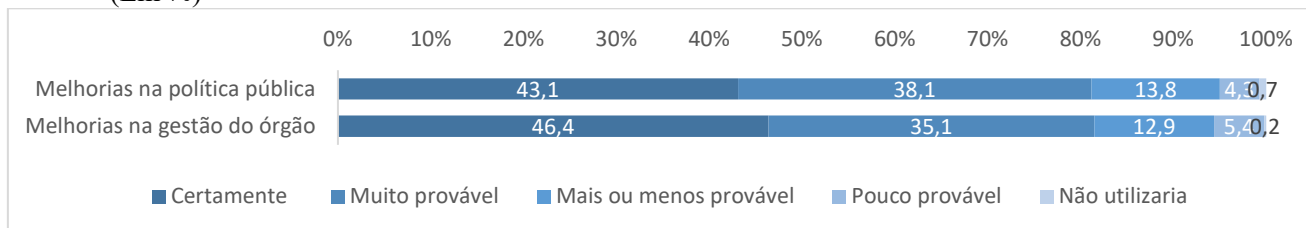
Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO B.7

Modalidade de melhoria x probabilidade de utilizar informação científica

(Em %)



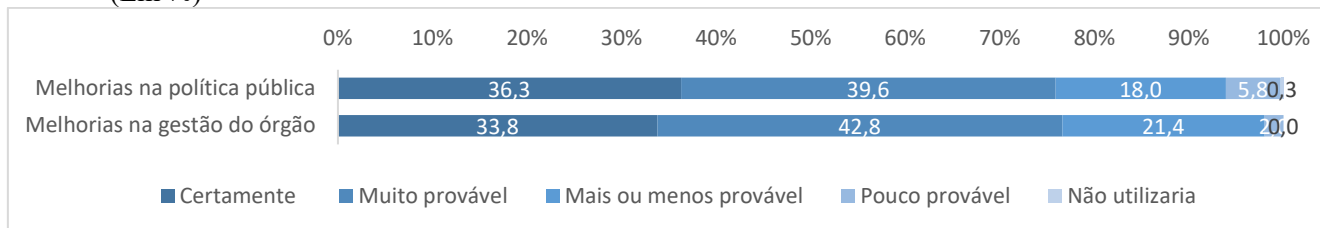
Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO B.8

Modalidade de melhoria x probabilidade de utilizar informação pessoal

(Em %)



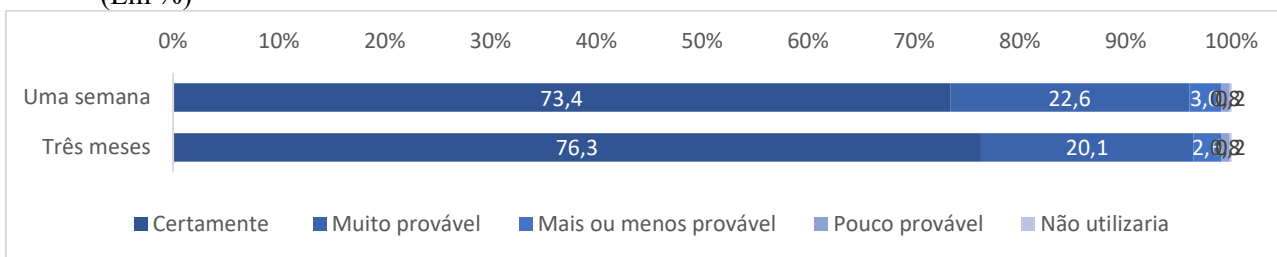
Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO B.9

Prazo de tempo x probabilidade de utilizar informação estatal

(Em %)



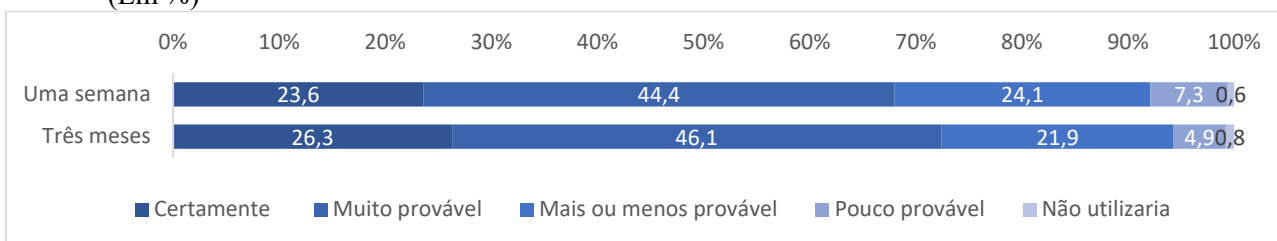
Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO B.10

Prazo de tempo x probabilidade de utilizar informação externa

(Em %)



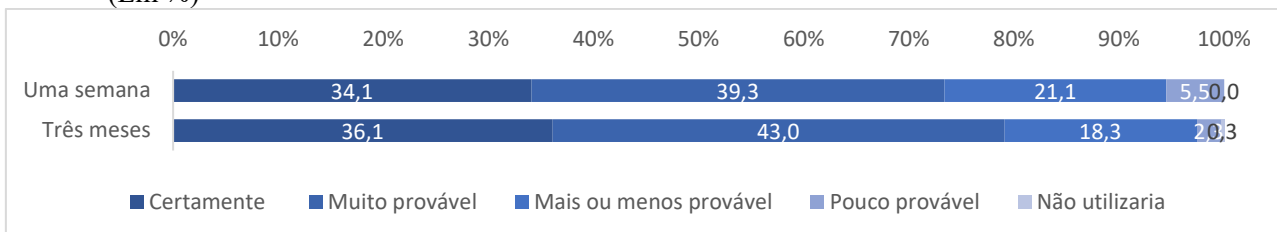
Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO B.11

Prazo de tempo x probabilidade de utilizar informação científica

(Em %)



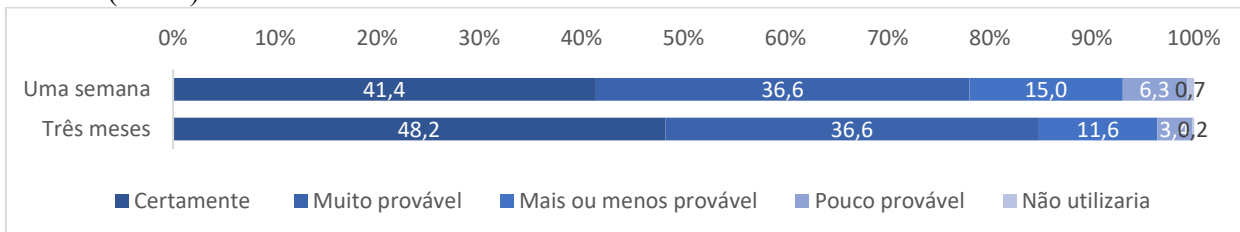
Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO B.12

Prazo de tempo x probabilidade de utilizar informação pessoal

(Em %)



Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

TABELA B.4

Tipo de informação x modalidade de melhoria

Tipo de informação	Modalidade de melhoria	Resposta Mediana	Resposta Mais frequente
Interna estatal	Melhorias na gestão do órgão	Certamente utilizaria	Certamente utilizaria
	Melhorias na política pública	Certamente utilizaria	Certamente utilizaria
Externa	Melhorias na gestão do órgão	Seria muito provável	Seria muito provável
	Melhorias na política pública	Seria muito provável	Seria muito provável
Científica	Melhorias na gestão do órgão	Seria muito provável	Seria muito provável
	Melhorias na política pública	Seria muito provável	Seria muito provável
Pessoal	Melhorias na gestão do órgão	Certamente utilizaria	Certamente utilizaria
	Melhorias na política pública	Certamente utilizaria	Certamente utilizaria

Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

TABELA B.5

Tipo de informação x prazo

Tipo de informação	Prazo	Resposta Mediana	Resposta Mais frequente
Interna estatal	Uma semana	Certamente utilizaria	Certamente utilizaria
	Três meses	Certamente utilizaria	Certamente utilizaria
Externa	Uma semana	Seria muito provável	Seria muito provável
	Três meses	Seria muito provável	Seria muito provável
Científica	Uma semana	Seria muito provável	Seria muito provável
	Três meses	Seria muito provável	Seria muito provável
Pessoal	Uma semana	Seria muito provável	Certamente utilizaria
	Três meses	Seria muito provável	Certamente utilizaria

Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

B.3 Perfil dos respondentes para cada cenário dos experimentos

Os dois experimentos previam três trechos com variação, envolvendo oito cenários aleatoriamente apresentados aos respondentes.

As tabelas B.6 a B.17 apresentam a frequência das variáveis sexo, idade, escolaridade, bem como nível do cargo DAS dos respondentes de acordo com sua distribuição para cada cenário dos experimentos.

Já as tabelas B.18 a B.21 apresentam os resultados dos testes de diferença entre médias realizados com as mesmas variáveis para cada cenário dos experimentos. Como é possível

observar, os p-valores foram altos em todos os casos³², o que confirma a expectativa de que os grupos não são estatisticamente diferentes nesse quesito.

TABELA B.6
Cenário Experimento 1 x Sexo dos respondentes
(Em %)

Cenário	Masculino	Feminino
Fontes científicas	75.0	25.0
Fontes externas	70.7	29.3
Fontes internas estatais	59.9	40.1
Fontes pessoais	71.4	28.6

Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores.

TABELA B.7
Cenário Experimento 1 x Média de idade dos respondentes

Cenário	Média de idade
Fontes científicas	48.2
Fontes externas	48.2
Fontes internas estatais	48.5
Fontes pessoais	48.2

Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores.

TABELA B.8
Cenário Experimento 1 x Escolaridade dos respondentes
(Em %)

Cenário	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Fontes científicas	0	1.9	11.9	37.3	28.7	20.1
Fontes externas	0	0.7	11.2	42.9	25.4	19.8
Fontes internas estatais	0.4	1.5	9.7	44.6	24.2	19.7
Fontes pessoais	0	2.2	11.6	41.2	29.2	15.9

Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores.

TABELA B.9
Cenário Experimento 1 x Nível do cargo dos respondentes
(Em %)

Cenário	DAS-4	DAS-5	DAS-6	Outros
Fontes científicas	58.2	24.9	10.4	6.5
Fontes externas	60.5	26.8	7.3	5.4
Fontes internas estatais	60.7	23.0	5.5	10.9
Fontes pessoais	57.6	24.7	10.6	7.1

Fonte: IPEA.
Elaboração dos autores.

³² O único p-valor baixo foi registrado para a variável “Nível do cargo” no cenários dos prazos do Experimento 2. A principal hipótese é de que se trata de um falso positivo em potencial.

TABELA B.10
Cenário Experimento 2 x Sexo dos respondentes
 (Em %)

Cenário	Masculino	Feminino
Melhorias na política pública	67.6	32.4
Melhorias na gestão do órgão	71.0	29.0
Uma semana	69.4	30.6
Três meses	69.2	30.8

Fonte: IPEA.
 Elaboração dos autores.

TABELA B.11
Cenário Experimento 2 x Média de idade dos respondentes

Cenário	Média de idade
Melhorias na política pública	48.4
Melhorias na gestão do órgão	48.1
Uma semana	48.1
Três meses	48.4

Fonte: IPEA.
 Elaboração dos autores.

TABELA B.12
Cenário Experimento 2 x Escolaridade dos respondentes
 (Em %)

Cenário	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Melhorias na política pública	0.2	1.5	10.7	40.7	29.6	17.2
Melhorias na gestão do órgão	0	1.7	11.4	42.3	24.2	20.5
Uma semana	0.2	1.3	12.6	42.9	24.9	18.2
Três meses	0	1.8	9.6	40.1	28.9	19.5

Fonte: IPEA.
 Elaboração dos autores.

TABELA B.13
Cenário Experimento 2 x Nível do cargo dos respondentes
 (Em %)

Cenário	DAS-4	DAS-5	DAS-6	Outros
Melhorias na política pública	60.2	24.6	8.3	7.0
Melhorias na gestão do órgão	58.2	25.3	8.8	7.7
Uma semana	55.4	23.8	10.3	10.5
Três meses	63.1	26.0	6.7	4.1

Fonte: IPEA.
 Elaboração dos autores.

TABELA B.18
Teste de Kruskal-Wallis segundo os tipos de fonte de informação (Experimento 1)

Item do questionário	Estatística do teste	Graus de liberdade	p-valor
Nível do cargo	0,864	3	0,833
Escolaridade	1,671	3	0,643

Idade	0,357	3	0,948
-------	-------	---	-------

Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

TABELA B.19

Teste de Mann-Whitney segundo modalidades de melhoria (Experimento 2)

Item do questionário	Estatística do teste	p-valor
Nível do cargo	79045	0,559
Escolaridade	74258	0,325
Idade	73673	0,454

Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

TABELA B.20

Teste de Mann-Whitney segundo os prazos (Experimento 2)

Item do questionário	Estatística do teste	p-valor
Nível do cargo	68988	0,002
Escolaridade	82767	0,063
Idade	77364	0,672

Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

TABELA B.21

Teste exato de Fisher para a variável “Sexo” segundo os três experimentos

Experimento	p-valor
Fontes de informação	0,456
Modalidade de melhoria	0,581
Prazos	0,529

Fonte: IPEA.

Elaboração dos autores.

REFERÊNCIAS

HAIR JR., J. et al. *Multivariate data analysis*. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

HORN, J. L. A rationale and test for the number of factors in factor analysis. *Psychometrika*, v. 30, pp. 179–185, 1965.

KRUSKAL, W., & WALLIS, W. Use of Ranks in One-Criterion Variance Analysis. *Journal of the American Statistical Association*, v. 47, n. 260, pp. 583-621, 1952.

MANN, H. B., & WHITNEY, D. R. On a test of whether one of two random variables is stochastically larger than the other. *Annals of Mathematical Statistics*, v. 18, pp. 50–60, 1947.

PASQUALI, L. *Análise fatorial para pesquisadores*. Brasília: LABPam, 2005.

ANEXO A

QUESTIONÁRIO

O QUE INFORMA OS BUROCRATAS DO ALTO ESCALÃO DO EXECUTIVO FEDERAL?

QA1 - QUAL O SEU VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL?

- 1 Servidor(a) público(a) efetivo(a)
- 2 Sem vínculo (cargo em comissão)
- 3 Aposentado(a) pela administração pública federal
- 4 Requirido(a) de outros Poderes (Legislativo ou Judiciário) e/ou Esferas (estadual ou municipal), incluindo aposentados
- 5 Empregado(a) público(a) (empresas públicas e sociedades de economia mista)
- 6 Militar
- 7 Outro

QA2 - HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ FAZ PARTE DO SERVIÇO PÚBLICO?

Número inteiro entre 1 e 95.

QA3 - ATUALMENTE, VOCÊ OCUPA ALGUM CARGO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR (DAS) OU EQUIVALENTE (CARGO COMISSIONADO EM UMA AGÊNCIA REGULADORA OU EMPRESA PÚBLICA)?

0 Não

1 Sim

QA4 - QUAL O NÍVEL DO CARGO DE DAS OU EQUIVALENTE QUE VOCÊ OCUPA NESSE MOMENTO?

- 1 DAS-1 ou equivalentes (CAS I, CAS II,)
- 2 DAS-2 ou equivalentes (CA III)
- 3 DAS-3 ou equivalentes (CGE IV)
- 4 DAS-4 ou equivalentes (CGE II, CGE III, CA I, CA II)
- 5 DAS-5 ou equivalentes (CGE I)
- 6 DAS-6 ou equivalentes (CCD I, CCD II)
- 7 Outros

QA4_OUTROS - QUAL O NÍVEL DO CARGO DE DAS OU EQUIVALENTE QUE VOCÊ OCUPA NESSE MOMENTO?

Entrada de texto

QA5 - ATUALMENTE, VOCÊ TRABALHA EM ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA?

1 Administração Pública Direta

2 Administração Pública Indireta

QA6 - EM QUE MINISTÉRIO OU ÓRGÃO SUPERIOR?

- 1 Advocacia-Geral da União
- 2 Assessoria Especial do Presidente da República
- 3 Autoridade Nacional de Proteção de Dados
- 4 Casa Civil da Presidência da República
- 5 Controladoria-Geral da União
- 6 Gabinete Pessoal do Presidente da República
- 7 Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
- 8 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- 9 Ministério da Cidadania
- 10 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações

- 11 Ministério da Defesa
- 12 Ministério da Economia
- 13 Ministério da Educação
- 14 Ministério da Infraestrutura
- 15 Ministério da Justiça e Segurança Pública
- 16 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
- 17 Ministério da Saúde
- 18 Ministério das Comunicações
- 19 Ministério das Relações Exteriores
- 20 Ministério de Minas e Energia
- 21 Ministério do Desenvolvimento Regional
- 22 Ministério do Meio Ambiente
- 23 Ministério do Turismo
- 24 Secretaria de Governo da Presidência da República
- 25 Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos
- 26 Secretaria-Geral da Presidência da República
- 27 Vice-Presidência da República
- 28 Outro

QA6UNIDADE - EM QUAL UNIDADE DO MINISTÉRIO OU ÓRGÃO VINCULADO?
 PERGUNTA FACULTATIVA. DEIXE EM BRANCO CASO NÃO QUEIRA RESPONDER.

- 1 AGU-Consultoria-Geral da União
- 2 Corregedoria-Geral da Advocacia da União
- 3 Procuradoria-Geral da União
- 4 Procuradoria-Geral Federal
- 5 Secretaria-Geral de Administração
- 6 Secretaria-Geral de Contencioso
- 7 AGU - Outros
- 8 Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
- 9 Secretaria Especial de Relacionamento Externo
- 10 CC-Secretaria-Executiva
- 11 CC-Outros
- 16 CGU-Consultoria Jurídica
- 17 Gabinete
- 18 CGU-Secretaria-Executiva
- 19 Ouvidoria-Geral da União
- 20 Secretaria Federal de Controle Interno
- 21 Secretaria de Combate à Corrupção
- 22 Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção
- 23 CGU-Outros
- 24 Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.
- 25 Companhia Nacional de Abastecimento
- 26 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- 27 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- 28 MAg-Consultoria Jurídica
- 29 MAg-Gabinete do Ministro
- 30 MAg-Secretaria-Executiva
- 31 Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
- 32 Instituto Nacional de Meteorologia
- 33 Secretaria Especial de Assuntos Fundiários
- 34 Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
- 35 Secretaria de Aquicultura e da Pesca

36 Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
37 Secretaria de Defesa Agropecuária
38 Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação
39 Secretaria de Política Agrícola
40 Serviço Florestal Brasileiro
41 Unidades Colegiadas
42 MAG-Outros
43 MCid-Assessoria Especial de Controle Interno
44 MCid-Secretaria-Executiva
45 Secretaria Especial do Desenvolvimento Social
46 Secretaria Especial do Esporte
47 Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
48 MCid-Unidades Colegiadas
49 MCid-Outros
50 Agência Espacial Brasileira
51 Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada
52 Comissão Nacional de Energia Nuclear
53 Financiadora de Estudos e Projetos
54 Assessoria Especial de Assuntos Internacionais
55 Mcie-Secretaria-Executiva
56 Secretaria de Empreendedorismo e Inovação
57 Secretaria de Pesquisa e Formação Científica
58 Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
59 Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres
60 Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer
61 Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste
62 Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
63 Instituto Nacional da Mata Atlântica
64 Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
65 Instituto Nacional de Tecnologia
66 Instituto Nacional do Semiárido
67 Laboratório Nacional de Computação Científica
68 Museu Paraense Emílio Goeldi
69 Museu de Astronomia e Ciências Afins
70 Observatório Nacional
71 MD-Gabinete do Ministro
72 MD-Secretaria-Geral
73 Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção
74 Secretaria de Orçamento e Organização Institucional
75 Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto
76 Secretaria de Produtos de Defesa
77 Comando da Aeronáutica
78 Comando da Marinha
79 Comando do Exército
80 MD-Outros
81 Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias
82 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
83 Caixa Econômica Federal
84 Casa da Moeda do Brasil
85 Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência
86 Fundação Escola Nacional de Administração Pública

- 87 Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- 88 Instituto Nacional da Propriedade Industrial
- 89 Instituto Nacional do Seguro Social
- 90 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- 91 Serviço Federal de Processamento de Dados
- 92 Superintendência Nacional de Previdência Complementar
- 93 Superintendência da Zona Franca de Manaus
- 94 Superintendência de Seguros Privados
- 95 MEco-Secretaria-Executiva
- 96 Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
- 97 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
- 98 Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
- 99 Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados
- 100 Secretaria Especial de Fazenda
- 101 Secretaria Especial de Previdência e Trabalho
- 102 Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade
- 103 Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento
- 104 MEco-Outros
- 105 Centro Federal de Educação Tecnológica
- 106 Colégio Pedro II
- 107 Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
- 108 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
- 109 Fundação de Universidade Federal qualquer uma
- 110 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- 111 Hospital de Clínicas de Porto Alegre
- 112 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
- 113 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- 114 Universidade Federal qualquer uma
- 115 MEC-Secretaria-Executiva
- 116 Instituto Nacional de Educação de Surdos
- 117 Secretaria de Educação Básica
- 118 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
- 119 Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação
- 120 MEC-Outros
- 121 Agência Nacional de Aviação Civil
- 122 Agência Nacional de Transportes Aquaviários
- 123 Agência Nacional de Transportes Terrestres
- 124 Companhia Docas do Estado de São Paulo
- 125 Companhia Docas do Rio Grande do Norte
- 126 Companhia Docas do Rio de Janeiro
- 127 Companhia das Docas do Estado da Bahia
- 128 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
- 129 Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
- 130 Empresa de Planejamento e Logística S.A.
- 131 VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
- 132 Assessoria Especial de Comunicação
- 133 Minf-Gabinete do Ministro
- 134 Minf-Secretaria-Executiva
- 135 Secretaria Nacional de Aviação Civil
- 136 Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários
- 137 Secretaria Nacional de Transportes Terrestres

- 138 Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias
- 139 MJ-Secretaria-Executiva
- 140 Arquivo Nacional
- 141 Departamento Penitenciário Nacional
- 142 Polícia Federal
- 143 Polícia Rodoviária Federal
- 144 Secretaria Nacional de Justiça
- 145 Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas
- 146 Secretaria Nacional de Segurança Pública
- 147 Secretaria Nacional do Consumidor
- 148 Secretaria de Operações Integradas
- 149 MJ-Outros
- 150 Mmulher-Assessoria Especial de Assuntos Internacionais
- 151 Mmulher-Gabinete
- 152 Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos
- 153 Mmulher-Secretaria Executiva
- 154 Secretaria Nacional da Família
- 155 Secretaria Nacional da Juventude
- 156 Secretaria Nacional de Políticas de Promoção
- 157 Secretaria Nacional de Promoção e Defesa
- 158 Secretaria Nacional de Proteção Global
- 159 Secretaria Nacional dos Direitos da Criança
- 160 Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- 161 Agência Nacional de Saúde Suplementar
- 162 Mmulher-Outros
- 163 Agência Nacional de Saúde Suplementar
- 164 Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- 165 Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
- 166 Fundação Nacional de Saúde
- 167 Fundação Oswaldo Cruz
- 168 Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A
- 169 MS-Consultoria Jurídica
- 170 Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde
- 171 Diretoria de Integridade
- 172 MS-Gabinete do Ministro
- 173 MS-Secretaria-Executiva
- 174 Secretaria Especial de Saúde Indígena
- 175 Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
- 176 Secretaria de Atenção Primária à Saúde
- 177 Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde
- 178 Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
- 179 Secretaria de Vigilância em Saúde
- 180 MS-Outros
- 181 Agência Nacional de Telecomunicações
- 182 Empresa Brasil de Comunicação S.A.
- 183 Telecomunicações Brasileiras S.A.
- 184 Secretaria de Publicidade e Promoção
- 185 Secretaria de Telecomunicações
- 186 Fundação Alexandre de Gusmão
- 187 Secretaria-Geral das Relações Exteriores
- 188 Escritório de Representação no Estado do Paraná

- 189 MRE-Outros
- 190 Agência Nacional de Energia Elétrica
- 191 Agência Nacional de Mineração
- 192 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
- 193 Centrais Elétricas Brasileiras S/A
- 194 Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
- 195 Empresa de Pesquisa Energética
- 196 Indústrias Nucleares do Brasil S/A
- 197 Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A
- 198 Petróleo Brasileiro S.A.
- 199 MME-Secretaria-Executiva
- 200 Secretaria de Energia Elétrica
- 201 Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
- 202 Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
- 203 Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético
- 204 MME-Outros
- 205 Agência Nacional de Águas
- 206 Companhia Brasileira de Trens Urbanos
- 207 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
- 208 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
- 209 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
- 210 MDR-Secretaria-Executiva
- 211 Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano
- 212 Secretaria Nacional de Habitação
- 213 Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos
- 214 Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
- 215 Secretaria Nacional de Saneamento
- 216 Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
- 217 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- 218 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- 219 Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
- 220 MMA-Secretaria-Executiva
- 221 Secretaria de Biodiversidade
- 222 Secretaria de Qualidade Ambiental
- 223 Assessoria Especial de Controle Interno
- 224 MT-Gabinete
- 225 MT-Secretaria-Executiva
- 226 Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo
- 227 MT-Unidades Colegiadas
- 228 MT-Outros
- QA7 - QUAL FOI O CURSO DE NÍVEL MAIS ELEVADO QUE VOCÊ CONCLUIU?
- 1 Ensino Fundamental
- 2 Ensino Médio/Técnico
- 3 Graduação
- 4 Especialização (pós-graduação lato sensu, MBA, etc.);
- 5 Mestrado
- 6 Doutorado/Pós-doutorado
- QB0A_1 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ UTILIZOU OS TIPOS DE INFORMAÇÃO LISTADOS ABAIXO PARA O SEU TRABALHO? - LEIS E NORMAS
- 1 Nunca

- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QB0A_2 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ UTILIZOU OS TIPOS DE INFORMAÇÃO LISTADOS ABAIXO PARA O SEU TRABALHO? - NOTAS TÉCNICAS PRODUZIDAS POR ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QB0A_3 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ UTILIZOU OS TIPOS DE INFORMAÇÃO LISTADOS ABAIXO PARA O SEU TRABALHO? - PARECERES LEGAIS E DECISÕES JUDICIAIS

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QB0A_4 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ UTILIZOU OS TIPOS DE INFORMAÇÃO LISTADOS ABAIXO PARA O SEU TRABALHO? - RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QB0A_5 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ UTILIZOU OS TIPOS DE INFORMAÇÃO LISTADOS ABAIXO PARA O SEU TRABALHO? - BOAS PRÁTICAS E INICIATIVAS PRODUZIDAS PELOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QB0A_6 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ UTILIZOU OS TIPOS DE INFORMAÇÃO LISTADOS ABAIXO PARA O SEU TRABALHO? - SISTEMAS INFORMACIONAIS E BASES DE DADOS GOVERNAMENTAIS (EX. SIAFI, CADASTRO ÚNICO, DADOS IBGE, ETC.)

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QB0A_7 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ UTILIZOU OS TIPOS DE INFORMAÇÃO LISTADOS ABAIXO PARA O SEU TRABALHO? - ARTIGOS, CAPÍTULOS OU LIVROS PRODUZIDOS POR PESQUISADORES

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QB0A_8 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ UTILIZOU OS TIPOS DE INFORMAÇÃO LISTADOS ABAIXO PARA O SEU TRABALHO? - RELATÓRIOS DE PESQUISA CIENTÍFICA (EX. PRODUTOS DE CONSULTORIA DE PESQUISA, TEXTOS DE DISCUSSÃO DO IPEA, ETC.)

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QB0A_9 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ UTILIZOU OS TIPOS DE INFORMAÇÃO LISTADOS ABAIXO PARA O SEU TRABALHO? - RECOMENDAÇÕES DE INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS (EX. CONSELHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, CONFERÊNCIAS, ETC.)

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QB0A_10 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ UTILIZOU OS TIPOS DE INFORMAÇÃO LISTADOS ABAIXO PARA O SEU TRABALHO? - EXPERIÊNCIA E OPINIÕES DE BENEFICIÁRIO DA POLÍTICA PÚBLICA OU COMENTÁRIOS E SUGESTÕES DE OUVIDORIA

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QB0A_11 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ UTILIZOU OS TIPOS DE INFORMAÇÃO LISTADOS ABAIXO PARA O SEU TRABALHO? - INFORMAÇÕES GERADAS POR GRUPOS DE INTERESSE (EX. SINDICATOS, EMPRESAS, MOVIMENTOS SOCIAIS, ONGS, ETC.)

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QB0A_12 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ UTILIZOU OS TIPOS DE INFORMAÇÃO LISTADOS ABAIXO PARA O SEU TRABALHO? - OPINIÕES E RECOMENDAÇÕES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS OU BOAS PRÁTICAS PRODUZIDAS POR GOVERNOS DE OUTROS PAÍSES

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QB0A_13 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ UTILIZOU OS TIPOS DE INFORMAÇÃO LISTADOS ABAIXO PARA O SEU TRABALHO? - MATÉRIA JORNALÍSTICA

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QB0A_14 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ UTILIZOU OS TIPOS DE INFORMAÇÃO LISTADOS ABAIXO PARA O SEU TRABALHO? - EXPERIÊNCIA PESSOAL

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QB0A_15 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ UTILIZOU OS TIPOS DE INFORMAÇÃO LISTADOS ABAIXO PARA O SEU TRABALHO? - CONSULTA A COLEGAS DE TRABALHO DO PRÓPRIO ÓRGÃO OU DE OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

EXP1_B16A18 - EXPERIMENTO 1 - TIPO DE FONTE (QB16-18)

NA PRÁTICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, INFORMAÇÕES DE FONTES E FORMATOS DISTINTOS INTERFEREM NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS. SUPONHA QUE VOCÊ TENHA OBTIDO INFORMAÇÕES RELACIONADAS À POLÍTICA PÚBLICA NA QUAL VOCÊ ATUA PROVENIENTES DE:

EXP1_TIPOFONT - EXPERIMENTO 1 - TIPO DE FONTE

- FONTES INTERNAS ESTATAIS (EX.: LEIS E NORMAS; NOTAS TÉCNICAS PRODUZIDAS POR ÓRGÃOS FEDERAIS; PARECERES LEGAIS E DECISÕES JUDICIAIS; RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE; SISTEMAS INFORMACIONAIS E BASES DE DADOS GOVERNAMENTAIS)

- FONTES EXTERNAS (EX.: BOAS PRÁTICAS E INICIATIVAS PRODUZIDAS PELOS ESTADOS E MUNICÍPIOS; RECOMENDAÇÕES DE INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS; EXPERIÊNCIA E OPINIÕES DE BENEFICIÁRIO; INFORMAÇÕES GERADAS POR GRUPOS DE INTERESSE, COMO SINDICATOS, EMPRESAS, MOVIMENTOS SOCIAIS; RECOMENDAÇÕES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS; MATÉRIA JORNALÍSTICA)

- FONTES CIENTÍFICAS (EX.: ARTIGOS, CAPÍTULOS OU LIVROS PRODUZIDOS POR PESQUISADORES; RELATÓRIOS DE PESQUISA CIENTÍFICA)

- FONTES PESSOAIS (EX.: PRÓPRIA EXPERIÊNCIA PESSOAL; CONSULTA A COLEGAS DE TRABALHO)

QB16 - QUÃO ÚTEIS SERIAM ESSAS INFORMAÇÕES PARA EMBASAR UMA DECISÃO QUE VOCÊ PRECISA TOMAR NESTA POLÍTICA PÚBLICA?

- 1 Nem um pouco útil
- 2 Um pouco útil
- 3 Mais ou menos útil
- 4 Muito útil
- 5 Extremamente útil

QB17 - QUÃO ÚTEIS SERIAM ESSAS INFORMAÇÕES PARA ELUCIDAR O CONTEXTO GERAL DESTA POLÍTICA PÚBLICA OU COMO APRENDIZADO EM OUTROS CONTEXTOS DE SUA VIDA PROFISSIONAL?

- 1 Nem um pouco útil
- 2 Um pouco útil
- 3 Mais ou menos útil
- 4 Muito útil
- 5 Extremamente útil

QB18 - QUÃO ÚTEIS SERIAM ESSAS INFORMAÇÕES PARA JUSTIFICAR ALGUMA DECISÃO QUE VOCÊ JÁ TOMOU NESTA POLÍTICA PÚBLICA?

- 1 Nem um pouco útil
- 2 Um pouco útil
- 3 Mais ou menos útil
- 4 Muito útil
- 5 Extremamente útil

EXP2_B19A22 - EXPERIMENTO 2 - TIPO DE MELHORIA E PRAZOS (QB19-22)

SUPONHA QUE VOCÊ DEVA SUBSIDIAR DECISÕES RELACIONADAS [EXP2_TIPOMELHORIA]. ESSA DECISÃO PRECISA SER TOMADA NO PRAZO DE [EXP2_PRAZOS]. NESSE CENÁRIO, QUAL A PROBABILIDADE DE VOCÊ UTILIZAR AS FONTES DE INFORMAÇÃO A SEGUIR, CONSIDERANDO QUE VOCÊ PODE UTILIZAR NENHUMA, UMA OU MAIS DE UMA DESSAS FONTES?

EXP2_TIPOMELHORIA - EXPERIMENTO 2 - TIPO DE MELHORIA (QB19-22)
- A MELHORIAS DA POLÍTICA PÚBLICA EM QUE ESTÁ TRABALHANDO;
- A MELHORIAS DA GESTÃO DO SEU ÓRGÃO;

EXP2_PRAZOS - EXPERIMENTO 2 - PRAZOS (QB19-22)
- UMA SEMANA;
- TRÊS MESES;

QB19 - FONTES INTERNAS ESTATAIS (EX.: LEIS E NORMAS; NOTAS TÉCNICAS PRODUZIDAS POR ÓRGÃOS FEDERAIS; PARECERES LEGAIS E DECISÕES JUDICIAIS; RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE; SISTEMAS INFORMACIONAIS E BASES DE DADOS GOVERNAMENTAIS)

- 1 Não utilizaria
- 2 Seria pouco provável que eu utilizasse
- 3 Seria mais ou menos provável eu que utilizasse
- 4 Seria muito provável que eu utilizasse
- 5 Certamente utilizaria

QB20 - FONTES EXTERNAS (EX.: BOAS PRÁTICAS E INICIATIVAS PRODUZIDAS PELOS ESTADOS E MUNICÍPIOS; RECOMENDAÇÕES DE INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS; EXPERIÊNCIA E OPINIÕES DE BENEFICIÁRIO; INFORMAÇÕES GERADAS POR GRUPOS DE INTERESSE, COMO SINDICATOS, EMPRESAS, ONGS

- 1 Não utilizaria
- 2 Seria pouco provável que eu utilizasse
- 3 Seria mais ou menos provável eu que utilizasse
- 4 Seria muito provável que eu utilizasse
- 5 Certamente utilizaria

QB21 - FONTES CIENTÍFICAS (EX.: ARTIGOS, CAPÍTULOS OU LIVROS PRODUZIDOS POR PESQUISADORES; RELATÓRIOS DE PESQUISA CIENTÍFICA)

- 1 Não utilizaria
- 2 Seria pouco provável que eu utilizasse
- 3 Seria mais ou menos provável eu que utilizasse
- 4 Seria muito provável que eu utilizasse
- 5 Certamente utilizaria

QB22 - FONTES PESSOAIS (EX.: PRÓPRIA EXPERIÊNCIA PESSOAL; CONSULTA A COLEGAS DE TRABALHO)

- 1 Não utilizaria
- 2 Seria pouco provável que eu utilizasse
- 3 Seria mais ou menos provável eu que utilizasse
- 4 Seria muito provável que eu utilizasse
- 5 Certamente utilizaria

QC0A - DIVERSOS ESTUDOS INTERNACIONAIS E NACIONAIS TÊM DEMONSTRADO QUE FONTES CIENTÍFICAS (ISTO É, ARTIGOS, CAPÍTULOS OU LIVROS PRODUZIDOS POR PESQUISADORES E RELATÓRIOS DE PESQUISA CIENTÍFICA) SÃO POUCO UTILIZADAS NA CONDUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. NA SUA AVALIAÇÃO, QUAIS SERIAM AS PRINCIPAIS RAZÕES PARA ISSO? (SELECIONE TODAS AS OPÇÕES COM AS QUAIS CONCORDAR) –

QC0A_1 - OUTROS TIPOS DE FONTES SÃO MAIS ADEQUADOS PARA INFORMAR A CONDUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

- 0 Não selecionado
- 1 Selecionado

QC0A_2 - NÃO EXISTEM PESQUISAS SUFICIENTES CAPAZES DE APOIAR A TOMADA DE DECISÃO.

- 0 Não selecionado
- 1 Selecionado

QC0A_3 - AS PESQUISAS EXISTENTES NÃO RESPONDEM ÀS NECESSIDADES DOS GESTORES.

- 0 Não selecionado
- 1 Selecionado

QC0A_4 - FALTAM MECANISMOS E PROCESSOS DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES QUE DEMONSTREM E INCENTIVEM O MELHOR USO DESSAS FONTES PELOS GESTORES E EQUIPES.

- 0 Não selecionado
- 1 Selecionado

QC0A_5 - FALTAM CONHECIMENTOS E HABILIDADES NAS EQUIPES PARA QUE CONSIGAM UTILIZAR FONTES CIENTÍFICAS.

- 0 Não selecionado

1 Selecionado

QC0A_6 - NÃO CONCORDO. ACHO QUE FONTES CIENTÍFICAS SÃO BASTANTE UTILIZADAS NA CONDUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

0 Não selecionado

1 Selecionado

QC0B_1 APÓS O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COMO VOCÊ TOMA CONHECIMENTO DE RESULTADOS DE PESQUISAS E ESTUDOS CIENTÍFICOS RELEVANTES PARA O SEU TRABALHO? SELECIONE TODAS AS OPÇÕES QUE SE APLICAM. –

Imprensa (ex. Folha de São Paulo, Nexo Jornal, Estadão)

0 Não selecionado

1 Selecionado

QC0B_2 - PORTAL DE PERIÓDICOS OU BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES (EX. SCIELO, GOOGLE SCHOLAR, PROQUEST, ETC.)

0 Não selecionado

1 Selecionado

QC0B_3 - GOOGLE OU OUTRAS FERRAMENTAS DE BUSCA NA INTERNET (EX. BING, YAHOO, ASK.COM)

0 Não selecionado

1 Selecionado

QC0B_4 - EM EVENTOS, SEMINÁRIOS OU CONGRESSOS CIENTÍFICOS

0 Não selecionado

1 Selecionado

QC0B_5 - POR CITAÇÕES EM ESTUDOS ACADÊMICOS

0 Não selecionado

1 Selecionado

QC0B_6 - POR BUSCA PRESENCIAL OU EM SITES DE BIBLIOTECAS

0 Não selecionado

1 Selecionado

QC0B_7 - POR BUSCA EM SITES DE INSTITUIÇÕES DE PESQUISA (EX. IPEA, ENAP, FIOCRUZ, UNB, ETC.)

0 Não selecionado

1 Selecionado

QC0B_8 -REDES SOCIAIS (EX. FACEBOOK, TWITTER, WHATSAPP, ETC.)

0 Não selecionado

1 Selecionado

QC0B_9 - PLATAFORMAS DE COMPARTILHAMENTO DE ÁUDIO E VÍDEO (EX. PODCAST, YOUTUBE)

0 Não selecionado

1 Selecionado

QC0B_10 - INDICAÇÃO DE CONHECIDOS

0 Não selecionado

1 Selecionado

QC0B_11 - SITES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS (EX. ONU, OCDE, BANCO MUNDIAL, ETC.)

0 Não selecionado

1 Selecionado

QD0A_1 -DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ TEM INTERAGIDO COM OS ATORES/ORGANIZAÇÕES ABAIXO PARA EXECUTAR O SEU TRABALHO? - OUTRAS ÁREAS DO MEU MINISTÉRIO OU ENTIDADE

1 Nunca

- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QD0A_2 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ TEM INTERAGIDO COM OS ATORES/ORGANIZAÇÕES ABAIXO PARA EXECUTAR O SEU TRABALHO? - OUTROS MINISTÉRIOS OU ENTIDADES DO GOVERNO FEDERAL

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QD0A_3 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ TEM INTERAGIDO COM OS ATORES/ORGANIZAÇÕES ABAIXO PARA EXECUTAR O SEU TRABALHO? - GOVERNOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QD0A_4 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ TEM INTERAGIDO COM OS ATORES/ORGANIZAÇÕES ABAIXO PARA EXECUTAR O SEU TRABALHO? - REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QD0A_5 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ TEM INTERAGIDO COM OS ATORES/ORGANIZAÇÕES ABAIXO PARA EXECUTAR O SEU TRABALHO? - REPRESENTANTES DO PODER JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QD0A_6 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ TEM INTERAGIDO COM OS ATORES/ORGANIZAÇÕES ABAIXO PARA EXECUTAR O SEU TRABALHO? - ÓRGÃO DE CONTROLE (CGU, TCU)

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QD0A_7 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ TEM INTERAGIDO COM OS ATORES/ORGANIZAÇÕES ABAIXO PARA EXECUTAR O SEU TRABALHO? - ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (ONGS, ASSOCIAÇÕES, ETC.) E/OU INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS (CONSELHO DE POLÍTICAS)

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QD0A_8 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ TEM INTERAGIDO COM OS ATORES/ORGANIZAÇÕES ABAIXO PARA EXECUTAR O SEU TRABALHO? - SETOR PRIVADO E/OU EMPRESAS PÚBLICAS OU DE ECONOMIA MISTA

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QD0A_9 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ TEM INTERAGIDO COM OS ATORES/ORGANIZAÇÕES ABAIXO PARA EXECUTAR O SEU TRABALHO? - ENTIDADES DO SISTEMA SINDICAL (PATRONAL OU DE TRABALHADORES)

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QD0A_10 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ TEM INTERAGIDO COM OS ATORES/ORGANIZAÇÕES ABAIXO PARA EXECUTAR O SEU TRABALHO? - MÍDIA E IMPRENSA

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QD0A_11 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ TEM INTERAGIDO COM OS ATORES/ORGANIZAÇÕES ABAIXO PARA EXECUTAR O SEU TRABALHO? - UNIVERSIDADES, INSTITUTOS DE PESQUISA, PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS E PESQUISADORES INDIVIDUAIS

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QD0A_12 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ TEM INTERAGIDO COM OS ATORES/ORGANIZAÇÕES ABAIXO PARA EXECUTAR O SEU TRABALHO? - ORGANISMOS INTERNACIONAIS (EX. ONU; BANCO MUNDIAL) OU GOVERNOS DE OUTROS PAÍSES

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QD0A_13 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ TEM INTERAGIDO COM OS ATORES/ORGANIZAÇÕES ABAIXO PARA EXECUTAR O SEU TRABALHO? - BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS E POLÍTICAS

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Eventualmente
- 4 Frequentemente
- 5 Sempre

QD14 - DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA COVID-19, ONDE VOCÊ TEM REALIZADO SUAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS?

- 1 Exclusivamente em casa/fora do escritório.
- 2 A maior parte do tempo em casa/fora do escritório.
- 3 Parte do tempo em casa/fora do escritório, parte do tempo no escritório.
- 4 A maior parte do tempo no escritório.
- 5 Exclusivamente no escritório.

QE1 - QUAL O SEU SEXO?

- 1 Masculino
- 2 Feminino
- 3 Outros

QE2 - QUAL A SUA IDADE?

Número inteiro entre 1 e 95.

QE3 - QUAL A SUA RAÇA/COR?

- 1 Branca
- 2 Parda
- 3 Preta
- 4 Amarela
- 5 Indígena
- 6 Outros